

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
GRUPO DE PESQUISA TRAVESSIAS: NARRAÇÕES DA DIFERENÇA

JÚLIA DUTRA DE CARVALHO

**Cadernos Negros: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e
formações em psicologia**

PORTO ALEGRE

2018

JÚLIA DUTRA DE CARVALHO

Cadernos Negros: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e
formações em psicologia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora conforme os termos do artigo 50 do Regimento Interno do PPGPSI.

Orientadora: Analice de Lima Palombini

Grupo de pesquisa: Travessias: narrações da
diferença

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

CARVALHO, JÚLIA DUTRA DE

Cadernos Negros: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e formações em psicologia / JÚLIA DUTRA DE CARVALHO. -- 2018. 139 f.

Orientadora: Analice de Lima Palombini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Políticas Públicas. 2. Juventudes. 3. Formação em Psicologia. 4. Relações Étnico-raciais. I. Palombini, Analice de Lima, orient. II. Título.

JÚLIA DUTRA DE CARVALHO

Cadernos Negros: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e
formações em psicologia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora conforme os termos do artigo 50 do Regimento Interno do PPGPSI.

Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Analice de Lima Palombini (Presidente – Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra. Miriam Cristiane Alves
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Profa. Dra. Katia Faria de Aguiar
Universidade Federal Fluminense – UFF

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Burg Ceccim
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos brasileiros que sustentam uma universidade pública de qualidade e que esperam dela soluções de antigos conflitos e dores brasileiras. Agradeço à UFRGS pela formação de qualidade, que permitiu a crítica a si mesma dentro de sua casa. Acredito que somente um espaço público consegue fazer esse tipo de concessão.

Agradeço ao Pós Graduação como o de Psicologia Social e Institucional, por me conceder um certo conforto de ter uma bolsa de pesquisa que me permitiu horas de pesquisa e leitura. Um incentivo à produção de conhecimento do qual sou grata.

Agradeço ao grupo de pesquisa Travessias: narrações da diferença que me acolheu com um tema que era um desafio e foi entusiasta de muitos dos achados da pesquisa.

Agradeço especialmente à orientadora Analice de Lima Palombini por sua habilidade e ética de deixar-me ir com liberdade em túneis e recantos perigosos e intrépidos do conhecimento. Sua ética permitiu que essa pesquisa andasse. Seu cuidado com o texto permitiu que esta tese se engrandecesse. Faltam-me palavras que possam expressar minha alegria em ter sido orientada por essa pessoa com tamanhas qualidades humanas e intelectuais.

Agradeço aos estudantes ocupantes das escolas e universidades que ensinaram muito a todos nós e que esperam e fazem muito para que possamos responder à altura de seus atos corajosos e políticos.

Agradeço aos estudantes negros e ao Movimento Negro da UFRGS pela produção de conhecimento que têm feito e pelo seu arrojo nas lutas que propõem em anos de crise.

Agradeço à Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva do Educasaúde por ter confiado no meu trabalho, quando junto à mesma desenvolvi com residentes e profissionais ações de educação permanente no CASE/NH de Novo Hamburgo, nos anos de 2014 à 2016. Agradeço a confiança por me inserir nas discussões sobre os seminários do pós e estar em contato com os residentes, foi também esse lugar que alimentou a linha da formação nesta tese.

Agradeço à Károl Cabral e ao Márcio Bellok pelas conversas pós sala de aula nos corredores da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva e pela indicação da obra Ralé Brasileira de Jessé Souza.

Agradeço à Liana Vieira e Marlete Oliveira pela amizade, trocas intelectuais e pelas muitas indicações de textos: especialmente os de Franz Fanon e de Conceição Evaristo.

Agradeço ao companheiro de caminhada no pensamento e no mundo Felipe Montiel da Silva as discussões e discordâncias que me fizeram pensar de forma diferente quando estava por me acomodar em certezas que não nos levariam muito longe no que diz respeito às relações étnico-raciais.

Agradeço à Luiza Flores pela amizade e pelas muitas conversas sobre pesquisa, conhecimento e espiritualidade e pela indicação do autor Achille Mbembe.

Agradeço ao Marcio Patzinger Volk pelas muitas conversas regadas por uma amizade mutante e respeitosa e pela presente que foi a obra de Patrick Chamoiseau, no dia da consciência negra no ano de 2015.

Agradeço as Amoras Liana Vieira, Marlete Oliveira, Ana Lonardi, Betina Camara, Elba Gamino da Silva, Fernanda Francisca da Silva, Carolina Moreira, Camila Toledo, Madamy Gaby que com Palavras nomearam alegrias e tristezas e dos sons que delas ecoaram tecemos amizades em construção.

Agradeço as corajosas mulheres que passo a passo constroem o coletivo Adinkra de psis negras para discutir, refletir, gerar trabalho para os mais jovens e cuidar da saúde da população negra e de todas as pessoas que sentem a discriminação na pele, na sua orientação sexual ou de identidade e em suas vidas.

Agradeço a Sílvia Ramão e Silvia Edith, mulheres do coletivo Adinkra, que me acolheram generosamente para um compartilhamento de espaço de trabalho, mas também de sorrisos, parcerias e muita reflexão sobre a clínica, ética, relações étnico-raciais e a política.

Agradeço a todos meus ancestrais, especialmente minha mãe Eloeci Dutra de Carvalho e meu avô José Alves Dutra

Agradeço à Morada da Paz pelo cuidado desde o ano de 2015 até hoje. Cuidado que me permitiu chegar ao fim deste percurso para começar outros.

Agradeço à Dinara Severo por me colocar de pé e apta a estar em ação no mundo.

RESUMO

Como pensar o cuidado nas políticas públicas com as quais se encontra a juventude brasileira? O encontro das práticas com legislações e instrumentos normativos que compõem a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente nos coloca um problema relacionado à noção de saúde coletiva do Sistema Único de Saúde – SUS (Lei nº 8080). A noção em questão versa sobre a capacidade do sistema em resolver situações relacionadas à saúde/doença dos usuários e/ou atendê-los de forma adequada em todos os níveis de atenção, levando em consideração modos diversos de produção de saúde que possam abandonar práticas aprisionantes da vida e potencializar aquelas que abrem espaço para invenção de gestos que acolhem o desejo dos sujeitos. Ao levar à radicalidade esta noção, somos conduzidos às práticas reflexivas sobre a ética. Mas de que éthos estamos falando? Quem são esses trabalhadores e jovens que estão enredados nas tramas de cuidados? Olhar para quem são nos remete a um tempo brasileiro a ser pensado nesse encontro das políticas ao intervir. Nessa trama brasileira, encontramos o racismo a chocar-se com o tempo e suas camadas. Na busca pelo modo como nós brasileiros vivemos a relação com o outro nas políticas públicas que envolvem a juventude, a pesquisa chega à formação em psicologia e sua dificuldade ou mesmo inabilidade em tratar em todos os âmbitos das políticas públicas, e não públicas, as temáticas referentes às relações étnico-raciais e ao cuidado de 53% da população brasileira. Lançando mão de autores da sociologia, literatura, história e filosofia, transitamos por outras formas de saber que colocam problematizações para a psicologia. O impasse que a psicologia enfrenta hoje é resultante do fato de ter hegemonicamente adotado apenas o paradigma moderno e sua epistemologia, que remetem a um sujeito universal. Mesmo autores que questionam a modernidade ainda falam de um certo lugar eurocêntrico. Na busca de respostas a essas questões, a pesquisa aponta a necessidade de outras epistemologias e também da descolonização do pensamento para encontrar modos de pensar, cuidar e educar que digam dos diferentes lugares ocupados no nosso país.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Juventudes. Formação em Psicologia. Relações Étnico-raciais.

ABSTRACT

How should care be envisaged within the context of public policies affecting Brazilian youth? When practices meet the law and the regulations that constitute the Guarantee of Rights to Children and Adolescents (under Brazilian law), a problem arises in relation to the notion of collective health in the Brazilian National Health System - SUS (Law no. 8080). That notion concerns the capability of the system to solve situations concerning the patients' health or illness and/or how to treat them properly at all levels, taking into consideration different health practices so as to abandon constraining life practices and enhance those that allow for the invention of gestures that embrace the wishes of the individual. If we take this notion to its extreme, we must reflect upon ethics. But what kind of ethos are we talking about? Who are these workers and young people caught up in the context of Brazilian care? By looking at their identity we realize that a new Brazilian era needs to be conceived as far as future policies are concerned. In such a context, racism clashes with time and its different layers. By investigating the way Brazilians experience the relationship with others in the public policies concerning youth, this study analyzes the training in psychology and its difficulty, or even incapacity, to deal with topics referring to ethnic and racial relations and the care provided to 53% of the Brazilian population at all levels of public and private policies. Authors of sociology, literature, history and philosophy were put aside and other forms of knowledge that raise relevant issues to psychology were investigated. The impasse that psychology faces today is the result of the hegemonic adoption of only the modern paradigm and its epistemology, which refer to a universal subject. Even authors who question modernity still speak of a certain Eurocentric place. In the search for answers to these questions, the research points out the need for other epistemologies and also for the decolonization of thought in order to find ways of thinking, caring and educating about the different places occupied in our country.

Keywords: Public policies. Youths. Training in Psychology. Ethnic and racial relations.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO: (...) FICOU EM CHOQUE. CÊ FICOU EM CHOQUE. E PRA ONDE VAI CORRER? (...) (OGI, 2015)..... | 10 |
| 1. DO SUMIR. DO APARECER. ENTRE BLÁ, BLÁ, BLÁS | 18 |
| 2. O ABISMO CONSTRANGE A DOR AO SILÊNCIO. UNS CONFLITOS | 27 |
| 3. OLHA PRA ONDE OS DO GUETO VÃO PRA QUEM QUER REDUÇÃO (EMICIDA, 2015).. | 34 |
| 3.1. (...) Eu nasci no dia que viram a raiva parindo. Onde cidadãos de bem queimam terreiros. Espancam mulheres e odeiam os pretos (...). (BACO, 2017)..... | 35 |
| 4. A CAMA DE GATO. A FORMAÇÃO DO PÚBLICO | 38 |
| 4.1. O mundo é fruto de nossa imaginação (...) Por isso todo culpado é negro. Todo morto é negro (BACO, 2017) | 39 |
| 5. MARCHAS DE JUNHO DE 2013: NA CARA PRETA, LUZES (SAPIÊNCIA, 2017)..... | 43 |
| 5.1. O capital imaterial e as palavras engolidas à força e faltantes | 47 |
| 5.2. Um pouco de sonho, e um monte de má-fé institucional | 52 |
| 6. NOTAS SOBRE O FRACASSO: DA CAMA DE GATO À TRAMA NO E PELO TRABALHO | 68 |
| 6.1. As cartas e as artimanhas..... | 70 |
| 6.2. Pequeno traçado do processo criativo das cartas – um intervalo sobre aprendizagens..... | 70 |
| 6.3. Superar a cama de gato..... | 73 |
| 6.4. Manter acordos e acertos: uma retidão impossível, então des-con-fio | 75 |
| 6.5. Do PIA (plano individual de atendimento) aos piás que a gente encontra..... | 77 |
| 6.6. Sobre o que nos passa ao tramar | 78 |
| 6.7. O pulo para aprendizagens compartilhadas | 79 |
| 6.8. Depois do pulo e das incertezas, a ação | 80 |
| 6.9. Por que a gente sente dor no peito quando gosta de alguém?..... | 81 |
| 6.10. Assobiar não pode! | 83 |
| 6.11. Quando quem deve cuidar quase vira “os contra” | 83 |
| 7. CADERNOS NEGROS | 85 |

| | |
|---|-----|
| 7.1. Sobre o que a pesquisadora aprendeu com as ruas e as ocupações desde 2013, ou por que “(...) as palavras não são roupas pra serem mal usadas (...) (BK, 2016) | 85 |
| 7.2. O que as ocupações universitárias aprenderam com os secundaristas e ensinaram para a pesquisadora ou, ainda, “(...) Vocês que vivem da minha cicatriz. Tô pra ver sangrar o que sangrei (...) (EMICIDA, 2015)..... | 93 |
| 7.3. Sobre o silêncio, e as palavras engolidas à força, ou ainda “(...) tanta ofensa, luta intensa, nega minha presença (...) (EMICIDA, 2015) | 99 |
| 7.4. Um quiproquó com os Direitos Humanos | 109 |
| 7.5. O espelho quebrado – e sendo restituído com o corpo alheio: a negação | 113 |
| 8. O PROBLEMA DA DOCÊNCIA NA PSICOLOGIA: DETECTADA A CEGUEIRA DOS PRIVILEGIADOS NÃO HÁ COMO VOLTAR ATRÁS..... | 116 |
| 9. UMA METODOLOGIA NEGRA: ESCRIVIVÊNCIAS, ORALITURAS, PALAVRAS VIVAS – MODOS DE CONTAR-SE E VI-VER-SE EM PALAVRAS | 124 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 141 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 148 |
| GLOSSÁRIO..... | 151 |

INTRODUÇÃO: (...) FICOU EM CHOQUE. CÊ FICOU EM CHOQUE. E PRA ONDE VAI CORRER? (...) (OGI, 2015)¹

(...) A noite é negra como os deuses gregos
 Dedo, no grelo
 Estátuas guardam meus segredos
 Eu faço parte da noite (...)
 (BACO, 2017)²

Isto aqui é uma tese. E vou demorar um pouquinho para explicar para ti que isso quer dizer. Vou começar por um outro caminho. Até porque tenho dúvidas sobre o que seja uma tese. Mas calma (no caminho eu te explico). Explicar para ti o que é isso é importante para mim. E só tem um motivo para isso: queria muito que um dia tu pudesse ler partes do que está escrito aqui. Acredito que isso não se concretizará. Existe uma autora, chamada Conceição Evaristo, que encontrou as melhores palavras para explicar por que tu não lerá esse texto. Vamos a elas:

Talvez o público que mais me motiva a escrever... O público que é inspiração para meu texto... É justamente o público que menos vai ler esse texto. Sem sombra de dúvida quando eu escrevo, eu penso muito nesse público. E a grande maioria desse público é justamente aquele que não tem aquisição aos bens culturais, não tem facilidade para adquirir o livro, é impossibilitado de vir a uma feira (Festival de Literatura de Paraty) como essa, entende? Na verdade, até o fato de meus primeiros textos terem sido publicados em Cadernos Negros, que é uma coletânea organizada por escritores afro-brasileiros de São Paulo, mas que abarca o Brasil inteiro ... Então começo com um público muito específico. Mas hoje, cada vez mais, esse público se alarga. Só de pensar que meus textos já foram traduzidos para inglês, já foram traduzidos para o francês, está no prelo para uma tradução em espanhol. Quer dizer, à medida que esses textos vão rompendo fronteiras nacionais, e que bom que rompam essas fronteiras... mas o público que inspira a criação, as personagens que são criadas a partir de uma vivência muito específica, que é a vivência da comunidade afro-brasileira, esse público, talvez é o que menos alcança. (Evaristo, Depoimentos gravado em junho de 2016 no Espaço Itaú Cultural de Literatura, em Paraty/RJ)³

Agora tu conhece essa autora fabulosa. Escreveu obras como Ponciá Vicêncio (2003), Becos da Memória (2006), Insubmissas Lágrimas de Mulheres (2011), Olhos D'água (2014), Histórias de Leves Enganos e Parecenças (2017), Poemas da Recordação e Outros Movimentos (2017). Talvez tu não entenda, ou nem saiba muito o que é mercado editorial. Esse tal de mercado é quem define quem deve ser publicado e o quê merece virar livro e ser distribuído pelas livrarias do país. Mas esse mercado não define só o que será lido por quem compra na livraria; é ele também quem fornecerá livros para escolas e universidades.

¹ Estrofe extraída da música Estação da Luz de Rodrigo Ogi. Álbum chamado Rá.

² Estrofe extraída da música A pele que habito de Baco Exu do Blues. Álbum ESÚ.

³ Conceição Evaristo, ficcionista e ensaísta mineira, comenta as dificuldades de acesso de seu público-alvo a produtos e bens culturais. Depoimento gravado em junho de 2016 no Espaço Itaú Cultural de Literatura, em Paraty/RJ. Acessado em 29 de junho de 2017: <https://www.youtube.com/watch?v=FZa7tiBHnAc>

A autora, Conceição Evaristo, que falou sobre sua certeza de que o público sobre o qual ela escreve não vai lê-la, publica em editoras consideradas marginais – como a Malê. Por conta disso, se tu tivesse curiosidade de lê-la, não poderia. Pouquíssimas livrarias têm o livro dela para vender. E isso acontece com autoras e autores negros. Mas o fato é que tu talvez não tenha o direito garantido de ter essa curiosidade. Talvez nunca procure um livro dela. E, por consequência, também nunca lerá esta carta que inicia uma tese. Entretanto, mesmo que tu rompa com todas as estatísticas que tratam sobre o que acontece com mulheres e homens negros jovens e pobres e que consiga conhecê-la através de vídeos e de colegas que tiveram contato com sua obra, ainda assim, o acesso aos livros dela demandam que tenhas cartão de crédito ou uma internet boa para fazer a compra via online e pagar o boleto.

Resumindo, há que ter acesso a muitas coisas para poder conseguir ler algo que trate realmente sobre a tua história e de teus ascendentes. Existem muitos materiais, mas a maioria das pessoas acredita e diz que existem poucos. Muitos dizem que a história dos descendentes de africanos não existe, e, tratando-se da população negra – não importa se pobre ou não –, no Brasil diz-se que é um povo sem história.

Mas é preciso sonhar um pouco. Sonhar que é possível tu ser o leitor muda um pouco o modo de escrever esta tese – vivo um certo esquecimento para poder apostar em outro jeito de falar das coisas da vida. Esse esquecimento diz sobre como me ensinaram a ser uma pessoa, a ser uma mulher e a ser uma psicóloga – preciso esquecer essa forma de ser e passar a procurar outras.

Penso que, se eu digo o que é importante para mim, tu pode dizer o que é importante para ti – e o que cabe a mim é escutar e tentar compreender. Assim, a gente pode conversar numa boa, sabendo o que cada um quer com essa falação que aí pode virar conexão. Por ora começo com uma carta para ti, contando um pouco sobre umas paradas meio sinistras que vivenciei contigo e com outras pessoas.

Primeiro eu queria falar de uma preocupação que tenho. Faz uns anos que trabalho com adolescentes, jovens, gurizada, MLK⁴ ou qualquer nome que tu queira dar – dentre eles mulheres e homens. O importante nessa história é que fiz muita coisa contigo. E a vida passa rápido. Eu abri os olhos e já estava contigo há quase onze anos. Pois bem, nessa correria que fiz, eu também estive com as pessoas que tu encontra na escola, nos lugares a que tu foi para cuidar da saúde, enfim, na rua e mesmo atrás das grades eu estive contigo. Um dia tu disse que eu entrava na mente de vocês por conta de ser psicóloga. Mas, honestamente, acho que

⁴ Nas pixações e nas letras de músicas do gênero musical Funk a palavra moleque vira MLK.

quem entrou na minha mente foi tu. E, entrando na minha mente, passei a observar que nem sempre o que parecia ser bom para ti era mesmo. Eu e as pessoas com as quais trabalhei – psicólogas, assistentes sociais, professoras, conselheiros e conselheiras tutelares, enfermeiras, advogados e outros tantos (grande maioria dessas pessoas eram mulheres) – achávamos em alguns momentos que tu precisava de algumas coisas. E a gente se esforçava para conseguir.

Saca os caras do Hip Hop e do Rap? Pois então, tu já percebeu na música deles como eles têm muita certeza sobre o que é bom e o que é ruim. Eles cantam para os MLK coisas importantes, mas quase sempre estão com um caminho meio pronto para oferecer. Coisas como não se meter em treta, se endireitar, proteger a si e aos outros. Falam às vezes de um jeito muito tenso sobre as injustiças e sobre a humilhação.

Os Rappers parecem ter um código de conduta, uma disciplina, sabem o que certo e em geral são muito sérios. Os caras são noiados e têm consciência social. Eles têm letras muito boas, por certo. E falam de coisas ruins que acontecem a ti e como as coisas podem ser difíceis muitas vezes. Eles se preocupam em dar as dicas para desviar das tretas e ficar sossegado. Eles também compartilham um modo de se expressar, certas senhas para dizer onde está o perigo, onde a sociedade falha contigo. São sinais importantes, que tu reconhece e que usa como um modo de pensar, um modo de agir. O Rap já tirou muita gente de situações difíceis e também permitiu que dores muito antigas pudessem vir à cena a partir da poética, da música, do ritmo. Mas essa é uma metáfora que estou usando para te dizer o que quero dizer. Talvez nem concorde com esse olhar sobre o Rap, mas vamos lá, quem inventa aguenta.

Eu diria que eles parecem muito com os adultos. Sabe quando tu fala com os velhos e eles te dão uma moral? Dizem como foi no tempo deles. Dizem também que um dia tu vai entender o que eles estão falando. Quando eles falam isso, tu já não tá entendendo nada. E tudo só vai fazer algum sentido um tempão depois...Imagino que tu lembre desses momentos com a família, ou mesmo com as técnicas, ou as donas. Eu diria que os adultos se parecem muito com as pessoas com as quais eu trabalho, aquelas de que falei, psicólogas, pedagogas, todo esse povo. A diferença é que o Rap sabe do que está falando, o que muitas vezes não acontece com os adultos que têm como trabalho a tarefa de te cuidar, educar, proteger.

Vamos facilitar a conversa, e eu vou te dizer que essas pessoas são do bonde do Rap: sisudos, sabem o que é melhor e o que é pior (ou pelo menos acham que sabem) na maioria das vezes, têm boas intenções, mas nem sempre falam coisas que fazem sentido para ti. Esse é um dos problemas: de alguma forma eu me preocupei nesses onze anos com o fazer sentido. Mas tudo embola quando muitas dessas pessoas com as quais trabalhei falam ao mesmo tempo muitas dessas coisas que acham importantes para vocês - e eu já fiz isso também. Essas

coisas que acham certas e que podem melhorar a sua caminhada. Daí o bagulho fica sinistro. Porque eu já vi tu desistir, primeiro porque a gente não conseguia te entender direito. E segundo, porque tu também não nos entendia.

Uma vez uma dessas pessoas com que trabalhei, e que era bem nova na época, disse que, quando falava contigo, mesmo não tendo vivido exatamente as mesmas coisas, percebia que estava ligada a ti como com sangue. Ligada pelas veias. Entendia no sangue o que você falava. Uma conexão, me entende? O famoso olho no olho. Acho que em alguns encontros nossos eu senti esse sangue e esses olhos. Essa conexão. E não achava isso difícil. Só tinha que estar atenta ao movimento. Atenta ao fluxo. E é aí que vocês entram com seu bonde.

Diria que tu e a gurizada estão mais para o bonde do Funk. Dão a real, mas ao mesmo tempo brincam com isso. Falam o que querem, e nem sempre estão preocupados em convencer os outros. Não digo que tu e o bonde não têm opinião forte, não é isso. Às vezes é até o contrário. O que estou dizendo é que penso no Funk como um jeito de ser. Não é sisudo. Brinca com a desgraça. Fala bobagem. Busca o prazer. Bem como dá a real e muitas vezes diz coisas que o bonde do Rap fica de cara, porque o Funk expõe pelo desejo os desejos da sociedade – escancara nossa hipocrisia. O Funk nos quebra as pernas. O bonde do Rap não sabe muito o que fazer com o Funk, às vezes chama os funkeiros de alienados. Daí que se desencontra do bonde do funk. Os sérios, do Rap, ficam reclamando que é impossível fazer algo com o pessoal do Funk. Não entendem as regras. Não entendem o que eles fazem. Pensam que tudo o que falam é exatamente o que acontece, ou acham que é invenção, mentira ou loucura. Ou, ainda pior, acham que é uma música menor. E muitas vezes não é, porque o Funk também é uma arriada na cara dos outros - escracha a realidade da maioria dos brasileiros - sem invenção, sem mentira, sem loucura. Daí a gente perde a oportunidade de fazer algo com esse bonde. Tu acha então que a gente não acredita em vocês.

Essa é a parte triste, porque o Rap e o Funk se desencontram e ficam distantes. A conversa vira uma disputa. Muitas vezes essa disputa é desleal, pois tem muita coisa que o bonde do Funk precisa aprender, e o bonde do Rap nem sempre se dá conta que, ao invés de dar a moral, precisa construir um caminho com as/os funkeiros.

Eu estou muito interessada em pensar e fazer esses caminhos de aprendizagens que nos aproximem. E isso envolve ter que entender como a gente do bonde do Rap pensa. Até porque, pela estrada que tenho contigo, percebo que geralmente quem perde é o bonde do Funk – e perder tem a ver com o jeito como o pessoal trabalha. Isso não quer dizer que tem alguém errado ou certo. Simplesmente quer dizer que se rompeu a tal conexão de que te falei antes, ou ela nunca existiu. Na real, quando trabalhei com o bonde do Rap, a mirada estava

em como encantar esse pessoal por aquilo que é importante para ti. Eu fazia uma certa aposta de que, ao seguir um pouco com a tua vontade, talvez isso pudesse melhorar nossa relação e fazer com que encontrássemos algumas outras saídas.

Foi aí que surgiu a preocupação que te contei. É essa do desencontro que se dá por muitos motivos. Seja porque falam muito mal do bonde do Funk, na mídia, nas ruas, nas escolas, seja porque o bonde do Rap muitas vezes está tão certo de suas certezas que, ao invés de ajudar, só atrapalha e muitas vezes te machuca.

Tem outros motivos que têm a ver com o modo como a gente se vê aqui no nosso país. Eu realmente acho que o modo como nos vemos e nos relacionamos pode ajudar ou atrapalhar o nosso encontro. Se eu for te listar todos os motivos aqui, a carta não terá fim. E, além do mais, esta é uma parte da tal tese. Uma das partes do que escrevo vai contar sobre algumas ideias que eu achei interessante para ver se entendia o porquê do desencontro. Eu chamei isso de cama de gato. Como se tivesse uma armadilha nos esperando para cairmos nela. Uma emboscada bem armada. Tô querendo desarmar essa emboscada para ver o que sobra. Eu aposto que o que sobra é um montão de coisas para fazermos juntos. E é daí que eu penso em uma trama. Como se a gente fosse tramar algo juntos. “Não sabemos ainda o que é, mas sabemos quem trama contra, há muito tempo”. Como diz os Racionais Mc’s:

Eu sei quem trama
E quem tá comigo
O trauma que eu carrego
Pra não ser mais um preto fodido (RACIONAIS MC’S, 2002)⁵

Pra não continuar a escalada de ser um país de mais gerações inteiras entregues à morte ou à prisão, a gente é que precisa tramar. Acredito que, diferente da música dos racionais Mc’s, não precisamos mais ter pessoas que antes eram as carnes e que hoje são as navalhas. Por isso, aqui a gente vai falar dos muitos arranhões dessa navalha e de quem cortou a carne. Mas estarei buscando por mais que isso.

Outra parte do que vou escrever tem a ver com a trama de que te falei. O que me parece é que fiz um monte de roubos. Sim. Eu roubei. Sou uma ladra, gatuna. Talvez a do pior tipo. Nesses dez anos eu vi muita coisa legal acontecer. E muita gente boa fazer coisas muito espertas para vencer o desencontro. O meu ato infracional, se eu fosse MLK, seria furto, na verdade. Eu pego sem a pessoa ver e, quando eu reapresento, já mexi e às vezes as pessoas nem reconhecem que parte do que eu mostro é delas. Muitas vezes eu digo: - olha só, isso aqui que fizemos eu agradeço a ti. Lembra daquela vez que tu me contou sobre como fazia?

⁵ Estrofe extraída da música Negro Drama do grupo de Rap Racionais MC’S. Álbum: Nada como um dia após o outro dia. Disco 1: Chora agora.

Pois bem, primeiro eu saí fazendo igual e depois eu fui achando meu jeito de fazer. Claro que não fazia isso sozinha, seria perigoso e, mais que isso, seria impossível. Sempre precisei de pessoas para que rolassem grandes roubos. Ou seja, eu também tinha a minha quadrilha. Tive algumas, como o Estação Psi, o PIPA, a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, os narradores de travessias a Escola de Conselhos, o Protejo, as secundas (pois maioria eram meninas) do movimento de ocupação das escolas e as universitárias ocupantes das faculdades (maioria eram meninas e grande parte delas tinham entrado na universidade através das ações afirmativas). É o que eu gostaria de te mostrar nesta tese.

Uma tese, segundo os caras da faculdade, é algo novo que a gente inventa. Uma ideia nova que a gente põe no mundo. Como te disse no começo desta carta, eu não sei se esse monte de furtos que fiz são uma tese. Eu estou apostando nisso, pois acho que algumas coisas que fiz com outras pessoas nesses anos foram bacanas. E o mais importante nisso tudo é que eu não parei de fazer. Então, à medida que eu vou escrevendo sobre esses furtos, eu furto outras coisas e vou contando aqui. Eu espero que sirva para algo no trabalho com as pessoas responsáveis pelas políticas públicas e para ti.

Eu tô sempre ligada no que tu está fazendo e tento juntar esses furtos com as tuas ideias. A sua música, as batidas do Rap e Funk. O seu jeito. Espero que nessa coisa que se chama tese tenha algo que possa nos aproximar e quem sabe possa ajudar outras pessoas a se aproximarem de nós. Uma vez você me disse que “um dia é da caça, outro é do caçador”. Eu espero que nosso dia chegue. Então, a gente pode reescrever tudo de novo e sair fazendo outras coisas juntos. Sem medo. Coisas que importem para ti e para mim.

Fui extensionista do Projeto Estação Psi, como graduanda, de 2005 a 2010, e, depois da formatura, como colaboradora voluntária, de 2010 à 2015. A partir dessa extensão da UFRGS, envolvi-me em ações com adolescentes e jovens mulheres e homens e com as trabalhadoras e os trabalhadores. Nesse período, também pude fazer os primeiros ensaios como analista institucional e como participante de ações de educação permanente com equipes que trabalhavam com público juvenil. Durante esse percurso de dez anos, fui supervisionada pela coordenadora dessa extensão, professora Gislei Domingas Romanzini Lazzaroto.

Nos anos de 2008 a 2010, atuei como estagiária do Projeto Abrindo Caminhos. O projeto não existe mais como foi formulado no seu início. Basicamente ele era o direcionamento de bolsas de ensino médio para jovens que haviam sido selecionados pelo sistema socioeducativo e protetivo. Nesse estágio que os jovens vivenciavam estagiárias de

psicologia e trabalhadores do Ministério Público Federal se responsabilizavam pela oferta de um acompanhamento singular dos percursos de cada jovem, de modo a ofertar outras vivências que poderiam fazer alguma marca no percurso de violência a qual haviam sido submetidos pela discriminação racial e pela desigualdade social.

Como trabalhadora, atuei em uma política com participação-público-privada (PPP) chamada Protejo (2010 a 2012). Essa política fazia parte do PRONASCI e tinha como público jovens de 15 a 24 anos. O marcador de idade estava relacionado à incidência de mortes dos jovens nessa faixa etária. A política em questão visava combater a grande vulnerabilidade decorrente da violência. Nesse período trabalhei com uma equipe multiprofissional. Éramos artistas, músicos, assistentes sociais, pedagogas, advogadas, educadoras e educadores sociais, psicólogas entre mulheres e homens. Tínhamos núcleos de trabalho que eram direitos humanos, inclusão digital e artes (composta de teatro e música). Tornei-me uma educadora social na equipe de direitos humanos, bem como técnica responsável na área de psicologia. Posteriormente, assumi a coordenação do núcleo de Direitos Humanos. Nessa oportunidade, pude aprender muito sobre gestão pública junto aos colegas e perceber melhor os embates que vivemos no cotidiano de trabalho. Uma outra percepção sobre o fazer, no qual as práticas de gestão e as de cuidado, educação e proteção são indissociáveis.

Nos anos de 2013 a 2014, participei de outro projeto do Governo Federal, também uma política de participação-público-privada, chamada Escola de Conselhos. Nessa experiência, éramos uma equipe pequena, dois coordenadores – um pedagógico e outro administrativo – e quatro docentes: três professoras e um professor. Com essa equipe, contratada por uma universidade privada, visitamos dezoito regionais do Estado do Rio Grande do Sul. O intuito era minimamente propor e executar um curso voltado para conselheiros tutelares que pudesse conversar com as peculiaridades das regiões do Estado. Assim, passamos um ano na estrada, encontrando conselheiros, mas também professores, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e educadores sociais. O objetivo do projeto Escola de Conselhos era alcançar todas as pessoas que exerciam a função de conselheiros do Estado e poder iniciar uma conversa sobre Direitos Humanos, rede e cuidado em situações de vulnerabilidade. Não era o primeiro projeto que tinha como objetivo isso, mas fazia parte de um conjunto de projetos que visavam sensibilizar as conselheiras e os conselheiros⁶.

De outubro de 2012 até janeiro de 2016, estive vinculada à Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva (RIS-SMC) do Núcleo de Educação, Avaliação e

⁶ Predomínio de mulheres na função de conselheira tutelar, mas como conselheiros de direito (que lidam mais com questões de gestão de políticas predominantemente homens).

Produção Pedagógica em Saúde - EducaSaúde. Nessa atividade, na companhia de residentes e pessoas da equipe da RIS-SMC, propusemos ações de educação permanente junto ao município de Novo Hamburgo. Neste município, outras trabalhadoras e trabalhadores se juntaram à trupe para que a ação pudesse ser oferecida todo o ano. Essas ações, que se repetiram de 2013 a 2016, só foram possíveis pelo trabalho que já havia começado no ano de 2010 por outra trabalhadora da RIS-SMC e pela equipe da unidade de atendimento socioeducativo de Novo Hamburgo (CASE/NH). A ação de educação permanente desenvolvida na residência compõe a gama de experiências presentes nesse doutorado orientado pela Professora Dr^a Analice de Lima Palombini junto ao grupo de pesquisa Travessias: narrações da diferença.

Como pesquisadora, durante o mestrado (2010 a 2012), escrevi sobre uma ferramenta clínico-institucional desenvolvida na Estação Psi e utilizada em outros espaços de trabalho que percorremos como extensão e como trabalhadoras⁷. Essa ferramenta, chamada Acompanhamento Juvenil (AJ), foi em parte um roubo que fizemos do Acompanhamento Terapêutico⁸, considerando sua proposta de aproveitar a interlocução com a cidade e a possibilidade de lançar mão de um outro modo de dizer-se que não fosse um contar-se simplesmente. Um modo de poder se apresentar na relação que dois vivem na cidade.

⁷ Maioria constituída por mulheres.

⁸ A ferramenta clínica Acompanhamento Terapêutico foi tema de pesquisa da orientadora dessa tese. O título da tese em questão é: *Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade – contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica.* – 2007.

1. DO SUMIR. DO APARECER. ENTRE BLÁ, BLÁ, BLÁS

Blá... blá... blá... cartório para identificação...blá... blá... blá... bolsa família... blá... blá... blá... você precisa ir no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) com sua família para encaminhar os papéis que enumerei neste papel aqui para ti... blá... blá... blá... E então, como tu está hoje, Eduardo⁹? *Bem. Medida socioeducativa é assim, a senhora diz e eu cumpro. De resto, tudo sereno.*

Um instante se passa. Silêncio. Os dois se olham. Então ele diz: *Ó, Dona, não entendi nada o que a Senhora falou. Tem como me explicar o que é esse tal de Centro, onde fica o cartório e que papéis são esses?* Essa foi a fala de Eduardo diante do blá blá blá e da lista no papel. A técnica fica boquiaberta. No seu pensamento, a imagem que vem é de um abismo. Pensa: falei por meia hora, quase ininterruptamente. Ele não entendeu uma palavra do que eu disse. E, além de tudo, está evidente que Eduardo pensa que todas as indicações são coisas a serem cumpridas e não vividas. Como aquela frase – “a senhora diz e eu cumpro” – machucou a técnica!

Mas seguem as perguntas em sua cabeça. Será que ele não entendeu nada mesmo? Pois antes a mesma técnica pensava que ele não tinha entendido nada! Ela, a técnica, entende, finalmente, que precisa ponto a ponto verificar o que ele sabe e o que não sabe daquele monte de indicações, serviços e ações que precisam ser feitas para que o cuidado se efetive. Ou que ela pensa que pode efetivar o cuidado. Até ela se atrapalha diante de tantas ações que precisam fazer. Encaminhamentos de todos os tipos. Olha a listinha que fez em sua mesa. Havia preparado o encontro cuidadosamente para não escapar nada. A lista feita dizia respeito às histórias que ele havia contado nos últimos encontros. Ela, com os instrumentos que sua formação permitiu acumular, percebeu que ele precisava fazer aproximação com a saúde, pois se queixava do uso que considerava abusivo de drogas; que a família deveria ser visitada pelo Estratégia Saúde da Família (ESF) (pois tinha uma irmãzinha pequena); que tinha direito à

⁹ Eduardo era um adolescente de 17 anos que acompanhei. Ele era branco e pobre. Vivia em um bairro preponderantemente negro, na região metropolitana de Porto Alegre. Sua mãe, cozinheira de profissão, era uma mulher negra de pele clara. Seu pai, segundo o próprio adolescente, era branco, descendente de italianos. Ele dizia que não gostava da mãe, porque era por conta dela que a família do pai não gostava dele. Acredito hoje que o que acontecia nesse não gostar era reprodução do racismo. E que o rechaço da família materna também tinha relação com isso. Eduardo dizia que se sentia sem lugar. Mas, apesar de se sentir sem lugar, ele gostava de química e, na vida do tráfico de drogas, acabou sendo o químico das drogas – segundo ele um posto importante e mais protegido. Ele também gostava muito de biologia e tinha um senso de justiça muito apurado. Eduardo enlouqueceu e sumiu no mundo. O contato com a família foi perdido depois de dois anos de procura. Atualmente, não sei se sumiu para sempre ou se foram dois anos apenas. Eduardo na tese também é uma junção de acompanhamentos que demonstraram os limites do saber psi. Eduardo, junto com Deco e Wilson, Josué e Antunes que virão a seguir, são jovens cujas histórias se incluem nesta pesquisa. Para referir-me a eles, utilizo nomes fictícios.

bolsa família; que era preciso fazer a carteira de identidade antes de tudo isso; e, por último, mas não menos importante, que precisava fazer a matrícula na escola mais próxima da sua moradia.

Quanto ao abismo, a técnica percebe que, ao longo da sua formação, não se falou sobre isso e que talvez seja algo que precise de atenção. Essa sensação, ou percepção de abismo, não é tratada na faculdade. Tem algo aí que a técnica não consegue reconhecer nem dar sentido. Tem quase certeza que isso que sente poderia ser algo importante de ser tratado na sua formação. Mas não consegue nem dizer o que é esse isso. Só sente esse incômodo, que em alguns momentos faz ela esmorecer e se sentir incapaz, e noutras faz ela ter raiva dos jovens, porque eles parecem não levar a sério o que conversam - e acaba por culpá-los um pouco pela sua própria condição.

Diante desse lugar que ora pensa uma coisa, ora outra, ela só consegue dizer em voz alta: que se fale desse abismo. Um abismo no qual algo não consegue ganhar sentido. E, ao não alcançar esse sentido, não consegue ver o valor dele nem na sua vida, nem na vida das pessoas que atende. Sente-o como angústia, incapacidade ou até, como disse antes, culpabilizando justamente quem mais precisa.

No caso de Eduardo, parece que é isso que está acontecendo. Existe algo de errado. O que aconteceu com a educação que o Eduardo chega aqui e não entende o que falo? Nem ele, nem sua família... só pode ser um problema de educação. Ela tenta retomar o roteiro, explicar ponto por ponto. São muitos pontos. Alguns ele entende, ou parece que entende, pois mexe a cabeça afirmativamente. Ela suspira quando vê o menino ao longe, nos seus passos duros, marcados pela dureza que vive. Pensa: bom, se ele conseguir fazer algo, estamos bem. O que ele não conseguir, retomaremos no próximo encontro. Como é o último dia da medida socioeducativa, e ele não tem obrigação de voltar ali, pelo menos não com consequências judiciais, o que acontece é que ele não volta. Ela espera. Liga. Ele diz que vai. Não aparece. Na rua, encontram-se algumas vezes. Ele fica feliz de revê-la. Mas não retomam os assuntos sobre identidade, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), bolsa família e outras questões tratadas da última vez. Ele quer contar do pesadelo que teve. Ela ouve. Pensa na frase que ele tinha dito sobre ela decidir sobre a medida e ele cumprir. Que pesado aquilo. Como assim eu decidir o que ele precisa cumprir? Talvez indicasse a falta de sentido que aquilo tudo fazia para ele. Pede que ele apareça. Mas ele não aparece. E, quando se trata de adolescentes, sempre pode ser a última vez. Aparecer e sumir. Se aparecer. Se sumir.

Ele chega em casa e diz que a Dona tinha dito para ele fazer um monte de coisas e que logo ele fará. Mas a medida socioeducativa tinha acabado. A mãe dá um sorriso. Está contente

que aquilo tenha ficado para trás. Ele conta que uma das tantas coisas que tem que fazer ele não lembra muito bem, mas envolve a mãe ir junto lá pra ver uma história de bolsa. Tem que levar uns papéis, mas ele não lembra quais. Também tem um lugar chamado CAPS AD que talvez o ajude com a coisa das drogas, mas ele ficou com receio de encontrar doidos lá. Quando foi visitar o lugar com a técnica, percebeu que todos os beberrões do bairro estavam lá. Isso o desencorajou de seguir.

Mas tudo isso está em um papel que a Dona escreveu. Ele retira o papel. Olha, não entende muita coisa. Dá na mão de sua mãe. Ela olha. Blá... blá... blá... CRAS... blá... blá... blá... ah! identidade! matrícula! A mãe sabe o que é. *Tá bom, entendi, meu filho, temos que fazer a sua matrícula na escola. Mas antes sua identidade. Vamos fazer isso.*

A história que acabo de contar é uma composição de acompanhamentos juvenis. Ao mesmo tempo, também é como eu percebia os resultados dos atendimentos. Em um desses acompanhamentos, fui com um jovem no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), em uma das regiões de Porto Alegre. Ele queria que eu visse com meus olhos o que se passava. Nessa oportunidade, Samuca¹⁰ levou para o atendimento um colete à prova de balas. Na sacola meio rasgada, era possível ver o conteúdo. Ele me contou que dormia com o colete e que toda a noite tentava dormir em lugares diferentes, pois se sentia em risco. A técnica que o atendeu na época não lhe perguntou sobre o colete e seguiu com as perguntas que estavam previstas para uma medida socioeducativa em meio aberto. Eu e Samuca saímos chocados por ela não ter perguntado sobre o colete. Eu era estagiária e não sabia muito bem como lidar com o risco que aquilo representava, tanto para o Samuca quanto para mim. Penso que até hoje não sei. Eu o vi partir, bairro adentro. O que ficou para mim era que ele percebeu que a técnica não estava muito interessada sobre o que realmente estava

¹⁰ Deco era um adolescente de 16 anos acompanhado por mim. Ele era um jovem que trazia traços dos povos originários e outros de descendência africana. Mas, na certidão de nascimento e na maioria das inscrições e documentos oficiais, era considerado branco. Nunca pude conhecer seus pais, pois esses haviam desistido de Deco. Ele era inteligente e hábil com as palavras. No trabalho, dizíamos que não havia o que ele não pudesse conseguir. Infelizmente, essa qualidade nunca trouxe coisas boas para o Deco. Ele cada vez mais se enredava com o tráfico de drogas. E, quanto mais se enredava, mais as técnicas diziam ter medo dele. Ele era morador de um bairro também preponderantemente negro. Contava que, quando criança ia com o pai nas casas de jogos. Muitas dessas vezes, o pai deixava ele aguardando dentro do carro. Muitas das vezes, segundo Deco, voltar para casa só acontecia quando o sol raiava, e então o pai saía da jogatina. Da mãe, pouco falava. Só dizia que ela havia desistido dele. Nunca consegui acompanhar sua rapidez, que muitas vezes não o tirava do lugar. No final, infelizmente, tivemos que desistir. Deco, na última vez que apareceu, veio me dizer que estava vivo. Ele me disse: - eu sei que você quer saber que eu ainda estou vivo. Vim aqui dizer que estou. Nesse dia, o vi indo embora, sem voltar. Era assim, ele se aparecia e se sumia. Um dia sumiu sem deixar vestígios. Nenhum familiar o procurou. Nenhuma namorada. Ninguém. Uma vez ele me seguiu na rua, em tempos em que no centro da cidade os assaltos eram muito frequentes. Eu entendi que ele vinha me proteger. Nunca falamos sobre isso. Quando nos encontrávamos, ele só dizia: - o centro ainda está foda. Vim aqui te levar lá em cima. Como disse antes, Deco sumiu sem deixar vestígios.

acontecendo com ele. Relembrando essa história hoje, nem sei se ele acreditava nos adultos para ajudá-lo. Penso na experiência que ele trazia com os adultos: um misto de desconfiança e um certo prazer em chocar.

A técnica, em contrapartida a esse modo arredo de Samuca, queria saber se ele estava indo na escola, se estava falando com algum familiar... Diante das perguntas, ele esboçou um certo riso nervoso. Perguntas que não faziam sentido naquele momento. Mais tarde eu soube pela própria técnica que ela não acreditava que Samuca pudesse fazer outros percursos para além da violência e da infração. Ela tinha medo dele. Achava-o sedutor e manipulador. Contou-me que foi trabalhar na assistência não por vontade própria, mas porque foi remanejada para o CREAS.

Outra situação que faz parte dessa composição é a história de Eduardo. Ele que falou a famosa frase: “você decidem sobre a medida e eu cumpro”. Eu e a técnica que se deslocou de uma das cidades que fazem parte da região metropolitana de Porto Alegre para o encontro com ele ficamos chocadas, pois estávamos tentando tornar a medida algo educativo, algo que fizesse sentido. Mas, diante dessa frase, sentimos o nosso fracasso.

A terceira história que fez parte dessa composição foi a de Wilson¹¹, que demonstrava não controlar seu uso de crack. Com ele, visitamos um lugar de cuidado com usuários de drogas em um dos bairros de periferia de Porto Alegre, mas ele rechaçou a ideia por achar que ali só tinha doidos e pessoas do seu bairro que faziam uso de alguma droga. Tinha vergonha de se expor diante dessas pessoas. Samuca, Eduardo e Wilson na época eram ex-estagiários do Projeto Abrindo Caminhos, que acontecia no Ministério Público Federal. Nesse projeto,

¹¹ Wilson era um jovem branco, periférico, de família pobre – em um bairro predominantemente negro. Sua mãe foi moradora de rua e, por conta de um apadrinhamento de um policial, ela conseguiu organizar uma vida. Wilson era o mais velho de quatro filhos de sua mãe, que cuidava de todos sozinha. Digo que Wilson era porque não sabemos, eu e sua família, se ele está vivo. Era um jovem questionador e muito inteligente. Os últimos fatos que envolveram seu acompanhamento diziam respeito a sua quase morte por dívida com o tráfico de seu bairro. Wilson era usuário de crack. O trabalho conseguia organizá-lo, mais que as ações ditas propriamente da saúde, mesmo quando estava em uso. Mas, daquela vez, a dívida com o tráfico de drogas não perdoou. Deu-lhe um tiro dentro da própria casa. Depois do ocorrido e de muitas visitas ao Pronto Socorro onde estava internado, Wilson organizou um mutirão para murar sua casa. Muitos jovens foram envolvidos na empreitada. Eu e a assistente social que o acompanhava fomos no dia do mutirão. Depois, Wilson voltou ao trabalho. Infelizmente, um dos três trabalhos que tinha (todos sem carteira assinada) era à noite, como garçom. Seu patrão era usuário de cocaína e acabou expondo Wilson novamente a um uso bastante intenso. Nessa nova investida no crack, ele acabou roubando um celular para poder fazer uso da droga. Arrependeu-se na hora e devolveu o celular para a moça assaltada no mesmo instante – dizia que não queria ficar fechado como já havia ficado na medida socioeducativa. Mesmo assim, o juiz o condenou a dois anos de prisão. Nesse momento, dávamos mais suporte à mãe, que se virava para conseguir roupas e comida, já que dentro da prisão é comum o roubo e a venda de pertences para o uso de drogas e compra de proteção. Quando Wilson entrou em regime semi-aberto, foi pouco tempo para que sumisse no mundo. No primeiro dia de liberdade, já anunciou: não volto para aquele inferno. Algumas notícias chegavam. Que ele havia “se juntado” com uma juíza que o protegia. Que ele havia conseguido passar por policiais por ser branco. Mas efetivamente nunca mais soubemos dele. Sua prisão foi um tratamento punitivo para uma questão de saúde. Sua vida ou morte passou à invisibilidade e à ilegalidade para sempre.

bolsas de estudantes de ensino médio eram destinadas a jovens que cumpriam medida com possibilidade de saída na FASE, medida em meio aberto e medida de proteção, no caso de jovens vindos da FPE. Cuidávamos para que houvesse vagas para meninas e meninos e, observando desde aqui, não tínhamos tão evidente a busca por preencher as vagas com jovens meninas e meninos negros, ainda que alguns estagiários selecionados para vaga fossem negros. O Abrindo Caminhos também recebia assessoria do Projeto Estação Psi da UFRGS, bem como destinava vagas de estágio curricular para estudantes de psicologia da mesma universidade, os quais acompanhavam adolescentes e trabalhadores na execução do projeto. Nele, tive oportunidade de vivenciar um grupo com os adolescentes e desenvolver a ferramenta do Acompanhamento Juvenil¹².

Revisitando essas histórias que geram análises e incômodos no presente, percebo alguns pontos que dizem da formação do meu olhar, mas também de algo institucionalizado – e esses dois pontos são indissociáveis. Os três jovens eram periféricos, oriundos de bairros preponderantemente negros, mas considerados socialmente como homens brancos. Se, por um lado, eu poderia me deixar tomar por um movimento de culpabilização individual, dizendo que talvez tenha observado apenas os jovens brancos – reproduzindo o racismo, portanto –, por outro lado, passo a perceber que os jovens brancos periféricos são maioria nas políticas públicas geridas pelo Estado (pelo menos nas que eu trabalhei e fazem parte desta pesquisa). Isso amplia as possibilidades de leitura, confirma a minha reprodução do racismo, mas a recoloca em termos de um racismo institucionalizado – que produz o meu olhar, mas mais que isso, produz as políticas públicas todas. O que nos leva ao problema de que poucos jovens negros – sejam mulheres ou homens – conseguem ser minimamente alcançados por essas políticas, ainda que falhas, ainda que pouco preparadas para visibilizar os problemas que precisamos enfrentar.

Djamila Ribeiro, no livro *O que é lugar de fala?*, atenta para o problema que envolve pensarmos que as políticas públicas são para “todos”. Mas quem são esses todos, pergunta Djamila Ribeiro. Cito-a, pois considero que suas palavras são determinantes:

Quando muitas vezes é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas públicas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de

¹² A ferramenta Clínica Acompanhamento Juvenil foi tema da dissertação de que fui autora, com título *Mergulhos de uma psicologia no acompanhamento juvenil: uma clínica porvir?* (CARVALHO, 2012) Sua inspiração surge da prática do acompanhamento terapêutico (cf. PALOMBINI, 2007), bem como da experiência com adolescentes e jovens.

desenvolvimento humano de grupo vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para a realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto. Segundo o Mapa da Violência de 2015, aumentou em 54,8% o assassinato de mulheres negras ao passo que o de mulheres brancas diminuiu em 9,6%. Esse aumento alarmante nos mostra a falta de um olhar étnico racial no momento de se pensar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, já que essas políticas não estão alcançando as mulheres negras. O “mulheres” aqui, atingiu, majoritariamente, mulheres brancas. (RIBEIRO, 2017, p. 41-42)

Elucidado esse ponto cego das políticas, e conforme a análise apresentada por Djamila Ribeiro, podemos compreender melhor o que estava em jogo nas políticas pelos quais passei como trabalhadora e por que, dentre as histórias que poderia contar, com respeito às políticas nas quais atendi mulheres e homens negros e brancos, acabei contando a história de três homens considerados brancos.

Os dados do Mapa da Violência no que toca aos jovens homens negros nos conta sobre como nossa política foi pensada, ou seja, como foi excluída desse pensamento a população negra.

Também perversa é a seletividade racial dos homicídios por Arma de Fogo (AF) e sua tendência crescente. As taxas de homicídios por AF de brancos caem 23%: de 14,5 em 2003 para 11,8 em 2012; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 14,1%: de 24,9 para 28,5. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 72,5%, em poucos anos duplica. Em 2012 é de 142%: morrem 2,5 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo. (Mapa da Violência, 2015, p.101).

Essa seria uma história boa. Muito boa. O Eduardo consegue dizer que não havia entendido. E a técnica consegue ver que não sabia que ele talvez não pudesse entender a tal da listinha de coisas para fazer, com o intuito da vida melhorar. Muito bom quando a técnica não sabe – e percebe que não sabe. A porta entreaberta. O Eduardo não voltou, mas ainda poderia deixar passar algo. A técnica poderia fazer uma visita. Ou fazer novas ligações. Ou mesmo, quem sabe, acompanhar alguma daquelas atividades descritas no papelzinho amassado no bolso da calça do Eduardo e entregue à mãe. Mas algumas histórias – e não poucas – têm outro rumo. O caminho mais comum é aquele em que o adolescente periférico não diz que não entendeu. Os motivos pelos quais não diz podem ser muitos. Pode ser vergonha de não saber. Pode não saber qual o sentido de fazer tudo aquilo. Pode ter vontade de sair correndo do lugar onde cumpriu medida, ou do lugar em que tenha que prestar conta de sua vida. Pode considerar desimportante o que a Dona fala. Pode sentir que a Dona não tem interesse mesmo (ou não percebe o interesse dela).

O último documentário de Coutinho, chamado *Últimas Conversas* (2015), versando sobre estudantes de escolas públicas do Rio de Janeiro, começa a primeira cena com um desabafo sobre o trabalho que envolvia o documentário.

Que que é memória de uma pessoa de 16, 18 anos? é tão complicado, sabe. Não é porque cê não é da memória do tempo deles...é um mundo que...então eu queria fazer um troço sobre porque se conversa, e não consigo fazer nem um e nem outro. Esse que é o dilema entende? E que não tô conseguindo, e realmente é melhor não fazer, do que fazer um filme de 70 minutos que você não acredite. É muito pouco tempo. A não ser que cê feche aqui e fique 5 dias fechado. É uma experiência psicológica...sai perturbado. Cinema o que você pode fazer, a pessoa fica uma hora e meia, duas no máximo...Aí chega e vem toda armada...vem toda armada, não é à toa que é maquiada, entende? E aí se quebra... se quebra dizendo o quê? Filho da puta, ou dizendo maravilhoso... puta que o pariu. E aí, como é que vai quebrar? Eu não sei realmente, não sei...e vai aparecer isso que cê tá dizendo, então. Que eu não tô... momentaneamente, ou pra sempre que eu perdi a ligação com o mundo que eu tinha, que eu podia ter tido, ou posso ter tido. Daí é o fim (acende um cigarro). As outras pessoas eu podia amá-las. Enquanto pessoas e personagens. Todos os truques tornaram assim. Como é que é se eu não posso amá-las, entende? Mas é... (mexe-se na cadeira inquieto e sacode a cabeça em negação). Eu me arrependo de não ter feito com criança. É verdade...bom, paciência...não adianta se arrepender. Com criança eu acho que tudo seria... criança não precisa fingir, entende? Criança... ela produz as grandes questões. Quem que responde e pergunta as grandes questões? É a criança. Jovem é uma coisa que já... entendeu... ele já vem mudado, de outro lado não é. Mas ele não conta, quando ele sai, sabe? É foda. E jovem tem que ter licença do pai e da mãe pra falar. Daí ele vem com certa vontade forte, mas ele é castrado um dia antes, meia hora antes ali. Que que eu vou fazer? A cinegrafista que não aparece no vídeo responde: você vai quebrar isso. Coutinho segue: Quebrar à porrada, a tijolo... como? A cinegrafista fala novamente: com as ferramentas que você sempre teve. Cê tem muita ferramenta pra isso, Coutinho. Quais são as ferramentas? Cinismo? Agressividade? Não, com as pessoas eu... Segue a cinegrafista: Não, a ferramenta é curiosidade... Coutinho segue: as outras pessoas sentem que eu tô curioso, será que eles acham que eu não tô? A questão é essa. Que eu tô perguntando realmente... (faz um gesto com a mão como se não tivesse nem aí...ou meio "largado") pode ser isso, sem eu sentir. Se eu não tô curioso, por que falar? Pra quem? A cinegrafista e Coutinho ficam em silêncio um tempo, até que ela fala: então está aí a resposta. Coutinho responde: não é isso? Só posso dar os olhos, né?... o corpo... de longe... a cinegrafista pergunta: Mas cê tá dando? Coutinho responde, respirando fundo e mexendo a cabeça em negativa: não sei. Sacode a cabeça em afirmação depois de um longo silêncio e diz: ter fé é difícil. (Novo silêncio) Recuperar a fé é muito difícil. (mais silêncio). Cê tem vontade de parar de filmar? De ter folga e não voltar? Ele responde: ahhh, não posso. A voz por trás da câmera pergunta: Por que? Ele responde: Eu tenho que viver, não tô morto, pô. Nova pergunta: Por quem? Pela vida, porque não vou ganhar mais dinheiro... Porque o que vou fazer se eu não filmo? Não tenho motivo nenhum pra continuar a viver...fazendo o quê? Não filmo...fazer o quê? A cinegrafista fala novamente: Não, eu não estou dizendo não filmar mais. Tô dizendo não filmar esse filme que você não está querendo fazer! Coutinho interpela: Mas eu não posso fazer isso! A cinegrafista rebate: eu tô tratando você como adulto. Você tá dizendo que não quer uma coisa. Coutinho responde: Não posso... eu fiz um contrato com o governo do Estado que eu tenho que fazer esse filme e acabou. A cinegrafista rebate: você já fez vários contratos com o governo do Estado que era um filme e você fez outro...Coutinho responde: Sim, mas fiz outro, com mesmo dinheiro e mesmo tempo. A cinegrafista revida: Sim, com mesmo dinheiro, mesmo tempo, três dias a mais... Coutinho silencia por algum tempo, para depois dizer: é demasiado tarde... (seu olhar diz que algo outro passa em sua cabeça, mas o que fala é...) é porque tenho cinco dias pra filmar... cadê a produtora? Ela sabe... tem cinco dias pra filmar. Se fosse um dia a mais para resolver... mas não é esse o problema. A cinegrafista diz: Mentira. Vamos lançar?

Ele olha pra câmera e diz: Corta. Cabeça baixa, antes de levantar (COUTINHO, 2015)¹³.

Um silêncio constrangedor do qual não podemos falar. Assim, como o adolescente ou jovem, no caso do Coutinho, aquelas foram as últimas Conversas e o último silêncio, não podemos saber mais nada. As histórias ouvidas e transmitidas pelo cinema de Coutinho falam de vidas muito sofridas. Ao assistir ao documentário, vi adolescentes meninas e meninos falando de coisas que não queremos ouvir diante da lente que Coutinho direcionou para eles e elas. E como falaram! Não pareceu que os adolescentes estavam armados. Mas ele, diante do espelho, acreditava que não tinha conseguido. Talvez o olhar e o corpo não estivessem disponíveis. Talvez o mundo do qual Coutinho fala seja irreconhecível. Talvez mesmo com a falta de curiosidade, algo tenha sido dito. Ou não?

Esta escrita é a pergunta sobre o que se passa, aí, onde nos sentimos impotentes e ficamos caricatos diante do espelho, e onde o adolescente ou jovem continua desprotegido, ou enredado, mas nos fala. E não cala a boca. Voltemos à história do blá blá blá. Temos a técnica, que concentra “a ideia de técnica” mesmo: psicológica, pedagógica, jurisdicional, assistencial, educacional. A lista, pensada a partir das demandas, geralmente é feita aos poucos. Entretanto, mesmo sendo prescrita de modo devagar, no caso do adolescente, torna-se difícil de realizar. Há algo na relação com os adolescentes, e com os jovens, que precisa ser diferente. Aqui há a precisão necessária a esse encontro entre jovem e trabalhador – produzir sentidos que possam ser compartilháveis e perceber a sutileza do que está sendo dito – a depender da disponibilidade na escuta e de como ela consegue apanhar as diferenças que estão naquele dizer. É preciso fazer algo... não pode ser demasiado tarde. Mas esse algo consegue seguir o trajeto de jovens cujo projeto nos escapa? Como lidamos com essa vizinhança desconhecida e abismal? Qual a ligação com o mundo que eu tinha, que eu podia ter tido ou que posso ter? Estou atenta a esse mundo em que vivo e de que faço parte?

A caricatura diz de algo que sentimos, como trabalhadoras e trabalhadores, quando um jovem vira as costas e segue seu caminho. Não sabemos o que será possível realizar. Muitas vezes eles voltam. Mas não são poucas as vezes em que, nessa volta, a demanda de cuidado já mudou – o projeto pensado e arquitetado já não serve. As técnicas percebem que a lista de coisas para fazer já mudou. O adolescente, ao contar o que se passa com ele, já está envolvido com outras questões da vida.

¹³ Documentário Últimas Conversas do cineasta Coutinho. Os sete minutos iniciais do documentário foram transcritos nesta tese por entender que a fala de Coutinho carrega muitas pistas para o nosso pensamento. Acessado em 03.07.2017: <https://www.youtube.com/watch?v=HV76ZjtyEw>

Com frequência, ao escrevermos sobre o cuidado de adolescentes, captamos as cenas que denunciam que o serviço não vai bem. Que o acompanhamento não foi bom. Que algo falhou. E o resultado de nossa escrita, não raramente, é uma demonização do fazer técnico. Parece que, mesmo tendo vivido a experiência em políticas públicas para juventude, e eu mesma tendo ouvido, cuidado e feito estratégias junto do adolescente e de sua família, apago esse caminho e só olho para o resultado. E o resultado, o projeto pensado-falido, parece sempre aquém do que seria necessário. Raras são as vezes nas quais vivemos uma alegria e as estratégias de cuidado se encadearam bem.

Pois bem, a palavra encadear talvez diga disso. Frente a algumas demandas de cuidado, o adolescente se sente encadeado, ou em uma cama de gato. Dois sentidos da expressão cama de gato nos servem para seguir. Um sentido de cama de gato é armar uma cilada. Assim, quando nos perdemos daquilo que acontece, podemos cair em generalizações ou em um senso comum que pode prejudicar o cuidado e fazer com que nós e o jovem nos percamos do que se passa – estamos aferrados ao projeto pensado. O outro sentido vem de uma gíria futebolística e significa derrubar um jogador flexionando as costas por baixo dele, tirando o contato do mesmo com o chão. De novo o significado indica que, ao perder o contato com o chão, perdemos a possibilidade de jogar, de driblar, de construir uma jogada. E construí-la demanda estratégia, demanda tempo de treinamento, demanda estar realmente neste mundo. Demanda o tempo nosso com as e os jovens. É seguir com projetos ainda não pensados. É se confrontar com a arruaça. Deixar a rua e a gataria nos modificar – carne, arranhão e navalha.

2. O ABISMO CONSTRANGE A DOR AO SILÊNCIO. UNS CONFLITOS

A técnica intui que aquilo é um abismo. Cogita a possibilidade de se jogar à educação para saber fazer algo com aquele abismo. Então, inicialmente pensa que é uma questão de educação para ele e para ela. A fórmula da causalidade – ou seja, acontece isso por conta daquilo – tem sido muitas vezes aplicada a questões que envolvem adolescência, juventude e cuidado. Na maioria das vezes, a educação nesse campo está associada à escola. A técnica em questão pensa isso. Eu, pesquisadora, gostaria de dar nome diferente aos bois. Mas, antes de falar da educação propriamente dita, considerando qual seria essa educação que pode quem sabe diminuir o abismo, gostaria de dar um tratamento diferente a esse problema abissal vislumbrado pela nossa amiga técnica.

Abismo, por si só, já coloca a questão da intransponibilidade. Algo de uma profundidade inalcançável. Temos algo de abismo. Algo de desconhecido. Sabemos que o outro também o tem (BLANCHOT, 2010). Mas refiro-me mais a esse abismo na relação de cuidado. Perante esse abismo, parece-me que não haveria transmissão que pudesse superá-lo. Usar essa palavra me gera certo desconforto. Algo de um limite intransponível. Onde a viagem acaba. Onde se morre. Onde arriscamos tudo para fazer a travessia. E não se deve arriscar tudo.

Será? O que estaria em jogo nesse arriscar? A humanidade-que-somos estaria em jogo? O abismo seria os limites da humanidade-que-somos como um projeto pensado? Seria a falência do que sabemos fazer, do que conhecemos? E porque a falência do que fazemos e conhecemos segue se reeditando mesmo quando se mostra fracassada, ou insuficiente? Por que o que sabemos e conhecemos ao invés de qualquer outra coisa? Falar da distância (e por isso teria um abismo entre dois) como algo produtor parece proselitismo quando não se pensa o que produz essa distância. Mas não é de um lugar distante que falo.

Essa voz que lanço aqui é também de uma trabalhadora que muito repetiu, repetiu e repete, e se angustiou e se angustia em não conseguir fazer diferente. Retomarei esse tema do abismo em outro momento da escrita, quando os jovens mulheres e homens mostraram que precisava ser outra coisa. Diante disso, eu, trabalhadora, vi-me sem chão, sem saber o que fazer. Tinha caído em uma cama de gato, ou talvez fosse apenas um abismo em relação ao lugar que eu ocupava.

Talvez se tratasse de aceitar um abismo que existe (aquele da tal diferença entre dois), mas podendo fazer as devidas diferenciações: o que é abismo e o que é a dificuldade de nos deslocarmos de nossos lugares e tratar dos temas que não digam respeito apenas a nós

mesmos ou daqueles temas que nos desmerecem por mostrar nosso lugar sem máscara (mas que dizem respeito inclusive à nossa constituição como sujeitos). Fico inquieta ao pensar que esse abismo ganhe um tratamento apenas conceitual. Observamos esse abismo. Colamos no conceito do autor francês da nota de rodapé, e então parece que há uma parada, um descanso para nossa angústia e finalmente podemos dizer: sim! o abismo é necessário para o reconhecimento da alteridade! Então nos agarramos ao conceito de alteridade também tratado por franceses (Michel Foucault e outros comuns no currículo da psicologia), italianos (Giorgio Agamben), norte-americanos (Judith Butler). Quando afirmo que há um descanso no conceito, falo de algo que é institucional, pois, desde que ingressei no curso de psicologia, os autores seguem os mesmos, ainda que algumas e alguns professores proponham abordagens descolonialistas. O que estou trazendo aqui diz de uma materialidade da produção da psicologia que há algum tempo analisa as políticas públicas a partir de uma epistemologia e de uma filosofia que não cambiam. Descansar diz respeito a isso, achar respostas nessas epistemologias e filosofias sem tensioná-las ao limite com o intuito de gastá-las para encontrar outras – outras filosofias, outras epistemologias, que digam respeito a outros saberes, outros modos de olhar para nossas práticas.

Mas, e se resolvemos não descansar no conceito? O que poderia acontecer? Será que pensar alteridade nos países europeus é o mesmo que pensar “algo” nos países colonizados e com história de escravidão recente, apagamento do conhecimento da população negra e indígena e de desigualdade social tremenda? Por acaso, quando adotamos os conceitos desses autores e seguimos em nossa produção de conhecimento, não esquecemos de falar naquilo que marca a história do usuário? É possível pensar alteridade (essa relação com alguém que é diferente) e subjetividade (o modo como expressamos a vivência social e o esforço que temos para nos tornarmos alguém reconhecido socialmente) sem pensar processos históricos? Quais são os processos históricos mais estudados na psicologia? Fiquemos com essa pista guardada. Voltemos à carne e a seus arranhões.

Cortar a carne, rasgar a pele dos saberes e dos modos de sentir e viver. Por isso os arranhões, as navalhas dos racionais, gatunhadas. Por isso o olhar para cada cicatriz deixada, vendo o que nessa cicatriz permanece como história de uma construção, de um trabalho feito, de um fracasso. O que deve ser contado e o que não deve? A escrita é fingida. Tudo que nela existe é inventado, é uma construção. Mas nada dela existiria se não houvesse a cicatriz. A cicatriz guarda em si a ferida de um ontem, estando hoje “sarada” ou não. Essa ferida, presentificada não só como marca de uma coagulação, mas como pista, é a condição do sentir e das palavras. Fazer algo ganhar o estatuto de importância (isso remete a escolhas) passando

a uma analítica das cicatrizes – as gatografias (CÉSAR, 2013)¹⁴. Esse ato de escolher condiciona: se aquilo que produzo diz respeito a um lugar de acomodação ou ignorância diante do que acontece, eternizando e reproduzindo dizeres em uma posição reativa, passiva ou defensiva, ou se realmente vou produzir algo que desconheço, algo que é para além da minha condição de mulher-de-família-branca¹⁵-e-da-classe-trabalhadora-psicóloga-clínica-pesquisadora-trabalhadora-ocidental-nascida-em-um-país-capitalista-liberal-colonizado.

Mas de onde vem esse desconhecido? Como eu saio do meu lugar? Eu posso realmente ser outro, ou me tornar alguém aberto, disponível ao outro de modo a superar as barreiras da minha própria condição? Parece tão vazio e displicente dizer: “vamos nos abrir ao desconhecido”. Serão palavras que, se não estiverem cheias de sangue, de carne, não dizem nada. Serão palavras fantasmas, logo esquecidas. Palavras que dizemos de qualquer lugar e para qualquer um, servindo para quase tudo na imaginação de quem acredita ter as respostas – e para quase nada quando olhamos para o que acontece na vida.

As marcas que carrego não servem para tudo. Talvez mesmo essas palavras que servem para tudo sirvam na verdade para muito poucos. As minhas palavras talvez sirvam para bem poucos, pois, acredito, dizem de um saber localizado. Há um saber nelas, com o qual dialogo, mudo, remexo, para lidar com cada problema que encontro.

O xamã yanomami Davi Kopenawa, em uma obra chamada *A Queda do Céu* (2015), fala sobre a condição do homem “branco”. Penso que, quando ele fala “branco”, está se referindo ao modo ocidental majoritário de pensar, ou seja, a nossa filosofia – ou a filosofia que “recebemos” desde nossa escolarização –; as nossas epistemologias – nossos modos de conhecer; e nossas ontologias – nossos modos de nos entendermos. Está se referindo, também, a tudo que se contrapõe ou difere do saber do yanomami. Explico-me.

Davi Kopenawa, com seu saber provocativo, diz que nós, “brancos”, precisamos colocar nosso conhecimento em livros porque o deixamos fugir. Ele chama nossos livros de peles de papel. Diz que ficamos ignorantes sem essas peles, enchendo-nos de esquecimento. Os yanomamis não precisam desenhar suas palavras nessas peles de papel, porque estão gravadas dentro de cada um deles. Em contrapartida, Davi Kopenawa fala de uma memória nossa que é engenhosa, mas que fica enredada em palavras esfumaçadas e obscuras. Segundo

¹⁴ A autora de poesias Ana Cristina Cesar, em um conjunto de poemas, inventa a palavra gatografia. Nesse conjunto, que faz parte de sua obra, ela traz ao leitor a sensação de quem escreve sobre marcas. Diante de arranhões feitos no corpo e no rosto, o conjunto de poesias segue marcado pelo vivido.

¹⁵ Minha família materna descende de negros, indígenas, uruguaios e portugueses, e minha família paterna descende de italianos. Meu fenótipo proporciona a experiência social de estranhamento dos outros sobre minhas origens. Não é incomum que qualquer um sinta-se a vontade para perguntar o inquirir sobre minhas origens familiares. De qualquer sorte minha trajetória individual não importa do ponto de vista coletivo e social, o que importa é que me implico em prol de uma luta antirracista.

o xamã, contemplamos sem descanso as peles de papel e, quando não seguimos seu traçado, perdemos o rumo. Então, quando anteriormente falo em um lugar de acomodação, estou olhando para isso: prestar atenção à pele do feito, do dito, do vivido e, ao escrever, ainda que em peles de papel, afastar-me dos conceitos e das palavras que apagam isso que é a pele do sentir e das palavras ditas e feitas.

Prestar atenção, então, às cicatrizes deixadas pelas marcas de unhas daquilo que acontece é rejeitar esconder o vivido atrás de conceitos que circulam, que tomamos de outros, esquecendo que podemos pensar com aquilo que aconteceu e a partir daquilo que vivemos junto aos jovens e aos trabalhadores. Foi na pele da vida que encontrei as palavras para colocar aqui. Nessa pele tem lugar para os fracassos, para as descobertas, para a hesitação, para o medo, para a alegria. Mas não só. Tem um exercício de como se conta e de quais são os meus parceiros para contar e tornar isso que conto algo que tenha alguma relevância. É olhar para a filosofia como um suporte. Ela não é um fim em si. Ela é um fio na grande trama a ser contada.

Mas o que seria essa outra parte que não é tecida pela pele? Essa outra parte também está condicionada pela escolha. Quando decido olhar para o conhecimento yanomami como uma filosofia (e aqui entendo as dimensões epistemológicas e ontológicas) que tem algo a nos ensinar sobre como vivemos, deixo de lado outros comuns à psicologia social e institucional.

Quando me preocupo com as palavras e com aquilo que vivo, tento fazer o exercício do olhar proposto por Davi Kopenawa e pergunto-me: o que posso dizer sobre essa experiência que tenho? No que essa experiência é relevante, no que ela importa do ponto de vista coletivo e para o fazer de psicólogos e psicólogas? E por que olhar para saberes que não transitam tanto na academia? Para essa última pergunta, a resposta que eu teria é: precisamos pensar com os nossos mestres. Se somos brasileiros, cabe-nos estabelecer paridades entre o conhecimento eurocêntrico comum à academia com o conhecimento daqueles que foram esquecidos por ela, mas que nasceram nesta terra, ou foram trazidos à força para ela. Há que olhar para os outros povos que também viveram experiências próximas a nós. Aos poucos, nesta tese, eles vão aparecendo. Trazê-los também provoca o exercício de tomar o saber do adolescente e do trabalhador aqui. Ou seja, nas gatografias desta pesquisadora que lhes escreve, foi importante ler autores que tivessem um olhar diferente sobre nós ou que falassem de nós de outra maneira, para poder olhar para os arranhões.

Entretanto, lê-los não garante que eu consiga contar aos leitores aquilo que encontrei. Por ser uma pesquisa com autores de pouco contato na psicologia, trazê-los para discussão

torna-se uma tarefa árdua – e de alguma forma falível, visto que sozinha pouco se avança. Tornar-se árdua diz respeito, primeiro, à falta de pares na academia para discussão de textos, o que torna a pesquisa solitária; e, segundo, ao fato de que, ao não ter pares e tampouco ter incorporado os conceitos desses autores, fica difícil simplesmente citá-los ou conseguir extrair de seus textos aquilo que é mais importante (prática comumente adotada nas pesquisas). Eventualmente, parece que trabalho apenas com as ideias de um livro inteiro ou com aquilo que acabou mudando minha forma de pensar e, sobre essa mudança no pensamento, não tenho controle. Não tenho como citar essa ou aquela parte, pois a capacidade de selecioná-las parece me fugir. É como dominar exatamente aquilo que me faz pensar.

A escrita gatográfica e o cuidado se encontram em algo comum. Não há cuidado escrito. O cuidado não espera buscarmos orientações para acontecer. Posso me preparar para ele, posso até ler textos sobre o cuidado, mas o vivido, os acertos e erros e a dimensão do processo que acontece com o outro, esses não podem esperar a consulta às palavras escritas; dependem muito mais das palavras guardadas, da memória de um corpo e da recepção que consigo fazer para quem demanda cuidado e atenção. Essa memória pode ter muitas formas, e uma delas, a que me preocupa especialmente, é a seletiva.

O curso de psicologia oferece um modo bem seletivo de ter empatia ou de ter capacidade de alteridade. Procuo trazer aos poucos, nesta escrita, como essa seletividade se expressa. Voltemos à memória outra. Essa memória não é a que envolve uma repetição. A memória funciona mais como a construção de uma certa sabedoria que se faz entre trabalhadores, jovens, políticas públicas. Um trabalhador conta uma história de como fez. Outra trabalhadora lembra uma história marcante e compartilha. Essa pele vivida, que pode transitar em palavras entre um serviço e outro, pode ser material de uma certa palavra em nós. Talvez essa palavra trocada entre nós, escutada, inventada, seja a mais próxima das palavras que Davi Kopenawa diz que o povo yanomami guarda e não esquece. Mas será que bastaria esse encontro de histórias e experiências para que a condição para o cuidado que nós temos mude?

“Escrever implica calar-se” (BARTHES, 2008, p.15)¹⁶. Calo-me diante daquele que conta. Calo tudo o que sei. Silenciar o que carrego como certezas. O que esse outro que chega

¹⁶ “Escrever implica calar-se, escrever é, de certo modo, fazer-se ‘silencioso como um morto’, tornar-se o homem a quem se recusa a última réplica, escrever é oferecer, desde o primeiro momento, essa última réplica ao outro.” (BARTHES, 2008, p.15).

cheio de palavras diz? Não posso dizê-lo. Quem é esse outro de quem falo? São adolescentes e jovens negras, negros, brancas e brancos, periféricos. Não posso fazer essa ação de dizer simplesmente porque desconheço quem se conta. Preciso aprender. Não posso comparar a minha experiência. Nego-me a traçar comparativos, simplificar o traçado, reduzir os fios que tramam a história a ser contada. Fazer isso poderá calar a história de quem a conta, bem como sua dor. Seria como arrancar-lhe os dentes. Ou arrancar-lhe a possibilidade de chorar. Ou a capacidade de se ver em algo seu. Rondo-o. Silenciosa como o gato, não replico. Implico-me. Sei que devo entrar na trama. Há um tempo da trama. Então, para tramar esse tempo de dois, de um coletivo, ou de uma escrita, é preciso estar atenta ao tempo que não é de um – no caso, não é da psicologia, ou meu, como psicóloga. A história não sou eu que tramo¹⁷. Sou só um fio. Talvez um pretexto para algo. Quem sabe a minha presença seja apenas um pretexto. “Mas então o que é preciso fazer?”¹⁸

Qual a estratégia? Qual astúcia será necessária para perceber a ignorância que essa trama esconde? Porque, se aceito que desconheço, o não saber é nosso. Ignorância nossa sobre a trama que se remonta a cada história. Nesse tom, trata-se de produzir algo – ao invés de produzir projeto, produzir suporte, ficar em uma posição de não querer o que vem rapidamente à mão como resposta. Um fazer-se a si mesmo (ao produzir saber). O retorno de si no texto retoma a pergunta: quem somos? Um encontro com a última réplica oferecida a quem? Retomamos: quem é esse que conta? Desde o primeiro momento. Quanto tato é necessário? E talvez a pergunta mais importante a se fazer seja: do que é feito o tato que possuímos? Qual é o tato transmitido no curso de psicologia?

Troco, portanto, a palavra abismo, por trama. Estou falando do abismo em que não se comunica nada e que, após a experiência de estar diante do mesmo, todos estão cansados. É aquele no qual o que dizemos e o que vivemos não combina. Parafraseando Coutinho, se perdemos a ligação com o mundo, daí é o fim. Caímos nesse abismo juntos. Trabalhadores tristes e pensativos com nossos pretensos fracassos e adolescentes e jovens desprotegidos com seus ilusórios coletes à prova de bala. Paralisamos diante do abismo. Enchemo-nos de tristeza. Olhamos para o seu vazio como algo muito grande. Grande demais. Desde esse lugar, tudo parece que é feito tarde demais.

¹⁷ “O homem não tece a teia da vida; ele é apenas um fio. Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo.” (Chefe indígena Seattle).

¹⁸ No texto *Aracniano*, Fernand Deligny aborda um modo de ser em rede, no qual a violência impediria essa produção em rede. Portanto, sempre que o uso da violência se dá, impossibilita-se a produção do que pode acontecer na trama entre dois. Página 76, na edição da N-1. “A não violência é o que permite, o que requer que se trame outra coisa, que é da ordem da rede aracniana. É evidente que nós nos recusamos a pressionar as crianças. Mas então o que é preciso fazer? Pôr-se em posição de não querer. Será que se trata de uma posição de passividade? É exatamente o contrário.”

Não há que olhar os adolescentes, os jovens e os trabalhadores assim. Dizer adolescentes, jovens e trabalhadores já me tira dessa relação; eu, porém, estou lá. Mais um fio na teia. Eu um dia estudante de graduação, um dia trabalhadora, um dia pesquisadora. Um dia um corpo-pretexto para fazer algo com o que surge da trama. Ou seguir, em muitos casos, em um corpo-representação com seus limites abismais. Curioso que o abismo se mantém, mas não me incomoda mais. Um é o abismo produzido pela representação, outro o abismo necessário, esse que é de nos olharmos nas nossas diferenças e tramarmos algo juntos. Mas de que diferenças falamos? Diferença, alteridade e identidade são conceitos que nos servem? Mais linhas nessa trama. Quando uma linha rompe, outra se faz. Mas não a mesma. É preciso romper algumas linhas à gatunhadas.

3. OLHA PRA ONDE OS DO GUETO VÃO PRA QUEM QUER REDUÇÃO (EMICIDA, 2015)¹⁹

Josué²⁰ quis fumar um cigarro na frente da casa de acolhimento institucional em que vivia. As relações já não estavam muito boas, segundo ele e a equipe. Alguns conflitos na convivência vinham acontecendo. Ele chega ao Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PPSC) para cumprimento de medida socioeducativa. A infração cometida: depredação de bem público – um chute na porta e um grito com o monitor. O estopim dessa medida socioeducativa: o cigarro que ele não podia fumar. É isso que ele conta para nós. Josué vai à escola, frequenta aulas de dança, compete em olimpíadas locais de atletismo. No primeiro dia em que chega à oficina, no PPSC da UFRGS, traz nas mãos algo para compartilhar. Fotos que marcam tempos de uma vida que foi institucionalizada no abandono, mas que também mostram um adolescente em produção de diferentes espaços – apresentações de dança, festas na escola, familiares, amigos, professoras, etc. Produção que envolve também o trabalho da equipe do acolhimento institucional, nesses anos de vida juntos.

A equipe da PPSC percebe algo incômodo: a medida socioeducativa não parece a melhor resolução para o conflito gerado na relação com Josué. Só poderia ser um equívoco da casa de acolhimento aquele encaminhamento para o DECA (Departamento Estadual da Criança e do Adolescente) e a decisão judicial indicando o tempo de cumprimento de medida. A pergunta sobre como se chegou a essa decisão não quer calar, mas ainda não tem resposta.

Na tentativa de dar sentido a uma medida que parece sem sentido, o serviço escolhe percorrer outros caminhos com Josué. Uma visita a outro espaço: tomar o metrô e conhecer uma experiência de dança em cidade metropolitana. No metrô, Josué pergunta: eu posso dar uma aula? O convite para navegar pelos saberes do jovem é lançado. Passada uma semana, a oficina acontece: estagiária e psicóloga escolhem duas modalidades de dança: samba de gafeira e valsa. Indicações feitas por Josué. Ao voltar para o estabelecimento de acolhimento institucional e contar sobre como foi a medida, sofre reprimenda. O PPSC recebe uma ligação: que medida socioeducativa é essa, que ele volta para o abrigo dizendo que deu aula na UFRGS? Essa pergunta dispara interrogações: queriam que alguém continuasse o castigo? Um outro que não participava da vida de Josué? Um outro estabelecimento, com autoridade

¹⁹ Estrofe extraída da música Mandume, composta por: MCs Drika Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike e Raphão Alaafin e Emicida. Álbum: Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa...

²⁰ Josué é um nome fictício que dei a um adolescente que acompanhamos a partir do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade da UFRGS. Esse jovem segue com nome fictício, pois esse não sumiu, nem desapareceu na história. Sua vida segue, entre os trabalhos que busca e os estudos. Um jovem negro, acolhido em uma unidade de Acolhimento Institucional do município de Porto Alegre desde sua infância.

máxima? A pergunta fica na memória, não sabemos o que fazer com ela. Mas a indignação toma a todos nós. Diferente dos outros adolescentes que já passaram por aqui (Eduardo, Wilson e Samuca), Josué não havia cometido nenhuma infração. A questão que fica é: a medida foi severa e a expectativa de castigo era maior por ser um jovem negro e, mais ainda, sob tutela do Estado?

Josué é um jovem – mais um Silva – que está sendo acompanhado em sua medida na PPSC. Na época, idos de 2014, eu participo como colaboradora da reunião do serviço. Durante a reunião, ouço a história. Todos nós ouvimos e ficamos indignados. Depois do susto, passamos a montar uma proposta diferente para esse acompanhamento. Partimos, eu e a estagiária de psicologia, para um acompanhamento que envolvesse a dança - um dos saberes de Josué. Contamos com o apoio de Pebleu²¹, na época Educador Social no Protejo e idealizador da Escola do Funk.

3.1. (...) Eu nasci no dia que viram a raiva parindo, onde cidadãos de bem queimam terreiros, espancam mulheres e odeiam os pretos (...). (BACO, 2017)²²

Tomada por essa indignação, começo a escrita do anteprojeto para seleção de doutorado do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. Nele, articulo o princípio de resolubilidade do SUS, os argumentos do abolicionismo penal e a análise das práticas a partir do conceito de parrhesia, visitado por Foucault em seus últimos seminários, em especial em A coragem de verdade (FOUCAULT, 2014).

Da saúde coletiva, puxo o fio do princípio de resolubilidade do SUS²³. Ele versa sobre a capacidade do sistema em resolver situações relacionadas à saúde/doença dos usuários e/ou coletivos e/ou atendê-los de forma adequada em todos os níveis de atenção. Levar à radicalidade este princípio é considerar a história do sujeito para compor a resposta.

²¹ Antunes-Pebleu, descendente de família negra e branca, morador de bairro periférico e profissional da dança a partir do Funk, é mais uma pessoa nessa rede de produção de vida. Primeiro, foi educando no Protejo, depois foi contratado como educador social. O nome nessa pesquisa é fictício.

²² Estrofe extraída da música Capitães de Areia, composta e incisivamente cantada por Baco Exu do Blues. Álbum ESÚ.

²³ A resolubilidade do atendimento é tudo que espera o usuário quanto procura um serviço de saúde. E a Política Nacional de Humanização (PNH) oferta várias diretrizes para uma atenção resolutiva e humanizada: o acolhimento com classificação de risco e vulnerabilidade, com ordenação do fluxo de atendimento, a clínica ampliada com foco na escuta qualificada e valorização dos diversos saberes, a co-gestão e gestão participativa, a garantia dos direitos dos usuários, visita aberta e direito a acompanhante, valorização do trabalho e saúde do trabalhador, redes de produção de saúde, dentre outros. Proponho, caso haja interesse do leitor, a leitura dos documentos base da PNH que trazem informações mais detalhadas sobre essas diretrizes.

Do abolicionismo penal, roubo para tecer a questão de pesquisa o conceito de situação problema. Para seguir, entretanto, parece prudente deixar pistas sobre o que seria o abolicionismo penal: uma prática que se interessa pela ruína da cultura punitiva (PASSETI, 2006, p.83)²⁴. Assim, são problemáticos, para o abolicionismo, a seletividade do sistema penal, os efeitos de tomar o castigo como algo comum e a ideia de que o Direito Penal não pode responder às questões que emergem no social como conflito (PASSETI, 2006, p.83)²⁵. Essa prática propõe que a infração seja pensada como situação problema, considerando cada caso singularmente, dado que a maioria das situações de conflito são resolvidas fora dos espaços institucionais do Estado. A situação problema indaga-nos no que há de inédito do acontecimento infração e abre para pensarmos a resolução descartando fórmulas prévias. Nesse sentido, convida-nos a construir uma visão que deseja romper com a universalidade da lei, propondo a ênfase na singularidade do evento conflitivo (SALLES, 2011, p. 104)²⁶. Esses dois fios – saúde coletiva e abolicionismo penal – tinham no seu horizonte um cruzamento, um encontro: pensar a resolução sob outros parâmetros que não punitivos. A aproximação da saúde com o abolicionismo penal a partir dessa ideia de não punição me pareceu algo interessante.

Na escrita do anteprojeto o terceiro ponto era a noção de *parrhesia*. Noção que ajudou-me a entender a articulação do dizer o verdadeiro com a cidade, a política e a ética e, portanto, como um desdobramento para nossas práticas. A *parrhesia*, ou dizer o verdadeiro, é caracterizada por Foucault como um exercício que envolve assumir o risco de dizer o verdadeiro na eminência de romper vínculos políticos e de amizade – risco que se encontra no limite da violência, ao colocar em jogo a própria existência – e o pacto *parrhesiástico* que é feito com outro que escuta. Essa relação de dizer o verdadeiro, segundo o autor, vai assumindo novas modalidades, sendo incorporada em um discurso tanto religioso quanto científico, desacomodando esse lugar da prática *parrhesiástica* com caráter político. O dizer sobre si mesmo, capturado pela ciência, encontrará solos férteis na psicologia, na psiquiatria, na psicanálise e na medicina. Será para essas disciplinas que o discurso sobre si vai se voltar. Michel Foucault, no seminário anterior, A Hermenêutica do Sujeito, procurou interrogar “sob que forma, em seu ato de dizer o verdadeiro, o indivíduo se constitui e é constituído pelos

²⁴ “Prática libertária interessada na ruína da cultura punitiva da vingança, do ressentimento e da prisão.” (PASSETI, 2006, p.83).

²⁵ “(...) lógica seletiva sociopolítica e do sistema penal, os efeitos da naturalização do castigo, a universalização do direito penal, e a ineficácia das prisões.” (PASSETI, 2006, p.83).

²⁶ “Deslocar o olhar da justiça criminal para que, possamos entendê-la dentro de um próprio contexto, romper com a universalidade dos casos prescritos pela lei e enfatizar a singularidade do evento (SALLES, 2011, p. 104).”

outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade?” (FOUCAULT, 2011, p.5). Com isso, ele nos remete às práticas e aos tipos de discursos que procuram dizer a verdade sobre o sujeito. Entretanto, no seminário *A Coragem de Verdade*, interessa-lhe saber o que de verdadeiro o sujeito é capaz de dizer sobre si mesmo (FOUCAULT, 2014).

É dessa forma que esta tese começa como projeto. Inicialmente só enxergo punição e castigo. Por mais que meus olhos desviem, minha atenção parece já ter respondido ao problema. A inquietação toma conta do pensamento. No começo parece que tudo vai ficando muito inteligível. Legível, o mundo torna-se cada vez mais sombrio. Assisto à solidão dos jovens (meninas e meninos) e de suas famílias. À solidão das trabalhadoras e dos trabalhadores. À solidão minha. Nós todos, muito autossuficientes, acusando-nos mutuamente. Nós todos na mesma cama de gato. Amarrados. Sem movimento. Minha visão não ultrapassa as palavras castigo e punição. Não vai além das ideias de judicialização da vida, criminalização da vida. E a vida correndo ao lado. Judicializada, sim. Criminalizada, sim. Vidas muito sofridas, sim. Mas há muito mais. Preciso pensar que algo me escapa. Algo desconhecido está aí. Preciso de tempo. O tempo ajudará a ver o movimento, e não só a imagem chapada e instantaneamente capturada pelos nossos olhos. E assim vou achando interlocutores para perceber o que o problema de pesquisa havia operado em meu olhar.

Começo a me interessar pelo efeito do tempo sobre as coisas, sobre a memória, sobre a vida. Será Bergson e Deleuze, nas suas escritas sobre o tempo, que vêm ao meu encontro. Ao lê-los, encontro algo que então me parece um bom nó na trama. Reconciliar verdade e criação no nível dos problemas é uma pista. Isso quer dizer que temos a solução para nosso problema em função da maneira de colocá-lo (DELEUZE, 1999, p.9)²⁷.

²⁷ “(...) a solução conta, mas o problema tem sempre a solução que ele merece em função da maneira pela qual é colocado, das condições sob as quais é determinado como problema, dos meios e dos termos de que se dispõe para colocá-lo.” (DELEUZE, 1999, p.9).

4. A CAMA DE GATO. A FORMAÇÃO DO PÚBLICO

A favela

As crianças de hoje em dia com 12 ou 13 anos já estão no crime, no assalto, no trágico e de vez em quando até matando. Muitos jovens de hoje em dia estão viciados em drogas. Todo e qualquer tipo de droga. Por exemplo: cocaína e pedra ou crack e maconha são as drogas mais baratas e usadas no dia a dia dos usuários de drogas. Tem, também, as drogas mais caras como hSO e lança perfume, ecstase que são as drogas dos ricos. Eles usam só em festa rave. O efeito delas é prolongado entre 10 a 18 horas. Esse é o efeito das drogas mais caras. E o trágico na grande Porto Alegre é grande. Vamos dar um exemplo: nas esquinas a cada 100 ou 200 metros tu vê os caras, aqueles que são usuários de drogas vendendo as roupas por 5 ou 10 reais para dar um pega no cachimbo. Quando o usuário vê fumou todas as roupas dele e logo começa a roubar da mãe para fumar droga. Acaba com o dinheiro e com as coisas de dentro de casa. Eles, os usuários, começam a roubar os vizinhos para fumar ou dar “um pega” na lata ou no cachimbo. Esses usuários de crack duram cerca de 8 meses a 1 ano e 6 meses de vida, isso se não morrerem na mão dos traficantes. Podem morrer, também, na mão dos bandidos. Um usuário dura bem menos se já está roubando dos vizinhos e amigos. Tu se fores um usuário vai perder a amizade e a vida. Os usuários de drogas fortes como pedra e cocaína vão destruindo o corpo por dentro e essas são as duas drogas que matam mais rápido. (Eduardo, 18 anos, estagiário do protocolo do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul. Caderneta escrita em Porto Alegre durante atividade de oficina com jovens, em 20/05/2008)²⁸.

Eduardo era um sujeito muito trabalhador. No setor em que estagiava, não havia quem fizesse melhor a rotina. Foi ele que ajudou a montar a seleção dos jovens que iriam entrar no projeto. E que construiu dinâmicas para ver se os candidatos se adaptariam à rotina do protocolo. No final do estágio, sem que percebêssemos, ele enlouquecia dia após dia. Foi internado. Antes havíamos tentado outras soluções. Tínhamos, nós (da sua equipe de trabalho) e sua mãe, conseguido fazer contato com o CAPS que era referência onde morava. Mas tirá-lo da rua, ou mesmo encontrá-lo, ficava cada vez mais difícil. Ao sair da internação, quis ir direto ao protocolo para ver os colegas e conversar com a técnica.

Antes de entrar de vez nos delírios que o levariam à internação, ele queria protocolar os papéis que eram distribuídos na rua. Era a favor da redução da maioria penal. Acreditava que a prisão era a solução para quem comete crimes. Eduardo havia cumprido dois anos de internação em uma unidade de medida socioeducativa em Porto Alegre. Dessa experiência, dizia: a gente não aprende nada de bom lá (era assim que ele percebia essa internação). Aqui no estágio eu aprendi tanto. Que contradição. Eu pensava: as duas

²⁸ A redação da caderneta foi feita em uma oficina na qual os jovens respondiam à pergunta: como é ser jovem na sua cidade? Essas cadernetas foram lidas em um evento no Rio de Janeiro. Para que elas fizessem parte desta tese, os textos produzidos pelos jovens receberam o mesmo tratamento de correção textual que as demais escritas apresentadas. Acredito que, se os jovens soubessem do destino de seus textos, gostariam de fazê-lo. Um modo de respeito ao que transmitem. Nessa caderneta, acima transcrita, Eduardo, ao invés de usar a palavra tráfico, usa trágico. Mantive essa redação, por perceber a tragicidade desse lapso.

informações pareciam completamente discrepantes. A aceitação de que quem comete crime deve ir para cadeia, por um lado, e o cuidado em liberdade, por outro. Em sua caderneta, Eduardo escreve quase exatamente o que está sendo veiculado nos meios de comunicação.

Ele morava em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Em 2010, fui trabalhar nessa cidade, em um projeto vinculado à Secretaria de Segurança com Cidadania²⁹. A cena que ele descrevia na caderneta e seus comentários sobre como viviam os jovens no bairro dessa cidade lembravam um grande faroeste. Bala, mortes e drogas para todos os lados. Curiosamente, esse bairro ganhou evidência na mídia, por conta de sua alta taxa de mortalidade juvenil por homicídio. Bagdá Gaúcho era o nome que os moradores davam ao seu bairro, território demarcado posteriormente pelo PRONASCI, por conta do número de mortes. O estranho é que, ainda que houvesse muita violência ali, eu, como trabalhadora, colhi outras impressões. Vi muitos jovens trabalhando, estudando. Vi um bairro no qual as pessoas caminham muito, e, por ter muito sol durante o dia e poucas árvores, o começo da noite era a hora mais segura e mais bonita do bairro. A saída da escola era conhecida pelos moradores como onda vermelha de crianças e adolescentes, por conta da cor do uniforme das escolas municipais. Todos estavam nas praças, nas ruas. Mais uma contradição que ocupava minha mente, diante dos relatos de Eduardo.

4.1. O mundo é fruto de nossa imaginação (...) Por isso todo culpado é negro. Todo morto é negro (BACO, 2017)³⁰

Segui com as contradições que escutara e vivera junto a Eduardo. Passo a pensar sobre as práticas reeditadas, sobre o quanto de punição permeia nossa história. São 518 anos de práticas que começam com extermínio e perseguição ao povo indígena, bem como sua catequização, e com os castigos e torturas perpetradas contra a população sequestrada do continente Africano. Tortura e punição que se reeditam de diferentes formas, as quais falam de um modo de subjetivação brasileira. Em um país colonizado à base de sangue da população indígena e negra, é pelas torturas e punições vividas na ditadura civil-militar que

²⁹ O Projeto a que estava vinculada fazia parte das ações do PRONASCI. Programa do Governo Federal que previa montagem de várias políticas público-privadas em bairros que, segundo o Estado, eram territórios de alta vulnerabilidade à violência urbana. No período em questão, de 2010 a 2012, houve montagem de projetos que previam ações de combate à violência contra mulheres (Mulheres da Paz), combate à vulnerabilidade pela violência que acometia jovens (Protejo e Comunicação Cidadã no local, chamada de agência da boa notícia). Além desses projetos, havia ainda o Justiça Comunitária que se destinava à formação de agentes comunitários aptos à resolução de conflitos, bem como se prestava à mediação de conflitos na comunidade de modo a favorecer o diálogo. A estrutura do PRONASCI também se estendeu às ações de gabinete, com melhoria no treinamento dos policiais e guardas municipais, bem como um Gabinete de Gestão Integrada Municipal e do Observatório de Segurança Pública.

³⁰ Estrofes extraídas das músicas *Esú* e *Abre Caminho*. Composição: Baco Exu do Blues. Álbum *ESÚ*.

uma memória brasileira da violência de Estado foi ativada, embora o assunto suscite muitas resistências. Fato é que, frequentemente, as discussões em torno às práticas de tortura e punições em nosso país têm como referência esse momento da nossa história. Isso não é por acaso. Durante a ditadura, muitos dos estudantes que se envolveram com os movimentos de resistência advinham da classe média. Em certa medida, esse acaba sendo um fator determinante da importância que o tema ganha. Certamente é uma fase da política brasileira da qual nos envergonhamos e que é preciso denunciar. Contudo, os dados sobre punição, castigo e morte no Brasil indicam que, desde nossa colonização, as relações do Estado brasileiro com a sua população foram e seguem sendo muito violentas; nem todas essas violências, porém, ganham a mesma importância na mídia e no imaginário brasileiro. Há, entretanto, um fato concreto: existem atos infracionais e existem crimes cometidos. Se a punição, que é a base do sistema penal brasileiro, não é a resposta para tais atos, qual seria? Ao não desejarmos a punição, e sim a responsabilização, que modalidades de responsabilizar são possíveis? Quem são os responsáveis? – talvez coubesse a pergunta.

De qualquer forma, mesmo com tantas perguntas, não consigo pensar outros modos de resolução tão facilmente. Será que construí sentidos para a punição, mas não para práticas que possam apontar outros modos de resolução? Naquele momento, eu e Eduardo vivemos contradições próximas. Ele com sua posição sobre a redução da maioria penal e, ao mesmo tempo, sentindo que somente em liberdade estava aprendendo. Eu só olhando aquilo que era castigo e tendo tantas outras histórias de cuidado para contar, quando do encontro com as/os jovens meninas e meninos e com as trabalhadoras e os trabalhadores.

Entretanto, ainda que já estivesse avessa à ideia de ver punição em tudo, percebo que o modo de subjetivar pela reação punitiva se estende às políticas públicas, aos movimentos sociais, à ação do cidadão/indivíduo. A compra dessa ideia é produzida antes da emergência das legislações e práticas. Mas onde esse consumo é produzido? – eu me pergunto.

Em busca de uma linha que me sustente a pensar sobre essas contradições, encontro o conceito de formação de público. Esse público precisará ser simpático e acolhedor ao que é oferecido. As ideias precisam ser consumidas. Um tipo de consumo muito diferente. Algo como um entupidor de cérebros. A estratégia desse jogo é manter a mente muito ocupada. Manter a mente ocupada é a função da formação de público. O conceito, segundo o que eu entendo, diz que esse entupimento programado da mente é um processo que consiste no aprisionamento *do outro mundo possível*, ou de outros mundos possíveis. Algo como reduzir nossa capacidade inventiva, ou melhor, usar nossa capacidade inventiva para aquilo que

entope nossa mente. O poder que incide no *público* está justamente na formação de desejos e de crenças³¹.

Começo a entender como podemos guardar em um conjunto de dizeres coisas completamente desbaratadas. Eduardo estava com a cabeça entupida pela cama de gato armada nessa tal formação do público. Ele comprou a ideia de que a prisão pode ser uma boa solução, mesmo que o presente que estava vivendo lhe contasse exatamente o contrário. Mesmo que ele admitisse que o cuidado e a responsabilização em liberdade tenham lhe ensinado mais do que a privação da liberdade.

Essa estratégia, o capital apreendeu muito bem. O modo de consumir passa a fazer parte do que somos (subjetivação) – produção de mundo próprio para o capital –, de forma que não se consome mais bens, mas posições, ideais, desejos. A sociedade de controle – que Deleuze indicava desde *Anti-édipo* (1976), e Lazzarato denominará de noopolítica em *Revoluções do Capitalismo* – interessa-se pela administração do tempo (LAZZARATO, 2006, p.75). Ou seja, mais pelas tecnologias à distância, pela formação de opinião, pela modulação – voltando-se para a vida³², mas de um modo muito diferente. Entupindo toda gente. Então, no modo como entendo, essa coisa toda de formação de público, ou de desejos e crenças, é algo como ajustar meu pensamento, ou talvez, nem me deixar pensar. Pensar é perigoso demais, e a formação de público tem como objetivo principal impedir que o pensamento aconteça.

Observando o que esse conceito trama, passo a considerar que até o nosso desejo pode ser perigoso. Quando apoiamos a criminalização de um ato, estamos reforçando um modo de operar a punição que já está em nós. Logo, abrimos mais espaço para controles mais severos sobre a vida. Então, aquilo que eu penso que é só a lente que eu havia montado no começo deste percurso de doutorado não está só modulado pelas leituras, pelas práticas, a partir do trabalho e das problematizações acadêmicas. Estou entupida e ao mesmo tempo revoltada com tanta punição. É só o que enxergo. E tem uma vida correndo ao meu lado, ou melhor, uma vida que, como fio, eu havia ajudado a tecer junto a meninas, meninos, trabalhadoras e trabalhadores. E lá, nessa vida, por estar entupida pela ideia de punição, acabo não

³¹ Há necessidade de assinalar que, na produção bibliográfica da psicologia social, influenciada pela leitura de Foucault, muito se fala do controle das populações operada pelas políticas públicas, mas nos parece ficar em segundo plano a análise sobre o modo como o Capital opera no Estado e nos indivíduos, ou mesmo como este, em um contexto de capitalismo democrático, transfigura-se em um Estado Capital.

³² Mas que vivo, ou vida, é essa que o autor nos reporta para entendimento do modo de controle contemporâneo? Nietzsche e Tarde, a partir da obra *Ensaio de psicologia celular* (de Haeckel), definem o vivo como aquele que possui memória (a preservação física do passado no tempo presente, com formas de vida lançadas ao futuro). Lazzarato, ao estudar Tarde, indica que, “sem essa memória, sem essa força - uma duração que conserva -, (...) não existiria o sensível, a vida, o tempo, a acumulação e, portanto, não haveria agregação” (LAZZARATO, 2006, p.28). É sobre memória e atenção - diferença e repetição - que a modulação se dá.

percebendo o problema que se montava, nem conseguindo analisar muito bem qual é o meu lugar nos espaços de educação. Não consigo enxergar. Mas, enquanto a pesquisa acontece, as práticas como psicóloga não param, as ruas do país se mexem. Novas cegueiras vem à tona, e não somente referentes à punição.

5. MARCHAS DE JUNHO DE 2013: NA CARA PRETA, LUZES (SAPIÊNCIA, 2017)³³

Houve as manifestações de rua, que ganharam força em junho de 2013 no Brasil. Se, por um lado, observo nelas a intensidade da violência estatal, registrada pelas mídias alternativas³⁴, por outro, todos nós observamos outros desejos de organização, de cooperação, outro modo de querer viver no campo e na cidade. Se os desejos que nasciam ou se reeditavam viravam ação na vida de cada um e uma era outra questão, mas efetivamente se enunciava que havia um esgotamento do modo de viver capitalista. Havia uma outra sensibilidade (LAZZARATO, 2006, p.22)³⁵. Algum desejo escapou.

As manifestações de junho de 2013, entretanto, surpreendem por emergir em um contexto diferente no Brasil: o do crescimento e da melhoria de vida. Santos (2013) escreve sobre o preço desse progresso e indica que existem três narrativas possíveis que vão situar a emergência das manifestações que observamos no país³⁶: desigualdade social/crescimento econômico, democracia participativa, políticas de inclusão social. As duas últimas narrativas, que asseguravam um crescimento da população de modo geral, sucumbiram frente a um plano econômico de crescimento (que acirra as desigualdades sociais históricas). Nesse sentido, aquilo que é surpreendente começa a ganhar outra leitura: o Brasil que cresce tem um brasileiro que não aguenta mais esse crescimento.

No ano de 2017, entenderemos um pouco melhor que as marchas de 2013 enunciavam que a forma como crescíamos parecia trazer um mal de origem, uma certa negociação irreconciliável com o capital, pela qual a nação pagaria muito caro. O que se enunciava ou movimentava a rua era algo que parecia não poder ser dito, ou ao menos eu, como

³³ Estrofe da música Meu bloco. Artista: Rincon Sapiência, Album Galanga Livre, ano 2017.

³⁴ Mídia Ninja Narrativas independentes, Jornalismo e Ação: dessa forma a Mídia Ninja se identifica, e objetiva uma produção de notícia livre de leituras hegemônicas. O Coletivo Catarse (...): “comunicadores comprometidos com a construção de alternativas que fortaleçam a cultura e o jornalismo independentes(...). Aproxima-se de movimentos e organizações que entendem a cultura como um direito humano e a comunicação como uma ação transformadora.” Acessar em: <http://coletivocatarse.blogspot.com.br/>

³⁵ O mundo possível existe, mas não existe mais fora daquilo que o exprime: os slogans, as imagens capturadas por dezenas de câmeras, as palavras que fazem circular aquilo que "acaba de acontecer" nos jornais, na internet, nos laptops, como um contágio de vírus por todo o planeta. O acontecimento se expressa nas almas, no sentido em que produz uma mudança de sensibilidade (transformação incorporai) que cria uma nova avaliação: a distribuição dos desejos mudou (LAZZARATO, 2006, p.22).

³⁶ A primeira narrativa é a da desigualdade social, que remonta à nossa violenta história de latifúndios e escravidão e que ganha outros modos de se expressar no contemporâneo com a modernidade e o Capital. A segunda narrativa é a da “reivindicação da democracia participativa que remonta 25 anos e que teve seus pontos mais altos no processo constituinte que conduziu à Constituição de 1988”. A terceira e “mais recente diz respeito às políticas de inclusão social adotadas pelo Presidente Lula da Silva a partir de 2003” (SANTOS). Políticas que elevaram o consumo, reduziram o número de famílias em situação de extrema pobreza e afirmaram ações relacionadas aos preconceitos contra minorias.

pesquisadora, cidadã, sujeita ou subjetividade, não consigo compreender. Mas importa seguir um pouco mais, considerando o que se movimenta nessa cena.

Era uma nova cena política (PELBART, 2013)³⁷. Havia desacomodação de desejos e crenças. As manifestações cessaram. Foram capturadas também. Viraram brados pelo fim da corrupção. Viraram marchas verdes e amarelas cheia de desejos conservadores de privilégios. Mas o desejo que é disparado pela demanda de circulação na cidade – com o mote do passe livre – segue por aí. A sua lembrança me faz pensar na libertação do desejo e das mentes. Mas isso não necessariamente produziu pensamento – talvez tenha produzido um certo tipo de memória afetiva que pode, não necessariamente vai, virar pensamento. Pode virar um corpo contra os valores.

Esse cenário brasileiro coloca-me em uma posição de cuidar e ser muito prudente com o que falo, pois a cama de gato sempre está armada para nós deitarmos. Ao perceber que o crescimento do Brasil, inclusive no que trata de suas políticas públicas de cuidado, assistência e educação, estavam em um namoro sempre aproximado com o capital, a mulher, a pesquisadora, trabalhadora, cidadã coloca em dúvida sobre esse crescimento e os seus destinos.

O avanço das políticas públicas no Brasil, seja de acesso, seja de cuidado e proteção, foi embalado pelo capital, e talvez nem fosse possível se assim não fosse tramado, mas, considerando as manifestações e o cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores dessas políticas, cabe nos perguntarmos o quanto são negociadas as concessões e quais as contrapartidas para a montagem de políticas estatais. O modo como foi ovacionado nosso crescimento – tanto pelo governo quanto por militantes de esquerda – talvez tenha nos cegado para o tamanho do problema que ele iria ocasionar logo adiante.

Pensar sobre a formação do público é algo que precisamos observar quando estamos cuidando do outro, produzindo conhecimento – mas também quando formulamos políticas e engendramos suas continuidades. A máquina de nos entupir a mente está sempre preparada para nos dominar – e acredito que o modo como as negociações entre capital e governo foram se dando e como foi vendido nosso crescimento tenham influenciado inclusive no modo como cuidamos e assistimos a população. Nesse sentido, a atenção à vida que está à nossa frente é fundamental – ela indica que o modo como ofertamos cuidados, educação, proteção não bastam ou ainda estão aquém daquilo que foi negociado entre iniciativa privada e iniciativa

³⁷ Em vez de perguntar o que "eles", os manifestantes (...), querem, talvez fosse o caso de perguntar o que a nova cena política pode desencadear. Pois não se trata apenas de um deslocamento de palco – do palácio para a rua –, mas de afeto, de contaminação, de potência coletiva. A imaginação política se destravou e produziu um corte no tempo político (PELBART, 2013).

pública. Saber que nosso fazer também está dominado e traz suas contradições é fundamental, sob risco de nos frustrarmos. E quanta frustração ao encontrar as meninas e os meninos ou aquelas e aqueles que no SUS chamamos de usuários da saúde.

Mas essa frustração também pode ter como origem o engate na militância. Engatamos nela e fazemos formação de um público. Nessa formação, distribuímos discursos sobre a tal “revolução”, a “genialidade”, o “inusitado”, a “beleza na fala” que estaria supostamente nos selvagens, indomesticáveis, não colonizáveis. Precisamos realmente disputar os desejos e as crenças das populações que circulam nas políticas públicas com aqueles outros desejos e crenças que são do senso comum na formação do público. Precisamos realmente buscar a legitimação de nossas falas nessa trama. Só não podemos nos enganar quando o tema é cuidado. Ao acessar uma política pública para a qual o cuidado está em questão, seja em uma UBS, seja em um CAPS, seja em um CRAS, em um CREAS, o que encontramos muitas vezes é uma e um usuário que comprou aquilo que há de mais senso comum no público. E não só isso. Além de ter comprado esses desejos e crenças, ele está em sofrimento. E será com esse usuário que nos encontraremos. Se, por um lado, estávamos entupidos com uma ideia de crescimento de acessos da população brasileira à saúde, à assistência, à educação – que logo se mostrou frágil devido ao modo como foi construído esse encontro do público e do privado –, por outro estamos também entupidos com a ideia de quem iremos encontrar nas políticas e, como disse antes, essa ideia remonta ao discurso um tanto ufanista daquele que difere, daquele que é a alteridade, ou seja, esse outro brasileiro. Considerando esse duplo entupimento, minha experiência tem apontado que, diante dessas falas deslegitimadas e muitas vezes autorecrimiantes das usuárias e dos usuários, nós também adoecemos.

Na caminhada com as juventudes, que é o foco desta escrita, em muitos momentos esperei delas e deles a surpresa. Não nego que muitas vezes eu me surpreendi. Entretanto, na maioria das vezes o trabalho era tirar toda a tralha que poluía de imagens nossas mentes. E, depois de removê-la, lá estava uma menina ou um menino sofrendo. Um Eduardo que, depois de todos seus discursos modulados pelo público, em um momento de atendimento aproximava as mesas em torno de si como se construindo uma borda ou algum lugar seguro onde pudesse chorar. Aos prantos, por não saber o que fazer com sua vida, olhava-me. Sentia-se demandado desde o exterior, sem conseguir fazer enlances com seu desejo, ou fazer alguma relação que lhe tirasse do lugar simplesmente de demandado por algo ou por alguém – o trabalho, o tráfico. Nisso tudo, onde ele estava? – perguntava-se. E era pedreira o caminho. Caminho que, hoje eu sei, tem o peso de uma responsabilidade que é compartilhada por muitas e muitos jovens.

Baco, cadê o ano lírico?
 E o CD do ano?
 Eles tão me cobrando
 Eu tô trabalhando
 Minha mulher brigando
 Meu amor, eu te amo!
 Se você tem nome de deus
 Por que erra tanto?
 Por que eu ainda canto?
 Seus irmãos estão te odiando
 Sua família você tá largando
 Por que grita tanto?
 Deus tá dormindo
 Vai acabar acordando
 Por que cê fala tanto de Deus?
 É porque eu sou humano!
 O público não entendeu
 Por que você fala tanto de Deus
 É porque sou um mano
 Compra uma arma, quanto tá o cano?
 Eu tô comprando
 O deus que habita em mim, eu tô libertando
 O flash está me cegando
 O álcool está me matando
 Minha raiva está me matando
 Sua expectativa em mim, está me matando
 Homem não chora
 Foda-se, eu tô chorando!
 Onde eu guardei o cano?
 Hoje ele encosta no meu ouvido e fala: Te amo
 Porra, eu te amo!
 Isso é um pedido de socorro
 Você está aplaudindo
 Eu tô me matando, porra!
 Eu tô me matando, porra!
 Eu tô me matando
 Você tá aplaudindo e eu tô me matando
 Eu tô me matando
 (BACO, 2017)³⁸

Foi tão difícil que ele enlouqueceu. Estava frágil para poder reagir diante das demandas externas e, cada vez mais pressionado, explodiu em delírio. Nesse percurso, produzimos muito. Mas não tinha nada de fantástico. Não havia frases de ordem – a grande denúncia vinda das bocas juvenis. O que havia era aquela dor. E a dor, quando não encontra uma possibilidade de transformar-se, é exaustiva, ela corrói. Não é uma dor qualquer. Essa dor é uma dor de percursos quase os mesmos no que diz respeito a vivências da população

³⁸ Estrofe extraída da Música En tu Mira do compositor e cantor Baco Exu do Blues. Álbum Esú, ano 2017.

brasileira e, especificamente, jovem. “É uma dor que não encontra seu papel” como diz Luis Melodia.

Diante de tal dor, muitas vezes eu, como trabalhadora, senti impotência. Essa impotência dizia respeito em parte àquela frustração de que falei antes. Esperamos das usuárias e dos usuários algo inédito. Mas esse ineditismo só se faz na relação – uma relação que ponha em cheque os nossos lugares contraditórios, aqueles que nos fazem ter posições tão dissonantes diante do mesmo tema. E quanta tralha deve ser removida para podermos efetivar o cuidado. Diante dessa dor também assistimos aos limites das políticas públicas que namoraram com o privado. A sensação da impotência então é dupla, pois, como disse inicialmente, estamos entupidos com ideias que não correspondem ao que de fato acontece. De um lado, um certo ufanismo com políticas públicas (sem fazer exigências de continuidade nas negociações com o privado ou sem nem mesmo projetar futuro); de outro, o limite do discurso militante da diferença marginal.

Portanto, o público, ou aquilo que circula na formação do público, é parte da trama que precisa ser muito bem observada. Ela faz parte da formação de nossa sensibilidade e nosso olhar. Observar o que compõe a formação do público é condição para tramar leituras possíveis sobre o que nos acomete no tocante ao cuidado e às políticas públicas voltadas para as juventudes.

5.1. O capital imaterial e as palavras engolidas à força e faltantes

Wilson trabalhando para viver em paz

Os jovens de Porto Alegre...

Quando eu comecei a estudar eu sonhava em completar o ensino fundamental para poder trabalhar. Algum tempo depois comecei a roubar. Não fui tão longe e já me prendi. Um ano e meio atrás das grades levou-me a pensar: continuar a roubar ou começar a trabalhar? Então num certo dia fui convidado a participar de uma seleção para um estágio na procuradoria. Aceitei e passei. Comecei a trabalhar. A vida de um jovem trabalhador é muito digna e tranquila, mas não é para sempre. Afinal, um estágio é o máximo que um jovem com pouco estudo consegue. Agora no final do estágio eu iria procurar vários outros serviços e lutaria como os jovens do tráfico e da vida bandida lutam. Com tudo isso, eu gostaria de saber e entender como os jovens poderiam encarar um mercado de trabalho cheio de burocracia, pedindo experiência e estudo. São muitas exigências para os jovens. Mas se o jovem for ao ponto de tráfico eles não vão pedir nenhuma experiência nem haverá burocracia. Eles te darão uma arma na mão e te darão uma grande maneira de sobreviver. “Um dia é da caça, o outro do caçador...”. Como um jovem de família humilde pode encontrar um emprego sem alguma experiência? Mas ele pode roubar, o que seria errado. Mas como ele iria sustentar a família, se não dão a ele emprego e dignidade? Qual seria sua alternativa? Por isso existe a criminalidade. Se houvesse alguma pesquisa para saber o porquê das pessoas matarem, roubarem e outras coisas erradas, eu TERIA A CERTEZA QUE TODOS DIRIAM QUE NUNCA TIVERAM UMA

CHANCE DE EMPREGO! OS JOVENS DE PORTO ALEGRE QUE ESTÃO NO CRIME NÃO IRÃO LARGAR PORQUE ELES GANHAM MUITO MAIS DO QUE UM SALÁRIO MÍNIMO POR SEMANA. PARA ELES PARAREM, SÓ MORTOS OU MORTOS. MAS O MUNDO AINDA TEM UMA CHANCE. OS MAIS JOVENS QUE EU E TODOS NÓS. ENTÃO, EM NOME DELES, VAMOS ACABAR COM ESTA BUROCRACIA PARA QUE POSSAM ENCONTRAR UM EMPREGO DIGNO NO MUNDO (Wilson, 18 anos, estagiário do protocolo do Ministério Públicos Federal no Rio Grande do Sul (Caderneta escrita em Porto Alegre em atividade de oficina com jovens, em 20/05/2008)).

“Existe um país onde as pessoas quase não falam (LESTRADE; DOCAMPO, 2010).” Nesse país, alguns intelectuais reproduziram por muito tempo um discurso sobre a peculiaridade inebriante e ao mesmo tempo corrupta que rondava seus viventes. Junto à corrupção, vieram as ideias de favor, privilégios e a prática do patrimonialismo. Todas essas ideias muito sedimentadas em um país pré-moderno. Nesse país, a pré-modernidade dizia respeito à relação de sinhozinho e sinhazinha e à expressão de seu poder sobre o engenho e sobre as decisões locais. Dizia respeito também a uma relação histórica com a escravidão de um grande contingente de africanos sequestrados de suas nações. Foi a partir dessas peculiaridades que construíram nesse lugar um ideário sobre uma subjetividade pré-moderna que se estende até hoje. As características acima citadas, que podem ser resumidas na expressão “jeitinho brasileiro”, foram tomadas como uma singularidade absoluta desse país. Como se, de dentro dos engenhos, existisse um fio que permanece até os dias de hoje.

Nesse país, entretanto, houve dois marcos que definiram uma mudança muito grande naquilo que poderíamos chamar de subjetividade. O primeiro se deu no ano de 1808. Ano em que a coroa portuguesa e seu quadro administrativo desembarcaram nesse país e imprimiram sua forma de fazer política parcialmente moderna e com Estado centralizado. Essa modernidade, que chegava de fora para dentro, também veio acompanhada do mercado competitivo imposto pela política econômica da Inglaterra. Uma ilha muito poderosa, que metia o bedelho em todas as transações internacionais que pudessem lhe render vantagens com a chegada do capitalismo. O segundo marco se deu entre os anos de 1930 a 1970. Nesse período, o país viveu uma transição muito marcante e bastante moderna. Passou-se inegavelmente a ser “o país da grande fábrica de palavras (LESTRADE; DOCAMPO, 2010)”. Florestan Fernandes, um sociólogo importante desse país, chamou essa transição de “revolução burguesa encapuzada (FERNANDES, 1987)”, na qual a economia prepondera sobre as formas culturais e políticas. Definitivamente já não pudemos olhar para as atitudes e comportamentos dos viventes do mesmo modo. As marcas de um Estado centralizador e do Mercado tornaram-se inegáveis.

“Nesse estranho país”, os viventes precisam “comprar as palavras e engoli-las para poder pronunciá-las. As palavras que saem de suas máquinas da grande fábrica de palavras” são tão variadas quanto a própria linguagem. “Existem palavras que custam mais caro do que outras. As pessoas falam muito pouco essas palavras, a menos que sejam muito ricas. No país da grande fábrica, falar custa caro (LESTRADE; DOCAMPO, 2010)³⁹”.

Esse preço, no entanto, não é pago apenas com dinheiro. Há um outro tipo de bem que é preciso possuir para que se possa falar. É preciso ser disciplinado, autocontrolado, flexível e com capacidade de prospecção. As famílias que não são ricas, mas que possuem algum capital cultural e social legitimado pela elite (logo explico que tralha é essa), procuram passar essas quatro características para suas filhas e seus filhos. Essas famílias farão de tudo para que suas e seus herdeiros garantam, a partir dessa herança material e imaterial, bons salários e prestígio social – duas conquistas (salário e prestígio) monopolizadas pelo Estado e pelo Mercado.

Nesse país que parece fictício de tão absurdo na sua lógica excludente de oportunidades existe. E nesse país de verdade que vivemos, mais que nossas relações pré-modernas, que dizem respeito a poderes locais de sinhozinhos e à escravidão, nossa socialização e aprendizado estão marcados em grande parte por essas instituições (Estado e Mercado) e seus interesses. Moldamo-nos a esses interesses. Esse modo de se moldar, ou subjetivar, não é neutro. Carrega valores que estimulam certas virtudes e condenam e estigmatizam outras. Cria-se então o sujeito com um comportamento individualista. As outras formas de vida e de comportamento não moldadas são condenadas ao esquecimento e jogadas no estigma social montado por aquelas ideias pré-modernas desse país, ou seja, são colocadas no lugar de marginal e delinquente. Quem não tem dinheiro e capital cultural, portanto, “às vezes cata palavras nas latas de lixo, mas essas palavras são sem graça (LESTRADE; DOCAMPO, 2010)”. Elas não se enquadram naquilo que é preciso falar e fazer para viver bem, segundo as regras do capitalismo. No Brasil, soma-se a essa distribuição de bens imateriais o impacto do discurso da democracia racial. Criação de intelectuais liberais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, a ideia de democracia racial separava muito bem as etnias e raças presentes na população brasileira: aos indígenas (assim eram chamados os muitos povos originários do país), cabia a mata; aos negros, cabia a cultura; e aos brancos, a distinção do conhecimento. É mais um elemento que se soma à distinção já existente entre as palavras.

³⁹ As citações diretas contidas nesse parágrafo fazem referência à obra *A Grande Fábrica de Palavras*, das autoras LESTRADE; DOCAMPO, publicada em 2010.

Bem como na história do país da grande fábrica de palavras, no Brasil, os viventes podem “(...) comprar palavras em promoção e levar pra casa um monte de palavras baratas”, entretanto “quase sempre essas palavras não servem para grande coisa (...) Às vezes, é possível encontrar algumas palavras no ar. Quando isso acontece, os meninos correm com suas redes de pegar borboletas. Eles ficam orgulhosos de poder dizer algumas palavras a seus pais, à noite, no jantar (LESTRADE; DOCAMPO, 2010)”. Essa primavera chegou ao Brasil na forma de políticas de distribuição de renda e sociais. Mas apenas a distribuição não bastava, pois a concentração de renda e de informação ainda era muito grande. As políticas sociais alcançaram uma população que antes nunca chegaria a algum atendimento de saúde – mas que ainda não alcançou parte mais vulnerável da população – as mulheres e os homens negros do Brasil. Entretanto, todo um movimento de conveniamento e privatização dessas políticas gerou, como consequência, a rotatividade de profissionais (o concurso público já não era mais a forma privilegiada de contratação desses profissionais), a desvalorização de seus salários, a precarização do trabalho e do cuidado.

O nível de consumo aumentou em todas as classes desse país; entretanto, aquela que foi historicamente alijada do capital cultural continuou prejudicada no que diz respeito a ter sua fala e sua vida considerada. Nesse país, não são só palavras que as meninas e os meninos levam para os pais. Às vezes há uma mistura bem grande de ações, com a qual esses meninos e meninas se envolvem. As palavras faltantes, ou engolidas à força e caras, impedem que eles se vejam e que sejam vistos de um modo interessante nesse país da grande fábrica de palavras. Suas ações podem ser violentas e seus motivos são múltiplos. Alguns ainda agregam, ao orgulho de poder mostrar algo, a grande responsabilidade que desde cedo se autoimpõe com seus familiares.

Cedo, alguns desses meninos e meninas aprenderam que é preciso se virar para conseguir viver. Um paradoxo, porque, ao mesmo tempo que sentem essa grande responsabilidade, também transbordam as regras desse país esquisito que é o Brasil. Algumas estruturas morais talhadas pelo Estado e pelo Mercado colaboram para formação dessa grande responsabilidade e dos desvios transgressores e violentos. O consumo é um deles.

Para modificar a história desse país alguns intelectuais têm se levantado e dito que é preciso recontar a história do Brasil. Para que essa história se transforme, precisa de outras categorias valorativas para observar a nossa vida nesse país colonizado. É preciso saber o que é próprio de nosso país, bem como é preciso identificar aquilo que é próprio do capitalismo e de como ele age em um país com nossa história.

Jessé Souza (2009), ex-presidente de uma organização de pesquisa chamada IPEA e professor, diz que essas estruturas valorativas, que vou indicar aqui, estão presentes em todas as dimensões das vidas das e dos viventes. Como são invisíveis, pois as e os viventes estão imersos nessas forças valorativas que são impessoais, passam a não ver a própria fonte moral e social de todo seu comportamento cotidiano. A consequência dessa invisibilidade produz um exacerbado individualismo e a ilusão de que criam com as mãos as próprias regras e valores. Essa é uma cama de gato, que Jessé de Souza chamará de subjetivismo moral. Mas que revolução valorativa é essa que vem junto com o capital e o Estado Moderno? Vou seguir um pouco a pista deixada por Jessé. Não pretendo nem aderir a ela nem tomá-la como verdade. A exposição aqui é só para ajudar a fazer essa leitura de como funciona essa coisa das palavras faltantes e engolidas. De resto, ponho-me a pensar isso no encontro com o que vivi nesse país que tem suas esquisitices. Mas vou tentar, nesta escrita, dar a ver o que o ex-presidente do IPEA nos oferece como pistas para essa trama intrincada.

Para Jessé Souza, o que marca a revolução valorativa no Ocidente teria duas fontes. Uma delas é a dissociação, ou oposição, entre alma ou mente e corpo. A primeira, vista como superior, virtuosa e do bem. O segundo, como negativo, mal, vulgar, tomado pelas paixões incontroláveis e insaciáveis da sexualidade e da agressividade. Em um movimento genealógico, ele encontra os fios dessa teia em Platão. A ideia central e que nos importa é que o caminho da virtude pensado por Platão para o homem comum deveria se institucionalizar e, de certo modo, virar regra. Com isso emerge uma burocracia que cuidaria de sua observância. Essa ideia de virtude vai ser vinculada aos interesses das massas europeias e ao pensamento que depois passa a dominar o ocidente – o da “salvação eterna” propagada pela Igreja Católica. A virtude, então disseminada e reinterpretada por Santo Agostinho como controle dos desejos corporais pela mente ou alma, seria a fórmula do “caminho da salvação”.

Estamos aos poucos encontrando aquelas características tão desejadas pelo capitalismo, quais sejam: autocontrole e disciplina. Com a reforma protestante, essa ideia da virtude foi radicalizada. Cria-se a noção de personalidade (como expressão de um padrão de conduta refletido e racional a partir de um centro moral). Assim, há a democratização dessa hierarquia valorativa entre mente ou alma e corpo. Não cabiam mais os valores pré-modernos, pois é nessa virada moderna que assistimos o trabalho útil e produtivo tornar-se um grande valor (virtuoso). A partir deste valor supremo, temos como desdobramentos dependentes do trabalho a construção da autoestima, o respeito e o reconhecimento social. Essa seria a leitura que Jessé Souza faz da primeira fonte moral, que chamará de “afirmação da vida cotidiana” dos valores pelos quais esse país também se orienta. Esse virtuosismo, como bem sabemos,

foi uma das fontes da criação do conceito de raça, que diferenciou os povos para depois hierarquizá-los. Ou seja, no país esquisito feito de indígenas, negros e brancos, dificilmente alguém alcançaria esse estatuto, ainda que forçasse uma identificação com seu ideal de homem europeu – aquele que guarda a virtude.

A segunda fonte moral não vem do trabalho. Essa segunda fonte é chamada de “expressivismo”. Ela é a reação ao trabalho ascético e protestante. Oriunda do romantismo alemão e sendo reativada nos anos 60 pelos movimentos de contracultura, nela está contida a ideia de que cada pessoa possui ou deveria possuir uma voz própria. Nesse país, e não só nele, temos uma forte indústria que vende essa expressividade.

Então, segundo Jessé, nesse país teríamos o trabalho e a expressividade como valores, sendo que esta última sustentaria estilos de vida. Esses dois valores seriam as fontes objetivas de todo reconhecimento social e de toda possibilidade de autoestima moderna produzida. Neles, porém, há algo de contradição que cinde o sujeito, já que essas duas fontes inspiram atitudes e conduções de vida diametralmente opostas.

Essa leitura permite dizer do engano que esse país cometeu ao adotar a sociologia do jeitinho brasileiro como alheio a tudo isso. Reconhecidos pela malandragem, mau-caratismo e capacidade de passar a perna em qualquer um, esses viventes existem como se raça inferior fossem sem perceber. Sejam índios, negros ou brancos, todos são brasileiros, e, por conta da afirmação de uma singularidade construída como discurso de identidade brasileira, perdemos de vista que, ao nos autorecriminar e desvalorizar frente aos países “desenvolvidos”, passamos a construir uma nação que não pensa as consequências de sua colonização, bem como não se percebe parte do que o autor chama de modernidade. Incluídos entre os modernos, então, esse país pode pensar sua diferença relativa.

5.2. Um pouco de sonho, e um monte de má-fé institucional

Dia 20 de maio de 2013⁴⁰.

⁴⁰ A escrita em pensamento que ocorreu em 20 de maio de 2013 diz respeito à experiência que começou em maio/junho de 2010, em uma política de parceria público-privada chamada Protejo. Ela acontece depois do encontro com Pebleu, quando este estava educador social na mesma Casa das Juventudes onde eu trabalhei. Essa experiência acontecia no bairro de Guajuviras, na cidade de Canoas. Os encontros com os jovens se estenderam até abril de 2012. A Casa das Juventudes, como é chamado o lugar, permaneceu no bairro até 2017. A história que conto aqui, que começa em 2010 mas se estende pela vida em relações que perduram até hoje, teve a duração de um ano. A cada ano os grupos se renovavam com novas e novos jovens. Aquelas e aqueles que haviam passado pela proposta de formação passam a figurar em outras atividades que, como equipe, íamos tramando para que a Casa das Juventudes pudesse acolher mesmo depois do percurso formativo feito. Algumas interrogações que se encontram neste texto já estavam presentes na época. Outras foram formuladas a partir dos encontros que seguiram acontecendo com Pebleu e jovens que persistiram na Escola do Funk até 2013. Quando o grupo iniciou, eu era educadora social e técnica da equipe de Direitos Humanos.

Lá estava eu, como trabalhadora, em um projeto de segurança com cidadania de um município da região metropolitana de Porto Alegre. Nesse lugar, um encontro. Depois do trabalho em grupo com jovens meninas e meninos, chegara a hora do encontro individual. Pensar com cada uma e um o seu projeto de vida. Ele chega na hora marcada. Só o conhecia pelo seu nome de registro. Havia outro nome, forjado entre histórias da escola de samba, a escolinha de futebol e a luta por moradia realizada por sua família – mas principalmente pelo Funk. Um bairro de ocupação e lutas entre o Estado e a população. Lutas que persistem até hoje, a cada ocupação que se inicia. Essa história fez desse jovem uma referência no bairro. Eu ainda não sabia de seu lugar no bairro. Ele mesmo disse que só chegou à política pública na qual eu trabalhava, proposta pelo Ministério da Segurança com Cidadania, para saber o que afinal aquele lugar era e propunha para as e os jovens do bairro. Segundo ele, chegou só para ver no que aquilo ia dar.

Ainda gostaria de falar um pouco mais sobre o outro nome desse jovem. Um nome que tinha outra história. Um nome forjado entre os tambores e cuícas da escola de samba, dos dribles do futebol, da vida em bairro de ocupação e de outros sons e dores, mais atuais, diferentes daqueles do passado. Um nome que vinha acompanhado de uma cultura nova. Cultura com menos de 35 anos. Um começo sempre pede outro começo.

Começamos pensando um projeto de vida. O que queres? O que desejas? Linha duras demarcadas entre aquilo que quer e aquilo que querem da/para as juventudes. Trabalhas? A resposta, do alto de seus 25 anos, diz: não, mas já trabalhei. Estudas? Terminei o segundo grau. Um projeto de vida necessariamente marcado pelos mandatos sociais. Do que tu gostas? Gosto de dançar! Começava uma longa conversa, que durou seis anos, sobre a cultura Funk. Vontades de viver dessa cultura e inclusive de ensiná-la. Transmiti-la a jovens, a trabalhadoras e trabalhadores. Projetos escritos e entregues em mãos de vereador, na mão de educadoras e educadores, na conversa com outras e outros jovens. Com a escrita que era possível. Em tópicos. Um texto que expressava um pouco do resultado de uma educação formal precária.

Há um método nas perguntas. Um método que tenta casar perguntas do que se quer para as juventudes e como se efetiva isso. Mais uma vez lembro-me do Diretor Coutinho buscando quem é essa e esse jovem estudante de escola pública e morador de periferias (os participantes do documentário em questão eram meninas e meninos periféricos – alguns negros, outros brancos, mas todos periféricos). O que há por trás daquela veste, dos objetos que ele me traz, das práticas cotidianas. Como se (só) a e o jovem se escondesse por trás de

tudo isso. Quando ela ou ele enuncia seu gosto, o método me diz para investir ali (é de um fazer acompanhante que falamos, de um Acompanhamento Juvenil). Porque ali, a princípio, estaria a e o jovem. Ou ao menos, é ali o espaço onde ela ou ele quer se construir. Por isso essa parada no texto para dizer que não são quaisquer perguntas que são feitas. Não são as mesmas perguntas que são feitas pelo profissional que porta uma listinha na sua frente e pelo profissional que está interessado em outra coisa. Essa coisa, tenho chamado de construção da trama para ultrapassar o abismo.

Para minha surpresa, era um projeto de vida que pensava a política das relações. Política de vida que extrapola a noção de indivíduo, pois pensava ações conjuntas (entre funkeiros e escolas) e coletivas (para jovens de escolas públicas, onde estudantes, professoras e professores, diretoras e diretores e funkeiros trabalhariam juntos). Projetos de vida que nascem nas beiras, em um limite que não deveria ter de ser alcançado. Infelizmente, ao invés de ser um projeto que soma a um projeto maior de educação, ele vem justamente para tentar dar conta de uma fragilidade da política – um projeto de educação para o país. Nas franjas da precária política de educação, há produção de um desejo que precisa ser mobilizado para dar conta da precariedade da educação.

Interrogo-me, ainda que tenha lido Paulo Freire, sobre a ocupação desse desejo com essa precariedade. Acredito que agir a partir de nossa realidade, podendo modificá-la é algo importante e que pode trazer modificações sociais significativas. Entretanto, pergunto-me se a mobilização de um desejo, sem poder ser consequente com esse desejo, pode levar as e os jovens a uma paralisação por cansaço. No caso em particular, pois estamos tratando disso, as e os jovens mobilizados para agir na Escola Pública não encontram interlocutores e, portanto, passam a ter um desejo, que responde a uma necessidade do social – no que diz respeito à demanda –, mas, do ponto de vista da realização, é inviabilizado por questões institucionais.

Muitas reuniões foram feitas com uma escola que apresentava grande evasão de estudantes. Entretanto, a demanda de construir a possibilidade do projeto Escola do Funk sempre retornava para que as e os jovens pudessem sozinhos “prestar” esse serviço, como se Estado fossem, e não um coletivo de jovens tentando dar conta da precariedade da escola oferecendo aulas de Funk (incluindo dança e encontros para discussão sobre a história da cultura), para estimular a permanência de estudantes nas escolas públicas.

Um saber que é marginal nos interroga: eu não quero entrar no sistema, meu papel é interrogar o sistema! Esse é o lugar, diz o idealizador da Escola do Funk. Mas se dizer marginal já é em si um problema. Uma cultura forjada na experiência de ser brasileiro nascido

na periferia não pode ser marginal. Talvez possamos dizer que são mundos dentro do mundo. Dizer que o Funk e a vida que se forja através desse som é marginal é afirmar que há algo outro no centro. E este algo que está no centro é o quê? Ou é quem? Como e por que praticamente todas as expressões de cultura brasileira são nascidas na marginalidade? O samba, o Rap nacional, o Funk. A capoeira, o terreiro. Algo as une em uma trama que fazemos grande esforço para não ver. A base de todo o conhecimento nacional no que toca à cultura brasileira dialoga ou tem cruzamento com conhecimentos da população negra.

Anteriormente falamos do problema dessa setorização, índios ficam com a mata, negros com a cultura e brancos com o conhecimento, o trabalho e todo o resto, mas, mesmo assim, vamos seguir um pouco mais com a ilusão de que a cultura pode ser um pilar importante da formação brasileira (importante, digo, no sentido de valorizado – sabemos intimamente que não). Sobre a marginalidade da cultura, Oiticica mesmo trabalhou esse imaginário com a frase “seja marginal, seja herói”. Mas a imagem que acompanhava esse romantismo todo em torno da marginalidade era um corpo estendido no chão – morto. Em certa medida, o saber produzido pela psicologia com seu trabalho sobre a ideia da diferença alimenta algum romantismo sobre os lugares marginais. Lutaremos até a morte? Mas quem morre nessa luta? Esse seria um segundo problema. O primeiro, que gera frustração, é o relativo à militância, abordado acima. O segundo é esse que trata de conceitos caros à psicologia como alteridade, encontro, diferença, mas que pouco fala de nossas diferenças, dos muitos lugares subjetivos em uma mesma cidade. A diferença fica no entre, mas, para saber o que é entre, temos que saber quem está nessa relação. Essa questão me persegue. Eu, que já havia olhado a reação violenta das e dos jovens como uma resistência, hoje vejo que, ao se envolver com a violência, eles estão completamente capturados pelo capitalismo. Estão bem onde deveriam estar. Estão no lugar que a política da suposta democracia racial legou a negros e brancos produtos da desigualdade social. Perceber que a cultura nasce na marginalidade é observar que, na divisão das tarefas na nossa democracia racial, a população negra ficou adstrita à cultura, mas não à produção de conhecimento. Talvez seja por isso que levar a sério um projeto de jovens para trabalhar com a cultura funk é algo que uma escola, mesmo precisando, dispensa. Dispensa o sonho de jovens, dispensa um projeto de vida que pode levar a outros. Fico me perguntando, como educadora social que fui nesse período, participando das reuniões feitas com a escola, se o trabalho que fiz com educação popular não seria perverso. Digo isso porque de antemão sabia da dificuldade institucional para realização e apoio para tal projeto. Todos achavam muito bacana um projeto que tratasse de funk e que se envolvesse com escola, com grupo de dança, mas não percebi profissionais engajados em

contribuir para que o mesmo fosse viável, para que recursos fossem investidos, a não ser aqueles profissionais que trabalhavam em política de parceria privada envolvida diretamente na construção de rotas de fuga para a vulnerabilidade de jovens expostos à violência. Ou seja, se não trabalho diretamente com essa vulnerabilidade, não moverei uma palha para que um projeto que possa inclusive beneficiar a política com que trabalho dê certo.

Como educadora popular, e vendo o desânimo que tomou conta do grupo de dança e cultura funk, fiquei realmente pensando se educação popular é uma ferramenta possível. Gerar projetos a partir da construção de um processo de apropriação do contexto que envolve suas vidas e fomentar ações para agir sobre esse contexto parece sem efeito quando toda a ação é colocada na dependência do Estado. E, quando a ação depende do Estado, é preciso uma apropriação de formas e conteúdo que muitas vezes nem os profissionais das políticas públicas têm. Escrever para editais, fazer um projeto claro em seus objetivos, são habilidades e competências que demandam conhecimentos específicos. Era o que os editais que fomentavam cultura, cidadania, direitos humanos demandavam: que “pessoas com conhecimento específico” estivessem envolvidas. Dada nossa população, significa que tais editais eram inviáveis para a maioria das brasileiras e dos brasileiros. A isso chamamos de racismo de Estado, ou Racismo Institucional. Podemos chamá-lo assim, porque esse tipo de racismo, que é o mais importante de combater, atinge a todos os cidadãos, negros, ou brancos - ele inviabiliza acessos, inviabiliza projetos de vida. O motivo para o Estado se organizar como se organiza no Brasil, considerando os limites de sua educação e a dificuldade da população em função dessa educação precária, está diretamente relacionado à desigualdade racial no país.

Esse problema sobre por que tudo o que somos é marginal ainda retornará, mas por ora voltemos aos sonhos. Uma casa para morar (mas não é a casa que conhecemos). Um lugar para ocupar. O sonho é não se entregar. Sonho é também construir. Sonho é o que dá sentido para continuar. Como construir coletivamente, se cada projeto de vida tem um sonho – uma política? Quando essa política interroga a educação, nós trabalhadoras e trabalhadores somos questionados naquilo que dizemos que é o mais importante: o saber. Mas saber é o que mesmo? É o poder própria à vida que vemos, mas que ao mesmo tempo não quer curvar-se a concessões? Concessão para desenvolver um trabalho pedagógico nos coloca em que lugar? Há cuidado quando o diálogo não se faz? Ou quando ele fica em segundo plano, como algo de não fundamental? O quê de fundamental não discutimos quando pensamos a atuação do psicólogo em favelas, vilas, bairros pobres e muito militarizados pelo Estado? Qual o lugar de um acompanhamento de grupo quando nele o que está em jogo são políticas, sonhos, vidas? E

como fazer quando encontramos indícios de práticas de racismo institucional? Basta apontar? Teríamos que realmente pensar as políticas públicas “de fio a pavio” para que editais como falei acima não sejam empecilhos à continuidade de ações que tenham como propositores jovens que não possuem a apropriação de saber demandado pelos editais. Esse é só um exemplo de como as proposições políticas do Brasil são bastante voltadas para um público, não para outro. Vamos tomar o grupo em questão novamente para seguir em análise.

O grupo no qual esse jovem estava tinha sua peculiaridade. Toda as trabalhadoras e todos os trabalhadores sabiam. Era o grupo que iria testar nossas capacidades de criação. Os formatos e as dinâmicas que havíamos pensado nem sempre produziam eco ali. Para mim, como trabalhadora, era meu grupo mais querido, ainda que o mais difícil. No trabalho, estava sempre pensando nelas e neles. Tinha a preocupação de criar algo que afirmasse o conhecimento que eles tinham. O espaço de encontro que eu mantinha com eles chamava-se papo reto. Nele, primeiro algumas dinâmicas para que nos conhecêssemos de outras formas. Linhas de vida. Árvore das pessoas que conheciam e dos trabalhos que já tiveram. O que cada um esperava daquele espaço.

Essa era a postura assumida por todos os profissionais que por esse grupo passaram – empenhar-se em estabelecer relações de confiança e apoio. Era evidente que ali estavam reunidos as e os jovens que mais viveram violências e descasos na vida. Aos poucos, a ideia que surgia era apostar naquilo que eles sabiam ou que desejavam ensinar.

Um queria falar sobre suas buscas por trabalho – entender a CLT, compreender as dinâmicas de seleção de emprego. Um jovem branco, periférico, somente uma irmã como parente vivo, da Igreja Evangélica, pois foi o apoio de que os pais disseram que ele não poderia prescindir. Mesmo com algumas discordâncias ele seguia na Igreja, pois ali encontrava o apoio que pai e mãe diziam existir. Sua orientação sexual era um problema para a Igreja, e seguiu sendo, mas não havia como expor esse problema sem que o jovem ficasse em um desamparo. Às vezes o certo a fazer não é o melhor cuidado. Outro queria falar sobre a cultura funk. Sobre esse educando e de como seu sonho mobiliza muitos sonhos, falamos anteriormente. Um jovem birracial, do mesmo bairro que os demais (um bairro periférico). A jovem mãe, que viveu no passado passagens pelo tráfico de drogas, pois seu uso não permitia que trabalhasse, hoje quer tratar sobre a maternidade. No caso dessa jovem mulher, encontrar a cultura gauchesca e engravidar foram os modos que gestou para seu autocuidado. Um dos jovens, muito delicado e generoso, vivia um processo de adoecimento por uso de crack bastante severo. Por conta de seu descontrole com a droga, a família o trazia e buscava de casa. Quando em casa, estava amarrado a correntes. Ele pedia que fizessem isso, pois dizia

não conseguir se controlar. Nos momentos que chamávamos de hora de cuidado falávamos de vontades que transcendiam o uso ou a vontade de uso. Era o único jovem negro de pele escura do grupo. Havia ainda outro jovem que, quando começou o processo formativo, estava se recuperando de uma bala na perna. Jovem negro de pele clara, ao mesmo tempo em que demonstrava muito carinho por todos no grupo e uma grande necessidade de troca, também agia de forma muito violenta. Tenho notícias de que esse jovem veio a falecer no começo do ano de 2018. Havia mais uma jovem mulher, também mãe, branca, que trabalhava com prostituição. Através dela, soubemos que muitas jovens eram aliciadas no bairro por casas noturnas da cidade de Porto Alegre. Segunda a jovem, havia vans que as buscavam à noite.

Assim foi se desenhando uma possibilidade de dar lugar aos saberes que estavam ali, e dar lugar aos diferentes lugares. O grupo era marcado por vulnerabilidades, mas, ainda assim, era majoritariamente branco, com apenas dois jovens negros. Onde estariam as outras e os outros jovens negros que eu podia ver ao transitar no bairro? Por que uma política que tinha como meta alcançar justamente os jovens que são mais vulnerabilizados não alcançava a maioria de jovens meninas e meninos negros? Aí está novamente o problema que Djamila Ribeiro coloca e que cito no início dessa escrita: As políticas, quando pensadas, não fazem diferenciações necessárias para que consigamos alcançar a todos. O “todos” que a política alcançava tinha cor da pele definida, e não era a cor mais escura. Essa cor não é a preta. Essa população não é a negra periférica. Dito isso, retomamos o contexto da prática desenvolvida.

Depois de coletados os temas que eles queriam ensinar aos colegas, marcamos os encontros individuais. Nesses encontros, a vida de cada uma e cada um e os planos para a aula se cruzavam. Um trabalho bem minucioso. Nesta escrita, como bem dei a ver no início deste tópico, irei me deter em uma das histórias. Aquela que me introduziu em um viver que trazia expressão e capacidade de contagiar outras pessoas – evidência inegável de que eu, naquele momento, de educadora passo a aprendiz.

Então, retornemos à história do jovem com dois nomes. O nome de registro era Antunes Lima Candido. Ele não gostava muito desse nome. Mas era o nome da responsabilidade. Um nome sério. O outro nasceu em um grupo de Funk. Um funkeiro não poderia se chamar Antunes. Assim, chamou-se Pebleu.

Algumas vidas se organizam à volta de Pebleu para sustentar seu sonho. Mas o sonho já mudou. Ele envolve outras e outros. Ele, sonho, não é sozinho. Também não é único, mas tem rosto. Um rosto do Funk que se expressa. Um rosto jovem, que vê nas batidas da música e na história dessa música algo por seguir. Uma vida sonha com uma Escola do Funk. Um espaço, a se dar na escola formal, que estude a cultura Funk e gere algo com isso. Dança,

pesquisa e transmissão de conhecimento fazem parte desse sonho. Uma matriz de MCs e dançarinas e dançarinos, bem como de cuidados. Segundo Antunes, a história do Funk ainda está em aberto; ao estudar a cultura, buscar suas referências e multiplicá-las entre as e os jovens, algo pode acontecer. Mas o que pode acontecer? – os profissionais se perguntam...

Com a e o jovem, usuários das políticas públicas, está em pauta a nossa escolha (o que ganha estatuto de importância). Responsabilizar-se sobre essa escolha diz da condição que o ato de cuidar demanda. Quando não percebemos a escolha que fazemos (perdidos entre palavras soltas, sem a carne do vivido), entortamos todo o processo, deixando transparecer para o jovem algo que não é a nossa vontade. Por ora, estou chamando de vontade, mas acredito que seja um grande equívoco nomear as nossas ações públicas como algo apenas da dimensão individual, e não institucional. Porém, quando se trata de pensar o racismo, é preciso ir com calma. Tudo costuma incomodar bastante. De que material é feito esse algo que não é a nossa vontade? Nesta escrita, a essa vontade que atrapalha o cuidado, dou nome, em certos casos, de má-fé institucional; em outros casos, de invisibilidade de uma parcela da população brasileira e de seu saber.

Ao conseguirmos encarar as situações que as e os jovens trazem consigo, suas dores, suas histórias muitas vezes trágicas ou surpreendentes, precisamos nos empenhar com a palavra do outro. Há um empenho, que é escolhido, que diz daquilo a que daremos ou não visibilidade no ato de cuidar. Deixando em suspenso a exposição do que seja a má-fé institucional que transcende à nossa vontade como trabalhadora ou trabalhador, gostaria de falar sobre a escolha acertada diante do outro, na qual empenharmo-nos com a sua palavra é empenhar nossa ação na construção de um caminho – cooperamos com o outro.

Eu chamaria isso de gradiente de disponibilidade institucional, mas também de disponibilidade ou não de expandir a percepção – aquilo que queremos e não queremos perceber. Quanto de corpo estamos dispostos a ocupar com aquele que chega ao nosso serviço? O que estamos dispostos a aprender, ou desaprender?

Nesse jogo de forças que se dá quando acolhemos uma ou um usuário jovem, de quanto de instituição, de morais de classe, de discriminações raciais e de gênero escondidos e negados e conflitos geracionais estamos dispostos a nos desfazer para escutá-lo? O quanto de saber estamos dispostos a reconhecer nesses corpos que chegam? Ou seríamos nós que chegamos em sua casa, seu território, seu bairro? E, uma vez percebido esse saber, o quanto estamos dispostos a gerir um modo de cuidado no qual tal saber esteja envolvido? Teríamos

condições de pensar cuidados diferentes daqueles que imaginamos interessantes para nós mesmos?

Na introdução do livro *Crítica da Razão Negra*, escrito pelo Professor de História e Ciência Política Achille Mbembe, palavras me fazem interrogar a capacidade desse deslocamento ou dessa disponibilidade. Para o autor, o pensamento europeu não consegue pensar um mundo compartilhado, mas sim um mundo onde existe ele e um não ele, e onde este não possui o mundo, mas deve se adaptar ao mundo que é o d'ele. Ora, com a formação que tivemos, calcada em conhecimento de origem preponderantemente europeia, como ofertar um modo de se colocar na relação com o outro de outra forma que não essa, da expectativa de que esse outro seja espelho do que nós mesmos refletimos e somos⁴¹? Para Achille Mbembe (2017, p.10) “como consequência direta desta lógica de autoficção, de autocontemplação e, sobretudo, de enclausuramento, o Negro e a raça têm significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa.” Essa “mesma coisa” seria algo de inominável, algo de primário, de pesado, de perturbador, algo de cru e de repulsivo. Achille Mbembe afirma que, no subsolo de todo o pensamento moderno – no que diz respeito a conhecimento e governança – encontra-se o delírio de um outro que é esse abissal sujeito, esse que é o negro, em contraponto ao delírio de si que é o branco. O conhecimento a que chegamos hoje é o conhecimento produzido desde então, a partir desse delírio. Essa marca que inaugura a possibilidade do capital, que é a necessidade da criação da ideia de raça, vigora de diferentes formas entre nós, estando na base do modo como nos relacionamos e pensamos. É com essa origem que chegamos nos nossos postos de trabalho como psicólogas e psicólogos.

A e o jovem chega banhado de musicalidade – porque diante de tanta falta de acesso, a música foi o que pôde construir morada em seus gostos e hábitos – e com ela constrói possibilidades de dizer e transgredir o status quo que reitera um certo lugar no social. Com seus fones nos ouvidos, ele traz as músicas que carregam sentidos de sua existência. Nessas músicas, o jovem aprende a se defender da polícia, a se relacionar, a entender a discriminação que muitos expressam com relação a ela e a ele, compreende por que é barrado ao passear nos bairros de quem tem grana, e também nos de quem não tem grana – porque o olhar da polícia e da segurança é seletivo, nesse caso principalmente para os meninos. É nessas músicas também que a misteriosa democracia racial cai por terra. Elas avisam do perigo de ser um menino negro em qualquer lugar de nosso país. É nessas músicas que a e o jovem percebe em

⁴¹ (...) o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes de mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho (MBEMBE, 2017, p.10).

parte o sofrimento de sua mãe, que em muitos casos precisa se responsabilizar pela família e que compartilha com outras mulheres a dúvida sobre o retorno de seus filhos com segurança. Nelas, a jovem e o jovem expõe também o quanto todas e todos nós estamos dentro do capitalismo. E, sim, é nelas que meninas e meninos desejam o que qualquer um deseja. Ou o que vendem como algo que qualquer um deseja ou deveria desejar para ser “o cara”. Muitos saberes são passados através de letras do Rap, do Hip Hop e do Funk.

Nós as escutamos? Ao escutarmos, gestamos formas para que elas façam parte do cuidado? Quais profissionais estudam as letras das músicas trazidas pelos jovens e discutem com eles o que elas dizem? Qual a ação do profissional e da equipe quando escuta a problemática trazida nas letras das músicas? Quais as informações e quais as ações necessárias para resolver ou pressionar a resolução da situação exposta nelas?

Por que, quando fazemos oficinas com a e o jovem, queremos que ela e ele consigam desenhar um projeto de vida, mas não nos debruçamos sobre a sua música (que é um projeto de vida que diz respeito ao conhecimento de parte de uma população) ou no problema que sua expressão musical situa? A atenção a esses aspectos parece indicar duas frentes de atuação diversas: uma diz respeito ao modo de agir diante da problemática exposta na expressão (no caso, a música); e outra envolve estudar e propiciar espaços de trabalho sobre essa música. A respeito dessa segunda frente, cabe nos perguntarmos, como profissionais: por que, mesmo sabendo da necessidade da contratação de pessoas especializadas na área, como os MCs, ainda consideramos que nossas disciplinas darão conta dessa produção que diz tanto sobre subjetividade e expressão de uma dada juventude periférica, na maioria negra? Por que em um país com educação básica formal deficitária, que não entrega à população ferramentas mínimas para que jovens adultos possam ocupar postos de trabalho menos degradantes (considerando aqui a degradação do corpo), ocupar a vaga de educador social em um projeto fica cada vez mais restrito a pessoas com formação superior, ou com habilidades e competências formais para preencher os postos de trabalho?

O que observo que acontece nas políticas públicas e em muitos espaços, não só públicos, é que aqueles que tem o saber necessário para desenvolver atividades que envolvem o conhecimento em música são incluídos na agenda dos serviços, mas como parceiras e parceiros. São parceiros geralmente mapeados nos bairros pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores e que passam a circular com seu saber entre serviços, seja pelo desejo de reconhecimento, seja pela militância (talvez nem reconheçam sua caminhada como militância – talvez militância seja o nome que pude dar ao vê-las e vê-los em ação). Entretanto, essa disposição dos parceiros não dura, primeiro porque precisam sobreviver, e como ninguém

paga a elas e a eles pelo conhecimento nem os contratam porque falta “qualificação”, eles acabam trabalhando em outro ramo, não podendo prosseguir na atividade. Essa parceria acaba também quando a ou o jovem adulto que possui o saber que a política deseja dá-se conta que não será contratado nem terá ganhos por conta de seu saber. Ela ou ele percebe que as autoridades, as trabalhadoras e os trabalhadores que promovem atividades, os chamam, tiram fotos, posam do seu lado, são entusiastas do produto de seu saber, mas não bancam discutir os termos das contratações com as e os executores das políticas públicas, ou mesmo privadas. Tampouco, retomando a primeira frente, com relação à expressão que é o problema político que a música carrega, também não objetiva algo mais direcionado para sua solução, pois talvez não entenda que essa talvez seja uma ação de saúde responsiva.

Tomamos (e nesse tipo de ética me incluo, pois em algum momento fiz parte desse modo de agir) a participação dessa e desse jovem como oportunidade para ela ou ele, como um momento de reconhecimento público do seu saber. Algo que teria como efeito a construção de um lugar para essa e esse jovem no que chamamos de laço social. Mas que lugar é esse? E por que uma política que investe de modo amplo com a saúde e a educação de adolescentes e jovens fica circunscrita a ações que, envolvendo reconhecimento e experiência com uma posição diferente do sujeito, não se ocupam, porém, de construir lugares que esse sujeito possa ocupar?

Esse modo de operar as políticas relacionais na saúde, assistência, educação parece esconder algo que é a invalidação ou, pelo menos, a minoração de um saber que poderia se converter em trabalho; e a validação de saberes que, de acordo com a formalização do conhecimento, pertencem ao plano técnico ensinado pelas instituições de ensino superior. A partilha desses postos de colocação profissional, a construção de um lugar viável desde dentro da política, é muito sensível, pois toca privilégios arraigados e protegidos com unhas e dentes. Essa sensibilidade talvez tenha mais relação com os privilégios do que propriamente com a dificuldade real de fazer algo mudar. Acredito que existe sim uma negligência com a possibilidade de dispor de postos de trabalhos nas políticas para pessoas que não tenham a formação oferecida pela academia.

Voltando ao que denominei como má-fé institucional, gostaria de ressaltar que, ao falar sobre ela, não estou querendo fazer uma denúncia localizada do serviço ou da trabalhadora ou do trabalhador. O que está em jogo é bem maior e está extremamente relacionado com a disponibilidade institucional.

Nossas políticas públicas, sem exceção, foram pensadas por algumas pessoas. Boa parte da criatividade que deu vazão a essas políticas dizem respeito a uma luta travada desde

os movimentos sociais até as decisões que se dão nas antessalas do congresso nacional. O SUS foi assim, o SUAS também. A Educação fez um caminho um pouco diferente, pois foi pensada a partir de uma classe social bem definida e privilegiada em nosso país, mas podemos dizer que, de modo geral, na emergência das políticas públicas, sempre esteve envolvida alguma representatividade entendida como hegemônica naquele momento histórico – um conjunto de pessoas que representavam os brasileiros de acordo com uma convergência política e de luta por direitos sociais. Neste momento da escrita, então, voltamos a dialogar com Jessé Souza (2009), quando ele indica a existência de uma parte da população que praticamente não teve possibilidade de participar da criação das políticas públicas, nem mesmo no caso do Sistema Único de Saúde, uma das criações mais radicais nesse sentido de participação da população. A essa população que pouco ou nada participa das decisões das políticas públicas, ele nomeia de ralé brasileira. O leitor deve estar se perguntando: mas aonde essa pesquisadora quer chegar? Será que agora ela vai adentrar a história da criação das políticas públicas? Não, leitor, calma.

Entre leituras e práticas, o que coletei e me pareceu importante para pensar o trabalho com as juventudes, especialmente as periféricas, foi essa ideia de uma população que Jessé está chamando de ralé. Quando, nas primeiras páginas desta tese, falo de um abismo entre a fala da técnica e a do jovem, o que está em questão talvez passe por isso. Parece-me que quase nada, nos serviços que prestamos, faz sentido para a população com que trabalhamos. Aqui, estou falando da parcela da população que cedo sai da escola, que cedo recebe diagnósticos por não se adequar à escola ou ao trabalho, que cedo vive a sensação de desamparo, de abandono e que acaba encontrando nos trabalhos informais ou na criminalidade um modo de viver.

Por conta dessa população, a pergunta, desde o início desta escrita, é: por que nossos serviços e aquilo que nós oferecemos não fazem sentido para muitos das e dos usuários jovens? Penso que, a essa altura, com um placar desfavorável para nossas políticas, podemos responder: não faz sentido porque não há um signo sequer compartilhado por nós com a ralé brasileira. Nossas políticas públicas não tiveram a ralé como base de participação para pensar as políticas. Isso confere a nossas políticas todo um linguajar que é pouco comum à população que mais deveria acessá-las. Entretanto, ainda que, na sua origem, as políticas públicas não tenham a marca dessa participação, nós poderíamos construí-la. Muitas das legislações indicam inclusive o caminho – a participação da e do usuário nas decisões sobre sua vida e sobre o modo como deve ser cuidado, protegido, educado. Há também, nas legislações, a indicação de que as e os usuários devem contribuir e construir a própria política. Esse

precedente – construir a política – é muito pouco exercitado no nosso cotidiano do trabalho. Como seria criar métodos de trabalho nos quais as ofertas do serviço sejam permeáveis às vontades, aos desejos e às ideias das e dos usuários jovens?

Paulo Freire, na obra *Pedagogia da autonomia*, discute sobre a construção do conhecimento e, ao fazê-lo, pergunta-nos:

Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 2015, pg.32).

O leitor, nesse momento, poderia questionar-me: mas Paulo Freire estava se referindo a situações de educação, nós somos da área da saúde, da assistência, da justiça, da educação superior... E, para que não seja esquecido, nós da saúde já falamos sobre ele, inclusive escrevemos muitos textos aproximando o fazer na saúde daquilo que Paulo Freire indicava como modo de conhecer, aproximar-se e construir conhecimento junto com a população a partir da educação popular. A pesquisadora está lançando um falso problema, diria a leitora ou o leitor.

Nesse diálogo com a leitora e o leitor, no qual parto daquilo que estou percebendo, tentarei recolocar o problema. Paulo Freire nos indica que precisamos aprender com o apreendido da e do educando. Que esse, e não outro, é o material do qual devemos partir. Mas, na minha leitura, para poder partir do material trazido, precisamos saber identificá-lo.

Daquilo que vivi com jovens, percebo que elas e eles trazem uma gama de saberes. Lembro-me do grupo a que já me referi em outro momento desta escrita, no qual os saberes das e dos jovens se mostravam em profusão. Um sabia muito sobre a história do Funk; outra queria abordar a maternidade, pois estava com um filho de alguns meses e se via novamente (pois era seu segundo filho) às voltas com o lugar de mãe; um terceiro queria falar sobre como conseguir trabalho. Era preciso repensar nossa tarefa para enfrentar essas questões. As oficinas tinham como objetivo construir projetos de vida. Como educadora, eu não poderia seguir sem levar em conta esses saberes, essas dúvidas. Eram elas e eles que deveriam condicionar meu trabalho. É a partir disso que recoloco o problema, encarando o fato de que o gradiente institucional para ir na direção daquilo que é trazido por essas e esses usuários do serviço está baixo –parece que estamos tomados pelas “emergências”, sem perceber que a emergência é aquilo que emerge e que sem olhar para isso a e o usuário jovem nos escapa, não fica, perdemos elas e eles entre encaminhamentos que pretendiam um cuidado.

Ao ouvir os jovens sobre o que eles sabem (no caso só meninos por conta de estarmos em uma atividade com meninos da Unidade de Internação) de nossas políticas, algumas frases nos dão a indicação da distorção que esse (des)encontro de línguas produz. Também nos apontam alguns encontros possíveis. Farei uma condensação livre daquilo que achei mais significativo em suas falas.

A escuta-escrita que assumo agora é de alguém que, do lugar de pesquisadora, olha para o dito dos jovens e busca transmitir as trabalhadoras e aos trabalhadores aquilo que os primeiros têm como saber sobre nossas políticas públicas. Foi exatamente esse exercício que foi adotado nas ações de educação permanente relacionadas ao doutorado e à residência integrada multiprofissional de saúde mental coletiva. Ao ouvir os jovens, algumas pistas:

Tem serviços que às vezes fazem parte da vida de nossa família. Esses serviços oferecem certas coisas. O CRAS é um lugar aonde a mãe vai. É um lugar de mendigar, lá também tem bolsa-família e cesta-básica. É o lugar onde nossa irmã vai quando não tem nada para fazer. No CRAS tem academia, cursos de informática, manutenção e Projovem, além de pingue-pongue. É um lugar onde dá para trocar umas ideias. Lugar onde se cumpre PSC e LA (...)

Outro lugar que existe no nosso bairro é o CREAS. Primeiro, não sabemos dizer o que é isso. Mas depois lembramos que é um lugar onde dizem prá gente que a gente tem que trabalhar. Alguma coisa tem que fazer. É onde também tem informações da PSC e da LA. Sobre a PSC e a LA, o que sentimos é que é sereno, além de coisa leve e de capinar e pintar. Também é viagem à fábrica de chocolate (...)

Abrigo é um lugar onde tem muita droga e as pessoas falam gritando. E tem os caras da briga (monitores). O Centro de Atendimento Socioeducativo é melhor que presídio. Um lugar seguro, mas a liberdade nunca chega lá. E a liberdade quer cantar⁴².

Poderia seguir escrevendo aquilo que os jovens falam sobre as políticas públicas, entretanto, algo no encontro dessas falas com as das trabalhadoras e dos trabalhadores⁴³ de diferentes setores das políticas públicas me chamou a atenção. Em um ambiente protegido de educação permanente, fizemos uma dinâmica que incluía essas falas dos jovens. A ideia era que os trabalhadores pudessem pensar sobre qual política pública estava sendo falada pelos jovens. À medida que liam as frases, percebemos que elas não necessariamente eram novidades. Muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores já as haviam escutado dos jovens.

Para o leitor que possa estar um pouco perdido, cabe lembrar que, no percurso desta pesquisa, além do trabalho que hoje tem sua sede na memória (o Protejo e a Escola de

⁴² Ao escutar essas falas, fomos atrás de alguns dizeres e descobrimos que parte do que os jovens dizem está gravado nas letras dos Funks. Ver: <https://www.lettras.mus.br/menor-do-chapa/525471/>, música do Menor do Chapa e <https://www.lettras.mus.br/renatinho-alemao/liberdade/>, música de Renatinho e Alemão.

⁴³ Cabe apontar que a maioria eram trabalhadoras. Dentre as cerca de trinta trabalhadoras, havia três mulheres negras (uma técnica do CREAS e duas agentes de saúde). Dentre os homens, que eram minoria, apenas um se declarava como negro (sua função era de educador social em uma casa de semi liberdade – medida socioeducativa).

Conselhos), também foram organizados durante o doutorado três espaços em três anos diferentes, de 2014 a 2016, com trabalhadoras e trabalhadores e jovens (todos meninos, visto que se tratavam de unidade de internação masculina). No primeiro ano, fizemos uma ação de educação permanente voltada para as trabalhadoras e os trabalhadores e jovens de um Centro de Atendimento Socioeducativo da região metropolitana de Porto Alegre. Essa primeira experiência surge com a ideia de falarmos sobre saúde mental no contexto da medida socioeducativa. No segundo ano, a ação teve como parceria o CAPSi (também da região metropolitana de Porto Alegre). Nessa atividade, utilizamos a ferramenta do Guia GAM⁴⁴ para pensar a medicalização da vida dos jovens e também produzir pensamento em torno da autonomia possível no contexto da medida socioeducativa – uma atividade de envolveu a internação e a semi-liberdade, ou seja, dois equipamentos das políticas públicas, além da parceria do CAPSi, que acabou também fazendo sua educação enquanto promovia a educação permanente em saúde. A terceira ação, a mais esperada, foi aquela na qual conseguimos envolver diversos estabelecimentos de políticas públicas de dois municípios da região metropolitana de Porto Alegre. A temática desse terceiro ano tratava das estratégias de cuidado com jovens, com base em como os jovens estavam percebendo esses cuidados nas ações das políticas públicas. A ação teve continuidade depois, com a gestão do município, seguindo, por mais um período, com a parceria da Residência Integrada de Saúde Mental Coletiva, que apostou na permanência desse cenário de formação de residentes mesmo após a saída da pesquisadora do campo⁴⁵.

É importante retomar que o desenrolar das ações acaba interferindo diretamente naquilo que vai se produzindo na pesquisa. Foi no embate dessas vozes – jovens, trabalhadoras e trabalhadores – que as tralhas foram se desacomodando diante do olhar. Três anos de educação permanente voltada para pensar cuidado, autonomia e rede mostraram-me,

⁴⁴ O Guia Brasileiro da Gestão Autônoma da Medicação (Guia GAM-BR) é um instrumento de gestão e protagonismo do paciente nas decisões sobre seu tratamento e cuidados em saúde mental. O Guia é resultado da pesquisa realizada por quatro universidades (Unicamp, UFRGS, UFRJ e UFF) a partir da experiência de serviços alternativos de saúde mental de Quebec (Canadá). A Gestão Autônoma da Medicação (GAM) tem como objetivo possibilitar que as pessoas tenham autonomia para negociar ativamente o tratamento medicamentoso que melhor lhe convenha (ou que não lhe convenha nenhum tratamento medicamentoso). O projeto desenvolvido no Brasil reuniu trabalhadores e usuários de Centros de Atenção Psicossocial de Campinas (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Novo Hamburgo (RS). Na segunda etapa do projeto, no Rio Grande do Sul, além de Novo Hamburgo, foram envolvidos também os municípios de São Leopoldo e de Porto Alegre. No Rio Grande do Sul a coordenadora do projeto na UFRGS é Analice de Lima Palombini. Disponível online (www.fcm.unicamp.br/interfaces/arquivos/ggamBr.pdf) para uso nos serviços de saúde mental do Estado.

⁴⁵ A experiência, porém, hoje se encontra interrompida, pois mesmo com a vontade política de alguns trabalhadores que desejavam tocar a experiência, a redução do quadro de profissionais em todas as políticas e o acirramento e a redução ao mínimo de todas as políticas públicas impuseram que os trabalhadores desejosos assumissem outras responsabilidades com seu município por necessidade de gestão e por serem profissionais que se responsabilizam pela continuidade do mínimo, já que é isso que o Estado oferece.

primeiro, que as trabalhadoras e os trabalhadores em parte possuem informação e, segundo, que elas e eles contam com algumas práticas interessantes. Mas o que ficava mais evidente à percepção era que não bastava a informação que circulava, nem as práticas positivas. Havia algo velado que acusava a manutenção de privilégios muito marcados na possibilidade de discussão, reconhecimento de iguais, não compartilhamento de postos de trabalho e não admissão de atos de racismo institucional e discriminação social quando isso tocava aos profissionais presentes. Esses fatores sempre estavam nas práticas de outros trabalhadores, mas não daquelas e daqueles presentes. Sem observar essa fratura moral e ética nas relações entre usuários, trabalhadoras e trabalhadores, não era possível adentrar uma gama de problemas que à primeira vista eram insolúveis. Mas eles permaneciam insolúveis, porque não era permitido falar certas questões relativas ao racismo e à discriminação racial e social, bem como questões em torno do gênero.

Vale a pena retomar um acontecimento que diz da percepção sobre a questão racial na região metropolitana em questão. Uma das trabalhadoras do CREAS – mulher, negra, periférica – pergunta à trabalhadora da internação – mulher, branca, classe trabalhadora: - No CREAS atendemos poucos meninos negros no cumprimento de medida em meio aberto. É raro que cumpram medida. Sabemos que temos uma população significativa de pessoas negras na região. Pergunto a você, colega, os meninos negros estão cumprindo medida de internação na sua unidade? A técnica da unidade responde: Na unidade, acreditamos que eles morrem antes de chegar. São poucos meninos negros cumprindo medida na unidade.

Muita coisa se escreve sobre a dominação do corpo desse jovem. Muito se escreve sobre o lugar da e do trabalhador nessa maquinaria de dominação do corpo do outro – no caso, a gurizada. Não pretendo negar isso. Mas a palavra tem poder. A palavra encarna coisas as mais diversas. A palavra fere e cicatriza no corpo do outro. Ela fere o mundo. Ela faz mundo. Nesse sentido, prestar atenção a outras palavras, libertando-se das palavras já ditas em excesso ou que vêm como respostas fáceis, pode gerar grandes mutações nas práticas. É preciso a morte de um certo número de palavras e a despedida de um certo modo de perceber o mundo. Sim, é uma espécie de morte. Não podemos seguir apenas dizendo que somos máquinas no controle das populações. Ou dizer que somos máquinas no controle das populações nos livra de pensar outros problemas? O que é controle de populações no Brasil e como ele se monta localmente em cada cidade?

6. NOTAS SOBRE O FRACASSO: DA CAMA DE GATO À TRAMA NO E PELO TRABALHO

O olho do gato enxerga melhor à noite. Ele sabe quando pular. Tudo é questão de precisão. É tão preciso o salto que chega a dar a impressão que ele já sabia o que iria acontecer. Mas não. Ele não sabia. Ele só soube esperar a hora precisa. Aquela hora onde o infinito se abre e deixa antever algumas possibilidades. Dentre elas, escolhe. Arrasta-se e ataca. Um grande projeto também é assim. Alguém o começa. Tem uma intenção bem definida. Ou todas e todos pensamos que tem. Apresenta. Arrisca. Não deu. Ele era grande demais. No caso de ações que envolvem o que chamamos de educação permanente em saúde, tem disso. Pensamos grandes projetos, mas nem sempre podemos concretizá-los como idealizamos. Nem sempre aquele edital que nos esforçamos para ganhar manda o dinheiro. O tal do dinheiro, a pedra de toque que move as ações, ficou preso em algum ministério. Em alguma secretaria de Estado. Em alguma repartição do órgão de ensino superior. Ficou preso lá. Entre papéis e pedindo mais papéis, a burocracia que protege o dinheiro é insaciável. É uma boca aberta que se alimenta de nossas vontades. E nos faz esmorecer⁴⁶. Uma equipe do serviço está preparada para tocar a ação. A instituição de ensino está a postos. Profissionais de todas as partes prontos para começar. Parecia tudo acertado. Tudo ia muito bem. Mas o dinheiro não vem.

Um ano se passa. Reuniões intermináveis com secretaria de saúde, instituição de ensino superior, trabalhadoras e trabalhadores. Enquanto o dinheiro não vem, muita discussão e acertos naquilo que tramaria a ação de educação permanente. Primeiro, ela veio como um grande seminário. Grandes nomes para tratar de temas considerados importantes para o cuidado de adolescentes. Cada dia um ministrante. Um grande número de trabalhadoras e trabalhadores. E eu lá, mais um fio nessa trama. Olhando, com um olho clínico, não ingênuo. Desconfiada da afetividade de grandes seminários, sigo observando e esperando ativamente o momento. Sim, é de afetividade que falo, e não de efetividade, porque considero que a aprendizagem acontece quando faz sentir algo, seja um incômodo, seja uma alegria, seja uma

⁴⁶ Sobre as possibilidades de organizar uma ação de educação permanente, ou qualquer ação que vise melhoria do cuidado da população brasileira, o cenário político brasileiro mudou muito. As vontades e interesses políticos comandados hoje por uma lógica neoliberal, sem qualquer preocupação social democrata, impossibilita e praticamente extingue a viabilidade de tais ações. Um retrocesso que não imaginávamos quando achávamos já bastante difícil a burocracia necessária para liberação de verbas para tais ações. Quanto a essa dificuldade que vem de outro tempo brasileiro (considerado favorável hoje diante dos fatos políticos atuais), talvez fique mais evidente sua causa quando se escancaram as “novas” vontades políticas brasileiras de pura acumulação sem cuidado com a população. A dificuldade que enfrentávamos era a ponta do iceberg que estava se aproximando: um projeto neoliberal feroz para o Brasil, bem como fizeram com o Chile.

surpresa. O ambiente com grandes públicos não é propício a isso. Acho importante que seminários de publicização de ideias aconteçam, mas, para que essas ideias possam de fato virar ferramentas de trabalho e sensibilizar-nos para outros modos de escutar, de trabalhar, de propor cuidado, há que ter espaço para a afetividade.

No horizonte, cada vez mais vislumbrava a impossibilidade de tal projeto um tanto monumental com uma equipe tão pequena e ainda sem recursos. E a questão principal não era essa. Estranhava um projeto para tanta gente ser chamado de educação permanente. A dúvida que tinha, jogava aos poucos nas reuniões. E não era só eu que tinha essas dúvidas. Mas a possibilidade do dinheiro chegar fazia com que as posições ficassem muito acirradas para qualquer discussão sobre o que iríamos fazer. O dinheiro não chegou após um ano e meio. Deu-se a crise. Quem fracassou? Foi o governo do Estado? Foi a instituição de Ensino Superior? Fomos nós que não fomos devidamente diligentes?

Passamos a um segundo momento. Achar o culpado. Alguém tem que responder por isso. E, a cada reunião, mais relatos sobre como a rede de serviços que se beneficiaria da educação permanente perguntava e reclamava da demora. Nós, cada vez mais cansados dos papéis, começamos a discutir o que era educação permanente. Ou melhor, começamos a falar sobre como desconfiávamos de que aquele formato de palestrão talvez não fosse o mais adequado. Algumas trabalhadoras da unidade de medida de internação se indignavam com a possibilidade de mudança: “mas assim vamos acabar com o cronograma, demoramos tanto para fazê-lo...” Mas aquele cronograma intrincado se trincava sob nossos olhos. Ele nem existia e já havia sido instituído como forma de fazer a educação permanente.

Mais reuniões vieram, e o texto que o leitor está lendo vai ficando chato. Chatice que foi necessária aguentar para que pudéssemos pensar. Porque pensar não está dado. Estamos sempre abarrotados de ideias e imagens preestabelecidas. Em uma dessas reuniões, alguém pergunta: tá, estamos com a equipe executora aqui. A equipe do serviço está esperando. O que vamos fazer? Aquelas questões aparentemente ingênuas diante do que chamamos de fracasso movimentavam algo. Começa a discussão sobre o que estava acontecendo no serviço que mais importa para as trabalhadoras os trabalhadores discutirem. Em meio à confusão instaurada, uma trabalhadora indicou a possibilidade: “não sabemos o que fazer com os jovens que estão internados na unidade de execução de medida que apresentam sofrimento psíquico.”

O gato salta – preciso. Cada um puxa um fio para tecer a trama. Uma saída da cama de gato. Algo está acontecendo. Antevejo a possibilidade de tramar algo. Mas o que queremos não pode acontecer sem ter um nome. Ele precisa sair no diário oficial. Um projeto piloto. Um

projeto que versa sobre saúde mental coletiva no contexto das medidas socioeducativas. Um encontro com o trabalho. Nós, preparadas e preparados para o bote. Do fracasso, a artimanha na trama.

6.1. As cartas e as artimanhas

Agulhas na mão. E nós, fio. As cartas das trabalhadoras e dos trabalhadores pulam de cá para lá. Em cada uma, alguma história. A provocação: o que, no seu cotidiano de trabalho, percebe como uma ação em saúde? Cheios de intenção, queríamos pegá-los pela produção. Pelo que efetivamente e afetivamente faziam. Suas dores. Suas alegrias. Um trabalho escrito em linhas que seriam lidas por nós. Nós, executoras e executores da ação. Nós, todas e todos nós. A equipe envolvida na ação. Nós que tínhamos que nos conhecer e fazer algo juntos. As cartas chegam aos poucos. E, a cada uma que chega, uma leitura antes do que havíamos planejado para o encontro. Tínhamos um mínimo esqueleto, que foi apresentado. A trama viria da fala da equipe da unidade – os fios que seguiriam alguns traçados. A cada encontro, um novo planejamento. Cada fala, cada sensação era conversada com a equipe de execução, para que o trabalho fosse feito para além das falas prontas. Das nossas, que naquele momento ocupávamos o lugar de educadoras e educadores⁴⁷, e das delas e deles, que ocupavam o lugar de educandas e educandos⁴⁸. Buscávamos a falha na repetição. A falha na queixa. Buscávamos o fracasso da tralha que nos separava. Buscávamos o salto que transformasse a cama de gato em tear para que nós, fios, pudéssemos realmente tramar algo juntos. E quanta tralha para remover.

6.2. Pequeno traçado do processo criativo das cartas – um intervalo sobre aprendizagens

É possível seguir sem falar de como as cartas surgiram? Devo contar como a experiência de escrita se inscreve como uma possibilidade de estratégia junto as trabalhadoras e aos trabalhadores? E depois de emergir como artimanha, como puxar os fios para que o conhecimento torne-se algo compartilhado? Alguém desavisado poderia pensar: puxa, que artimanha criativa... que delicadeza... que esperteza... puxa, nunca conseguiria fazer isso...

⁴⁷ Éramos 4 mulheres e um homem na equipe executora oriunda da Residência para desenvolver o projeto junto à unidade da FASE.

⁴⁸ De 20 pessoas inscritas para fazer a educação permanente, 15 eram mulheres e, dentre essas, duas eram mulheres negras. As duas da equipe de agentes socioeducadores. Dentre os homens, somente os agentes socioeducadores tinham profissionais negros. Não havia nenhum técnico ou técnica negro.

Essa pequena história sobre as cartas começou em uma sala de aula, no curso de psicologia da UFRGS. A cadeira era psicologia do trabalho⁴⁹. A professora, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto. O ano foi 2008. Eu, uma estudante. Alguns textos sobre a escrita implicada, ou escritas que diziam de um fora-texto. A dimensão da implicação a partir da escrita. Como a análise de implicação pode ganhar lugar em um modo de praticar a psicologia? Conceito originário da Análise Institucional e adotado pela psicologia social, passa a ser central na análise de nossos lugares, principalmente se tratamos de um entendimento institucionalista da ação.

A professora, uma amante da escrita, contamina os estudantes com uma proposta peculiar. Dá-nos cadernetas, nas quais devemos escrever como chegamos ao curso de psicologia – de que forma foi construído nosso desejo –, que instituições e, portanto, que linhas de análise são possíveis para pensar o nosso lugar.

Os movimentos com a escrita de nós, estudantes, envolviam a intervenção em ato. Primeiro, uma escrita individual. Cada um com sua caderneta. Depois, a leitura atenta da professora. Ela escolhe um par para nossa caderneta, dentre os colegas. Cada colega fica responsável em escrever algo para seu par. Uma intervenção na caderneta da colega (maioria mulheres). Um olhar sobre a história da colega. No final do semestre as cadernetas voltam. Cada uma escolhe uma forma de contar a si. Um exercício de conhecer a si mesmo? Um exercício consigo e com a outra? A professora sente-se convocada, a partir do que disparou nas estudantes, a ler o resultado da intervenção e responder uma por uma. Cada resposta, uma generosidade com a história da outra. Respostas com rosto. Uma forma. Um conteúdo inventado. Meus olhos acompanhavam o movimento. Passo a perceber a aula como uma grande experiência no campo do trabalho. Aquilo que estava acontecendo era em ato. O salto do gato. Vivíamos como estudantes a própria experiência escrita nos textos disponibilizados para preparar o terreno. Sem sabermos, estávamos sendo guiados para fazermos uma análise de implicação. Uma conversa com nossa escolha e como, a partir dela, fomos traçando um modo de ser psicólogos (mulheres na sua maioria esmagadora).

Naquele ano, eu estava estagiária no Projeto de Extensão chamado Estação Psi, coordenado pela mesma professora. Dentre as minhas atividades, havia a continuidade do trabalho em grupo com adolescentes. Jovens com percursos pelas medidas socioeducativas e medidas protetivas. A professora preparava-se para uma viagem que envolvia participar de

⁴⁹ Naquele ano em que fui estudante, éramos a última turma a se graduar pelo currículo antigo (2009/02) do curso de psicologia na UFRGS. A disciplina de Psicologia do Trabalho inexistia hoje no curso. No novo currículo, partes do seu conteúdo ganharam espaço em outras disciplinas como a de processos institucionais.

um evento no qual falaria de políticas públicas e juventude. Algo acontece, e ela não pôde ir. Diante da impossibilidade de substituição, e querendo manter uma discussão, pensamos que as e os adolescentes⁵⁰ poderiam preparar algo para que pudesse ser levado por duas psicólogas que já tinham passado pela experiência de estágio que hoje eu vivia. Mas o que levar, qual seria a provocação que despertaria nas e nos adolescentes o desejo de doar, sem retorno, algo para o mundo?

No grupo com as e os jovens, estávamos envolvidos em pensar a cidade e os percursos. Como é ser jovem na sua cidade? – é a pergunta disparadora. As e os jovens recebem cadernetas para escrever. O resultado é surpreendente. Quietos e concentrados, cada um inscreve no papel como vivem sua juventude. A proposta é clara: suas cadernetas vão para o evento e não voltam. O que vocês gostariam de saber, ou gostariam de receber como retorno? A resposta vem bem rápida: filmem. Filmem o que as pessoas vão dizer sobre o que estamos contando. Um desejo por saber como as pessoas receberiam aquilo que você deu ao mundo. No grupo de jovens, os fios arremessados pela escrita seguiram seu caminho, e, junto com esses fios, um cadinho da sala de aula permaneceu comigo e virou estratégia de cuidado—aquela aula na qual fui convocada a escrever sobre meu percurso até chegar à psicologia. Atenta, gatografei o caminho de uma intervenção. Um roubo. Um achado. Um modo de fazer psicologia.

Mais tarde, em 2010, a mesma professora coordena uma ação de educação permanente em um acordo entre seu projeto de extensão e a Residência Integrada Multiprofissional de Saúde Mental Coletiva. As cordas que a escrita lançava passam a se encontrar com agentes socioeducadoras e socioeducadores e monitoras e monitores da FASE e da FPE respectivamente. A professora convoca os trabalhadores a escreverem uma carta com algum destinatário. Destinatário esse que receberia palavras sobre o trabalho de quem lhe escreveria, sobre sua prática, ou sobre o estabelecimento no qual trabalham. A escrita é feita. As cartas têm como destinatários desde o governador do Estado até os jovens. Ficamos com as cartas nas mãos. Dessa vez, a amarra nos deu a possibilidade de fazer uma leitura institucional da demanda. Elas serviram para que o grupo que executava a ação pudesse perceber e diferenciar o que era trama e o que era cama de gato.

⁵⁰ O grupo envolvido nessa atividade era formado por três meninos, brancos periféricos, e um menino negro e acolhido institucionalmente. De meninas, tínhamos uma de origem indígena e outra negra, as duas acolhidas institucionalmente.

Desse modo chego a 2014⁵¹. Como fio lançado da ação de 2010, chego à residência para tramar uma prática com trabalhadoras, trabalhadores e adolescentes. O começo da ação: as cartas. Herança, transmissão, informação. Tomo um modo de fazer psicologia e agrego mais fios à trama. E não faço isso só. Profissionais residentes dispostos a pensar a saúde mental coletiva junto as trabalhadoras e aos trabalhadores do sistema socioeducativo. Agora aquilo que parecia de início a leitora e ao leitor a criatividade, a esperteza de um indivíduo passa a expor sua origem coletiva. Nunca estive só. O que chamo de minha prática é um conjunto de experiências tramadas por muitos. Cada fio, um novo nó... somos nós.

6.3. Superar a cama de gato⁵²

A equipe que participa da educação permanente tem agentes socioeducadores, professores e técnicos. Alguns se sentem não participantes do processo do cuidado dos adolescentes – são as e os agentes. Curiosamente, elas e eles são os mais próximos dos guris, veem a rapaziada todo o dia.

Percebemos que essa inadequação em parte pode dizer respeito a como a técnica é de pronto tomada como conhecimento. Coloca as pessoas que não a sabem em um lugar de ignorância. A psicologia é a bola da vez. Ela sabe dos diagnósticos. Agentes socioeducadores⁵³ querem e não querem saber o diagnóstico. Seria a busca por uma mesma língua? Procuram pontos de contato entre as diferentes funções. Todos são um pouco psicólogos também, dizem. Vinte vezes. Ou melhor, vinte e quatro vezes, porque estávamos lá. E nosso saber também estava em questão. Entre camas de gatos e possíveis tramas. Nós sabemos o que é melhor para eles. Nós somos aqueles que sabem o que eles devem fazer, ser, seguir. Somos? Mas como trabalhar a construção da autonomia desses sujeitos se não valorizarmos sua fala? O que as equipes de agentes e técnicos teriam para falar de si mesmos?

⁵¹ No ano de 2013, com outras residentes da RISMIC, em parceria com a FASE e com o Projeto Pescar, fizemos um projeto piloto que consistia em oficinas com os adolescentes de uma das unidades na cidade de Porto Alegre, contando com a parceria de Adriana Prates Tavares, agente socioeducadora, que também era referência da intervenção e organizava institucionalmente a ação, além de supervisionar em parceria comigo as três residentes de saúde mental coletiva e uma extensionista da graduação em psicologia. Das oficinas, desdobraram-se reuniões periódicas com profissionais da unidade, visto que aquelas começaram a ressoar na unidade a partir dos adolescentes. Do entusiasmo aos incômodos, os profissionais passavam a discutir com nossa equipe problemas no cotidiano de trabalho. Percebemos que esse trabalhador também queria um espaço para si.

⁵² A composição desta escrita se faz a partir de um arquivo que a equipe executora da ação de educação permanente faz semanalmente. Todo o encontro conta com pelo menos dois integrantes da equipe que o escrevem. O objetivo inicial desses escritos era nos ajudar a pensar sobre o que apareceu a cada encontro com os trabalhadores. Foram vinte e um encontros relatados. Nos relatos, estão incorporadas também as atividades desenvolvidas com a maioria dos jovens da unidade. Duas pessoas da equipe acabaram assumindo essa função de modo mais orgânico: o psicólogo José Antonio Caruso de Lucca, residente de saúde mental coletiva, e a graduanda e extensionista do Estação Psi do curso de psicologia, Caroline Balbinot.

⁵³ Maioria mulheres, pelo menos no turno da manhã e da tarde.

Como construir processos que gerem autonomia frente à disciplina necessária em uma unidade?

Nós precisamos manter a autoridade. A unidade, que é para 60 adolescentes, está com 132. Mas seria possível outro lugar que não o de autoridade? Aparecem então os jogos. As oficinas. A conversa com os adolescentes. Aparece o *duque*⁵⁴. Ele que violentou e que é violentado. Um adolescente que cometeu abuso sexual. Curioso como no primeiro dia as trabalhadoras e trabalhadores sentiram necessidade de contar essa história.

Eu já escutara jovens que haviam cometido atos infracionais, e também jovens que não haviam cometido mas que tinham contato com a criminalidade em seus bairros: os encontros com eles muitas vezes começavam assim. Um certo tratamento de choque oferecido. Uma apresentação prévia. Talvez até mostrar o quão insuportável pode ser estar com eles. Inicialmente, pensei que, ao trabalhar com esses jovens, muitos agentes acabavam reproduzindo um modo de ser juvenil, tanto quanto reproduziam um modo de ser psicólogo. Porém, algo que também compunha essa e outras falas me levava a olhar para o lugar desse agente. Fiquei curiosa em saber de onde vinham, qual era sua origem. Alguns desses agentes puderam dizer que vinham de famílias pobres. Puderam dizer que muito do que os jovens falavam, eles viam acontecer em torno de suas casas. Olhar para isso era perceber que não somente a disciplina psicologia fazia a hierarquia na instituição; a classe social e a raça dos agentes, bem como seu gênero, importavam no modo como eram vistos pelos técnicos, pelos jovens e por eles mesmos. Aqueles e aquelas agentes, de alguma forma, poderiam ter sido no passado os jovens a quem hoje atendiam. Por desvios, que provavelmente suas famílias fizeram, ou eles mesmos promoveram, foram por outros caminhos.

Hoje, escrevendo esta tese, interrogo-me por que não perguntei se compartilhavam com os jovens as formas com que lidaram e como resistiram ao que também para elas e eles poderia ter sido um “destino”. À medida que percebo esses marcadores – raça, gênero e classe social –, compreendo que eles influenciam o cuidado e que parte da disponibilidade institucional que abordei em outro tópico é afetada pelos mesmos. É afetada porque a trabalhadora e o trabalhador que observa no jovem signos que foram seus precisa arrumar formas de se diferenciar. Ora, se por um lado o agente vai se diferenciar do jovem exercendo

⁵⁴ Duque-treze é o codinome dado nos sistemas socioeducativo e penal para identificar aqueles internos que, respectivamente, cometeram atos infracionais e crimes envolvendo violência sexual. Trata-se de hermética partilhada entre reclusos e trabalhadores. Ter esse codinome no Sistema não é algo fácil, pois envolve retaliações sistemáticas por parte dos jovens – no que tange a medidas socioeducativas –, dos presos – no que cinge à reclusão na idade adulta – e dos próprios agentes do Estado, os quais, diante dos indivíduos criminalizados por agressões sexuais, têm suas capacidades de escuta e cuidado reduzidas, contribuindo para a materialização do desejo de retribuição – castigo – vinculado à reprovabilidade social da conduta.

sobre ele poder de autoridade de quem sabe o que se passa com ele, por outro lado o técnico, que não compartilha em quase nada esse percurso social, aplica saberes técnicos que terminam por dominar o ambiente institucional, sem ser capaz de identificar os marcadores raciais, sociais e de gênero.

Não recordo se na época, ano de 2014, eu tinha condições de perceber isso. Lembro que falávamos sobre a diferença de classe social entre agentes e técnicos na equipe, mas somente hoje compreendo que entre o falar e o fazer algo com isso havia um abismo. Esse abismo, de que só agora percebo a dimensão, não era então só social. As falas que o expunham concentravam-se no tema informação ou não, formação suficiente ou não. Mas não tratavam diretamente de todas as interseccionalidades envolvidas nessa relação, o que naquele contexto, faria toda a diferença.

Mas as e os agentes traziam outras questões muito pertinentes. Diziam que ser só autoridade os colocava em risco. E quanto risco esses trabalhadores passam com uma unidade transbordante! Novamente estávamos à beira das contradições. Trabalhadores que ora operavam na lógica da autoridade e da disciplina, ora apontavam ações que intuía ser de saúde. E eu, junto à equipe executora da ação, questionava-me: estarei eu tomando o outro pelo que já achamos que sabemos? e através do que achamos que sabemos, destilo falas, críticas que nem sempre propiciam o encontro com esse trabalhador? no que a minha posição é diferente da do agente educador que acredita saber o que é melhor para o adolescente? como acreditamos simultaneamente na modificação de práticas e na certeza de nosso saber?

6.4. Manter acordos e acertos: uma retidão impossível, então des-con-fio

As vezes tropeçamos nos próprios pés. É difícil ver um gato errar o salto. Mas acontece. No erro aparece algo. As vozes trabalhadoras dizem: não podemos errar! não podemos prometer fazer algo que não cumpremos! Devemos, afinal, incluir os adolescentes na educação permanente com alguma proposta? Estava previsto no primeiro cronograma. Aquele do projeto que fracassou.

Parte da equipe não quer. Querem o espaço de fala para si. São as e os agentes socioeducadores. Outros acham que não é possível seguir se não vamos estar com a gurizada. São as e os técnicos. Grades em torno de nosso corpo.

Foi desde a educação, na figura da professora, que veio a dica: geramos ansiedade nos adolescentes quando oferecemos o que não podemos manter. O peso é grande. Dificuldade de ver as ações como efetivas. Não é só a nossa produção que está em questão. Está em questão a gestão do trabalho. Uma retidão impossível de cumprir.

Nos pontos em que fracassamos, quem fica ansioso? Nós? O adolescente? O sentimento de nada, um nada que é tudo: fiz de tudo, me esforcei o máximo que pude, dei mais atenção a esses meninos do que aos meus filhos, diz um agente. Angústia. Fazer que se esvazia com o passar do tempo. Precisamos nos apropriar desse sentido. Ou seria uma sensação? O fato é que não é possível criar sem prestar atenção à palavra dita. À angústia. Nessa hora, retomar as cartas é algo fundamental. Dentre as histórias, uma nos marcou especialmente. Um agente socioeducador que trabalha no isolamento da unidade conta que um jovem teve um pesadelo terrível. Ele socorreu. Ouviu o pesadelo. O guri chorava. Então o trabalhador lembrou do livro dos sonhos e começou a contar um pouco daquilo que lembrava. Essa conversa sobre um livro dos sonhos e seus significados acalmou o adolescente, que voltou a dormir. Dias depois, no pátio, um grito. “E aí Seu, quando vai trazer o livro que prometeu?” Esse chamado, a não ser que eu esteja muito enganada, não tem o peso da frustração ou da promessa não cumprida, como supôs o agente. O grito do adolescente me parece bem mais um *oi*. Ou um *tudo bem?* Ou um *muito obrigado*. *Obrigado por me ajudar com meu pesadelo, eu não esqueci*. E, sim, a gurizada não esquece.

Entre as diretrizes do SINASE que reordenam os trabalhadores da socioeducação, as unidades e toda a rede socioeducativa e aquilo que acontece, existem as sutilezas da vida. Essas sutilezas precisam ser compartilhadas. Elas, em alguns momentos, são o velho e bom cuidado. Esse cuidado é sem a cama de gato toda armada das técnicas, e do público. Esse cuidado começa com uma acolhida. Ele vem aonde o outro vacila. Lá onde o outro sofre. Lá onde nos cruzamos. Lá onde o fazer acontece.

Passamos a desconfiar de nossas posições como equipe executora da ação, frente às histórias contadas. Começamos então a desfilar o nó daquela desconfiança e fiar outras tramas. Para fiá-las, precisamos olhar para os nossos nós. Nós que vêm de nossas formações. De nossas leituras e do modo como nos apropriamos delas para volta e meia transformá-las (no contrapelo do que as próprias teorias dizem) em denúncias, ou mesmo em leituras prontas sobre o que estávamos vivendo como trabalhadoras do SUS. É um esforço muito grande, pois, além da questão da formação do público que tratei em tópico anterior, temos essa outra lente que botamos para olhar o mundo. Tenho tratado dessa lente de forma dispersa, pois diz respeito a nossa formação técnica, mas logo daremos ênfase a esse tópico de modo mais sistematizado.

Acredito que a essa altura da tese a leitora ou leitor esteja se indagando sobre o uso das flexões de gênero durante o texto. Talvez também tenha estranhado a falta em outras

partes. A escrita tenta responder e corresponder à realidade, mas a linguagem só permite o universal no masculino. Então, acreditei que fazer uma pequena parada e dizer das dificuldades existentes para demarcar gênero, raça e classe dos participantes dessa pesquisa indicam já o tamanho do problema que temos. Não conseguimos nem falar quando nos propomos a tratar exatamente dessa lacuna, desse abismo. Continuarei tentando durante o texto observar flexões, indicar o lugar racial e também social, mas peço desculpas pela falta de precisão, pois acredito que parte da pesquisa teria que ser outra para dar conta dessa tarefa. Ainda em tempo e reafirmando o que no texto apareceu um pouco sem grandes explicações, estamos realmente tratando de maior número de mulheres trabalhadoras em todos os níveis de complexidade das políticas. Quanto aos textos que envolvem somente as medidas socioeducativas, realmente os jovens são apenas homens. Tento demarcar quando as meninas fazem parte dos processos. Feita essa importante ressalva, seguimos, apontando nosso fracasso nesse quesito linguajeiro.

6.5. Do PIA (plano individual de atendimento) aos piás que a gente encontra

Dizem que as socioeducadoras e os socioeducadores também fazem o PIA. As professoras também fazem o PIA. A equipe inteira faz o PIA. Falam em círculo de compromisso quando o adolescente está saindo da unidade. Seus planos para futuro. Seus acordos com a equipe, com seus parentes – principalmente suas mães. Tateamos o que ouvimos. Mas como a equipe toda faz? Quem tem acesso ao Plano? Quem passa mais tempo com eles não tem acesso, mas o executa.

As perguntas que lançamos são simples. O que é um PIA? Como o PIA é construído na equipe? Como o PIA acontece no cotidiano de trabalho? No momento de saída do adolescente, como é pensado o PIA na unidade? O papel pardo corre no grupo. Cada grupo tem em torno de 15 minutos para responder à pergunta, que circula. As ideias sobre o que as perguntas disparam também circulam. Para uma parte da equipe, as professoras fazem parte do PIA. A professora não sabe o que é o tal do PIA. Noutro cartaz, aparece que o adolescente, ao chegar, é entrevistado por dez pessoas da equipe. Os motivos são muitos: identificar suas demandas de cuidado e socioeducação; verificar se há algum “contra⁵⁵” internado; uma questão de segurança. Pensamos no quão cansativo deve ser para o adolescente essa quantidade de conversas na chegada. A equipe diz que eles até gostam. Sentem-se escutados.

⁵⁵ “Os contra” é uma expressão que os jovens utilizam para identificar aqueles que são de grupos rivais, ou mesmo algum desafeto. Os técnicos, quando da entrada do jovem na unidade, também se preocupam em identificar isso que os jovens chamam de “contras”, para distribuí-los nas unidades de modo a garantir a segurança e evitar confrontos entre grupos ou jovens rivais.

Penso em quantas vezes antes de chegar à unidade ele falou de si. Falou no DECA. Falou para o promotor. Falou para o juiz. O PIA começaria por aí.

Em outro cartaz, volta a questão do diagnóstico. Mas agora vem como algo não necessário de se saber. Diz que é melhor a socioeducadora e o socioeducador não saber, pois assim não interfere no convívio com o jovem. Está falando do diagnóstico ou da infração? Suspeito que as coisas eventualmente se confundem aqui. Medo e empatia. Empatia e medo. Suspeito que a escolha por não saber é a condição necessária para que agentes consigam e possam trabalhar e desenvolver algum tipo de afeto com relação aos adolescentes e aos jovens.

As entrevistas com dez profissionais da equipe geralmente se dão nas primeiras 72 horas da chegada do jovem. Existe um PIA mais voltado para a saúde, que fica com a enfermagem, outro da psicologia, outro da recreação. A equipe conta que, pela demanda que vivem, pois a casa está sempre cheia, não há outra forma mais eficaz de conhecer o jovem na sua chegada. Precisam, por cuidado e por segurança, fazer esse ciclo de entrevistas. Estranho. A equipe executora pergunta se não haveria outra forma. A gestão do trabalho, tal como está instaurada, não permite tantas mudanças. O contexto enfrentado pela equipe, como resultado de uma política de aprisionamento da juventude pobre e negra, deixa poucas brechas – ainda que o número de negros seja pequeno, como já indiquei – pois, segundo trabalhadoras – jovens negros na região metropolitana são mortos antes mesmo de chegar ao sistema.

A cada visita que fazemos à unidade, ela está mais cheia. 160 jovens, às vezes 170, para um serviço que tem capacidade para 60. Os profissionais de nível superior se questionam se, diante dessa realidade, realmente conseguem dar a atenção necessária a cada adolescente que por ali passa. Não é que os jovens não falem do que lhes aconteceu. Mas a dúvida que permeia a equipe é se, ao ouvir tudo que o jovem fala, poderão realmente dar consequência ao que essa escuta exige. E as lentes com que, nesta tese, tratamos de olhar o mundo suscitam outra dúvida: se ouvem o que os jovens falam, será que escutam suas demandas de cuidado, quando estas envolvem marcadores sociais e raciais completamente diferentes dos profissionais?

6.6. Sobre o que nos passa ao tramar

Na equipe executora e de planejamento da ação, algumas se sentiam como atiradas em uma arte abstrata que não se permitia definição. Não sabia onde estava. Mal sabia com quem. E muito menos o que viria pela frente. Com o passar do tempo, ocorreu um aprofundar a-si-a-mim-a-nós no funcionamento do serviço. Havia curiosidade sobre o que as pessoas tinham a

falar, suas experiências passadas e suas percepções sobre o que faziam ali. Tratávamos de pensar a saúde junto com a equipe da socioeducação. Alguns ruídos. Era preciso flexibilizar o cronograma. Era preciso perguntar sobre as oficinas com os adolescentes. A equipe queria mostrar seu modo de trabalhar. Nós queríamos fazer algo juntos. Era a hora do gato pular. Pulamos.

6.7. O pulo para aprendizagens compartilhadas

O pulo um pouco desconcertado. Seguimos algumas falas e não outras. As que seguimos queriam a atividade com os adolescentes. Trouxeram um esboço de plano. Uma gincana, que aconteceria com todos os setores, com jovens ou mais. A vontade veio das técnicas⁵⁶. Os agentes socioeducadores recuaram. Não queriam. A equipe executora, em seus encontros, sentiu-se aprofundando o racha já existente. A proposta de trabalhar com a construção coletiva de conhecimento gerou tensões. Uns diziam que faltava conteúdo teórico. Outros diziam que a prática com os adolescentes poderia aumentar o interesse na ação. Nos encontros da equipe de execução, uma leitura que fizemos é que a ação entrava em conflito com o funcionamento da unidade: verticalmente estruturada (estava evidente que algumas decisões podiam ser tomadas por uns e não por outros dependendo de seu cargo e função); hierarquia bem demarcada (entre técnicos e agentes, entre oriundos da classe média e da classe popular). Aqui cada um faz a sua parte, diz a técnica. Queríamos borrar essas partes. Tramar o quê? – perguntávamo-nos.

François Dosse, quando entrevista Denis Berger para a escrita do livro *Biografia cruzada*, colhe algo sobre como Guattari pensava o trabalho em equipe em La Borde. Berger conta que a direção dada por Félix Guattari indicava que não se conduz as pessoas com base em um programa, mas se trabalha com elas (DOSSE, 2010, p. 38).

Tínhamos dúvidas se havíamos tomado o caminho certo ao apostar na ideia de fazer a prática com os adolescentes envolvendo os trabalhadores. No caminho perdemos metade dos participantes da educação permanente. A maioria, agentes socioeducadores. Perdemos o fio da meada? Na intenção de disfuncionalizar o fazer, acabamos por acirrar as diferenças? Ou estaríamos apegados ao que tínhamos vivido até ali com os trabalhadores? Seriam as falas dos profissionais que queriam trabalhar com os adolescentes a partir da ação uma fuga da discussão sobre a gestão do trabalho? Será que acertáramos no salto?

⁵⁶ Maioria da equipe técnica era composta por mulheres brancas – apenas um homem técnico participava das atividades da educação permanente. Existiam homens na unidade, mas eram mais presentes na função de agente socioeducador. Ainda assim, a maioria dos agentes eram mulheres.

6.8. Depois do pulo e das incertezas, a ação

Pensamos em música. Em letras. Algumas palavras que remetem à saúde que deveriam estar nas músicas. Pensamos em perguntas sobre saúde. Um saquinho de perguntas que seriam produzidas pelos jovens, pela equipe da unidade e também por nós, equipe executora. Cabo de cooperação. Porque cabo de guerra ficaria ruim, segundo a equipe da unidade... Cachorro quente. Tinha que ter refrigerante. Tínhamos som. Podíamos disponibilizar as batidas das músicas? Seria preciso ensaio.

Durante os encontros com a equipe da unidade, percebemos que as oficinas não eram bem oficinas. Um jovem ensinava ao outro o que um dia aprendeu com alguma pessoa da equipe. Esse ensinamento acontecia dentro do “Brete” (como o jovem chama), ou cela (como eu a vejo), ou dormitório (como a equipe da unidade nomeia. Os saberes que aconteciam dessa forma eram práticas de crochê e origami. Tudo o que um dia foi ensinado. Mas sem muitos lugares de encontro. As oficinas, ou os ensinamentos, não eram passados em grupo. A superlotação. O tempo. Como oferecer isso para todos?

Percebemos que os espaços grupais entre jovens eram um tanto reduzidos, mesmo com os esforços da equipe. Mas, para a gincana, era preciso ensaiar a música. Era preciso fazê-la antes. Produzir a letra. Era preciso estudar a caderneta do adolescente para poder ter algum subsídio para as perguntas formuladas. Para a equipe da unidade, as perguntas deveriam ser fáceis, senão eles não participariam. Alguns achavam que precisavam colocar a rapaziada a correr. As perguntas produzidas pela equipe, a princípio, deram uma decepção. Havia um fio ali que deveríamos puxar. Havia um lugar de fazer junto, mas também um lugar de dizer que é possível fazer diferente. E em ato fazer diferente. Propor que as discussões fossem feitas com os adolescentes.

Como será falar sobre sexualidade com eles? E se eles nos desrespeitarem? Medos não gratuitos, visto que muitas das agentes socioeducadoras precisam fazer a revista nos adolescentes quase todos os dias. Sabemos, além disso, que o ambiente de unidade é muito machista. Os adolescentes são muito machistas. Boa parte dos trabalhadores também, mesmo que o número de mulheres trabalhadoras seja maior, tanto entre técnicos, quanto entre agentes socioeducadores. Para além dos medos, havia a produção dos cartazes. O pensar as tarefas. A escolha dos líderes das equipes das gincanas. As profissionais de referência para cada equipe. Antes de começar os encontros com as equipes, a divulgação. Os adolescentes precisavam de pelo menos duas ou três semanas para a criação. E, a cada Gincana concluída, um encontro de avaliação e outro de planejamento para a próxima. A unidade assim passava a ter grupos para

ensaio de música, discussão de sexualidade, drogas, saúde. Os rumores eram que os jovens estavam animados.

6.9. Por que a gente sente dor no peito quando gosta de alguém?⁵⁷

Já estamos no ano de 2015. Em meio a trabalhadores do serviço e jovens, muitas conversas. Um dos adolescentes que havia participado da gincana em 2014 me chamou de canto e disse: “Puxa, faz um ano e dois meses que não nos vemos. Você nunca mais veio à unidade. Vai participar da próxima gincana que estamos organizando, como no ano passado? Por que você não vem? Você sabe que vou sair daqui a pouco? Pensei que não fosse mais ver você.”

Outro me chamou de lado e quis falar sobre suas leituras e de como andava sua vida. Esse jovem tinha muita curiosidade por livros, lendo tudo o que lhe caía na mão. Perguntou o que achei da fala dele para as pessoas que estavam avaliando nossa ação. Fazia um ano e dois meses que não me via, a não ser na semana anterior, em que fui encontrá-los junto da equipe para pensar a apresentação para as pessoas que viriam do Ministério da Saúde.

A gincana seguiu como estratégia no serviço no ano de 2015. No mesmo ano, junto ao CAPSi da região, seguimos com a estratégia do Guia GAM⁵⁸. A equipe que participou da educação permanente, em 2014, conseguiu manter, de alguma forma, o trabalho construído. Nossas incertezas sobre as escolhas que fizemos, sobre nossos saltos, dirimiram-se. E só o tempo nos deu a ver isso. O tempo distende-se por fim. “Uma breve teoria: há certos movimentos que apenas são possíveis depois do início da primavera” (PEIXOTO, 2012, p.13)⁵⁹. A experiência das primeiras gincanas, que envolveram diretamente cento e poucos jovens e em torno de vinte trabalhadores – uma ação de seis meses junto aos trabalhadores e jovens –, tiveram momentos especiais. Alguns desses momentos valem a memória nesta escrita.

O trabalho com educação permanente em saúde pode partir de muitas estratégias. Inclusive de uma gincana. Sim, podemos nos divertir. Depois da primeira gincana e de seis encontros com a equipe da unidade, falamos de nossos medos. Medo de não dar conta das perguntas que os jovens formulariam. Medo nosso, da equipe executora, com relação à equipe

⁵⁷ Pergunta feita por um jovem durante a gincana. Desdobrou-se em dores no peito quando não recebem visita de seus familiares.

⁵⁸ Verificar junto ao subtítulo 5.2. a nota de rodapé que explica o Guia GAM. www.fcm.unicamp.br/interfaces/arquivos/ggamBr.pdf

⁵⁹ O tempo distendia-se por fim. Uma breve teoria: há certos movimentos que apenas são possíveis depois da primavera.” “Esses movimentos são simples, todas as pessoas sabem fazer. Ao serem compreendidos, dão lugar a multidões desgobernadas de sequências que no fim da sua ação, acendem o sol (PEIXOTO, 2012, p.13).

da unidade. Medo da equipe com relação aos adolescentes. Tínhamos esquecido que a trama é de todos nós. Por isso o medo. A máquina, de que falarei mais adiante, aquela pensada por Guattari, incorpora as formas degradadas do conhecimento. Assim ela opera milagres. Está aí a inversão (DOSSE, 2010, p.41)⁶⁰. Os movimentos são simples, todas as pessoas sabem fazer. Na segunda gincana, a preparação da unidade era para liberação de quarenta jovens ao mesmo tempo. Tensão. Como liberar tantos jovens assim? De quantos profissionais precisaríamos? Na primeira gincana, os agentes socioeducadores estavam tensos com a possibilidade de qualquer desordem. Observavam sem reação tudo o que poderia sair do controle. Propusemos que, dessa vez, a equipe executora ficasse mais de fora. Os trabalhadores acharam que nossa presença era indispensável. Os jovens haviam avaliado a gincana anterior. Sugeriam que houvesse batalha de rap e jogo de mímica. Achavam que podia ser mais dinâmico. O setor envolvido, ao invés de quarenta, terá cinquenta jovens. A capacidade prevista é para quinze jovens. Superlotação. Tensão. Alguns diziam que fazer a gincana naquele momento, quando o setor estava difícil, seria uma sobrecarga para toda a unidade. O argumento contrário era que a atividade podia diminuir a tensão, pois criava uma situação de encontro entre os adolescentes e trabalhadores. Algo não previsto. Algo não rotineiro. Decidimos tocar a ação. Hora da divulgação. Uma trabalhadora dizia que nunca um grupo tão grande ficara “solto” daquela forma ali na unidade. Isso é inovador. São pequenas diferenças. O resultado dessa gincana dos “soltos” foi uma segurança mais relaxada, podendo rir e conversar com os adolescentes. Os agentes socioeducadores foram mais participativos, e a equipe técnica estava mais à vontade com as perguntas e a algazarra que ia acontecendo. A sensação era de que estávamos em alguma atividade de escola. Risos e brincadeiras para todos os lados. Olha o Seu dançando! dizia um adolescente. Era, no serviço, o setor do fracasso, segundo a própria equipe da unidade. Quase nunca era proposto nada, pois os jovens de que se ocupavam eram aqueles que chegavam ao estabelecimento logo após o julgamento. Os grupos de ensaio e de estudo continuavam. Os jovens passaram a falar disso no cotidiano. Aqueles que não viveram a gincana perguntavam quando seria no seu setor. Os agentes socioeducadores passaram a fazer os cartazes das equipes junto com os adolescentes. Ajudavam na escolha dos nomes.

⁶⁰ Se a máquina incorpora as formas degradadas do conhecimento, tal como o demônio de Maxwell, ela fará milagres. É aí que está a inversão da entropia. A temática maquínica oposta à estrutura será mais tarde um dos temas favoritos de Félix Guattari e, depois, da “dupla” Deleuze-Guattari.” (DOSSE, 2010, p.41)

6.10. Assobiar não pode!

Era a segunda gincana. Os jovens estavam animados. Os profissionais também. Quando a última equipe apresentou sua música acompanhada de coreografia, a pesquisadora (no caso, eu) assobiou. Em uma fração de segundos, todos os olhares se voltaram para mim. Falei baixinho, com cara constrangida sem saber o motivo: estava bonito, quis prestigiar. Teve início uma sequência bonita de assobios. Que logo cessaram. Tudo se estabilizou. Percebi que existia algo no ar. A tensão que havia se dissipado retornou. Nós, da equipe da RIS-SMC, olhamo-nos sem saber o que havia produzido aquela tensão. Agentes socioeducadores disparavam olhares de repreensão em direção aos adolescentes. Os adolescentes pararam de sorrir e seguiram em uma gincana que perdia a graça. Tentávamos animá-los, mas o clima anterior não voltou.

No final da gincana, uma agente socioeducadora olhou para os jovens e falou em tom alto: em formação! Os jovens rapidamente se colocaram em uma fila que lembrava um alinhamento militar. Ela falou novamente a mesma palavra. Os jovens bateram as mãos na altura das pernas, bem como fazem os jovens que servem ao país. Feito isso, ela começou a falar que estava muito decepcionada, pois eles haviam quebrado uma regra: vocês sabem que assobiar é proibido! Uma agente socioeducadora chegou perto de mim e disse: olha Júlia, muito difícil isso, tem alguns profissionais aqui da unidade que não conseguem diferenciar momentos. Aproveitei para perguntar: mas o que existe de errado em assobiar? Resposta da agente: o assobio na unidade acontece quando os jovens estão preparando uma “pedalada” por conta de alguma reivindicação, ou quando não querem escutar os agentes e assobiam alto para não ouvir o que está sendo dito, como deslegitimando e humilhando os trabalhadores – mas em nome de algo que não vai bem, geralmente. Argumentei que eram assobios muito diferentes. Aquele que eles deram havia sido puxado por mim. E estava muito mais parecido com assobios de um jogo de futebol, ou de qualquer torcida. A agente concordou comigo, mas respondeu: entendo isso, mas nem todos as colegas conseguem ver a diferença. Os jovens saíram cabisbaixos. Trabalho feito, trabalho desfeito.

6.11. Quando quem deve cuidar quase vira “os contra”

A cada avaliação e preparação de nova gincana, novas tensões. Agora era a vez da querela em torno do isolamento. De alguma forma, o assunto chegou ao nosso encontro. Depois da fala de uma das integrantes da equipe da residência – quem sabe o jovem possa fazer mímica de como vive o isolamento? – a reação foi violenta. Vocês sempre estão nos

colocando em xeque! Não dão descanso! Sempre expondo nossas fraquezas para os adolescentes! E nós, da equipe executora, experimentamos novo racha. O que a equipe suporta? O que essa ação suporta? Saímos sem discutir o que havia acontecido. De modo algum diria que foi uma reação exagerada por parte dos trabalhadores. Mas me perguntava o que estávamos tentando dizer quando precisamos pegar justamente naquilo que mais incomodava? Por que insistíamos em dar acento para isso, e não para outras práticas que também provocavam adoecimento, mas que eram mais possíveis então de modificar, negociar, construir?

No encontro seguinte, era preciso retomar essa dor. O que estava no ar em torno da fala sobre o isolamento? A resposta veio. Muita pressão na reunião sobre fazer ou não a gincana devido à superlotação e a conflitos que aconteceram durante a semana. Se, por um lado, a equipe envolvida com a educação permanente estava se sentindo pressionada pela sua equipe e chefia, por outro, nós, da equipe executora, estávamos puxando o fio forte demais, sob risco de estraçalhar a trama. Hora de um certo recuo. De dizer que estávamos ali para fazer algo juntos. Que a posição não era de estar sempre confrontando. Mas às vezes algo de um confronto era necessário, e isso não queria dizer que não estávamos juntos. Os ânimos se acalmaram. Um pouco de generosidade no ar era necessária. Houve acolhida de todas as partes, que bancaram uma gincana com muitos jovens soltos e com a casa cheia como nunca antes visto. E os jovens, no final, brincaram: o prêmio, na próxima, poderia ser uma ida ao parque aquático, Seu. A tensão reduzida. Passado um ano e meio, a unidade faz sozinha a atividade. Curioso como o passar do tempo deu segurança para seguirem tramando com os jovens, sem a necessidade de nossa presença.

Mas, passado mais tempo, a força gerada pelos resultados positivos no que toca às relações não foram motivos fortes o suficiente para que a ação se consolidasse. Em 2016 foi a última Gincana na Unidade Socioeducativa. Depois, a ação se transformou em um Festival organizado pela rede de socioeducação dos municípios metropolitanos de Porto Alegre, chamado Festival Intermunicipal da Juventude – esse engatado com a participação da Residência na gestão e execução. Nesse festival, jovens meninos e meninas dos CAPSi, CASE/NH, CREAS, CRAS e CAPSad faziam oficinas oferecidas pelos profissionais, jogavam futebol, vôlei e praticavam *slackline* sob orientação de professor de educação física, além de fazerem jovens e trabalhadores um salsipão com salada, refrigerante e sobremesas. O festival aconteceu no ano de 2017, ainda sob gestão compartilhada com a RIS-SMC. Não sabemos se seguirá em 2018.

7. CADERNOS NEGROS⁶¹

A prática com trabalhadoras⁶² e com jovens e os desdobramentos de ações políticas desde 2013 vão me ajudando a chegar mais perto desse arranhão que está difícil de definir. Diria que é uma gatografia antiga. Pistas advindas das ruas e das ocupações estudantis nas escolas e nas universidades talvez possam nos ajudar a chegar mais perto disso que estou chamando de ferida, ou arranhão silenciado. Ele faz parte das tralhas, e de modo algum diminui a importância daquilo que vimos anteriormente como dificultadores do cuidado.

7.1. Sobre o que a pesquisadora aprendeu com as ruas e as ocupações desde 2013, ou por que “(...) as palavras não são roupas pra serem mal usadas (...)” (BK, 2016)⁶³

Olhei para o monumento do Júlio de Castilhos na praça da Matriz da cidade de Porto Alegre e vi um monte de rostos tapados por um pano preto, só seus olhos de fora. Cabelos negros como suas peles negras – meninas e meninos. Outras peles brancas, também cobertas de tecidos pretos. Signos da periferia, signos punks misturados com signos anarquistas. De tão pobres, quase pretos, como diria Caetano Veloso e Gilberto Gil. Mas Caetano e Gil equivocam-se. Uma pessoa branca nunca viverá o que o social oferece para uma pessoa negra. Mesmo que seja pobre. A desigualdade social diz respeito a uma realidade. A desigualdade racial diz de outra. As duas juntas podem gerar o oco do oco do oco. O espaço esvaziado de toda a virtude, na qual Estado e Iniciativa Privada podem tudo.

Apinhados sobre o monumento, elas e eles eram o monumento diante dos meus olhos. Estávamos em um ato na frente do Palácio Piratini. O ano é 2013. O mês é junho. Partidos, sindicatos, movimentos estudantis, movimentos sociais, organizações independentes, anarquistas, jovens da classe média e da classe pobre, jovens brancos e negros, mulheres e homens. Dentre as vozes que se levantavam contra a repressão do Estado e por garantia de direitos, estavam as e os estudantes com suas falas de morro, com seu jeito de morro, com as

⁶¹ Em 1978 surgiu o primeiro volume da série CADERNOS NEGROS, com a participação de oito poetas que dividiam os custos do livro, publicado em formato de bolso com 52 páginas. A publicação, vendida principalmente em um grande lançamento, circulou posteriormente de mão em mão, sendo distribuída para poucas livrarias, mas obteve um expressivo retorno dos que tiveram acesso a ela.

Desde então, e ininterruptamente, foram lançados outros tantos volumes – um por ano – alternando poemas e contos de estilos diversos. A distribuição aperfeiçoou-se, procurando chegar a um público mais amplo e diversificado do que aquele atingido pelos primeiros volumes. Escritores de vários Estados do Brasil vêm publicando nos Cadernos. É preciso assinalar que não existem outras antologias publicadas regularmente com textos de autores afro-brasileiros, em grande parte devido às dificuldades financeiras inerentes às publicações deste tipo. Sendo assim, os Cadernos têm sido um importante veículo para dar visibilidade à literatura negra. (texto retirado do sítio: <http://www.quilombhoje.com.br/cadernosnegros/historicocadernosnegros.htm>)

⁶² Escolho nesse momento flexionar usando gênero feminino, pois a maioria é de profissionais mulheres em todas as políticas envolvidas.

⁶³ Estrofe da música chamada Sigo na Sombra de BK (Luccas Carlos). Álbum: Castelos & Ruínas.

palavras educação estampadas em suas faixas, junto com o símbolo do anarquismo. Eu e meus amigos, ingenuamente, fizemos panfletos de como se proteger do gás lançado pela polícia em caso de repressão. A primeira preocupação foi com os mais jovens, que a cada marcha aumentavam em número na cidade de Porto Alegre. Por meio dessa ação, nosso objetivo era poder conversar com as pessoas, conhecê-las, algo como uma desculpa para trocar informações. Ao chegar perto desses meninos e meninas, percebemos sorrisos nos cantos da boca. Algo nos dizia que o gás não era um problema para aquelas e aqueles estudantes.

Em frente ao Piratini, havia um carro de som, com palanque em cima. Abriu-se a negociação com o governador. Anarquistas presentes não concordavam, pois não queriam que as pautas fossem reduzidas para alcançar um consenso. Dessa forma, puxavam o movimento de modo acalorado. Estudantes-monumento desceram rapidamente do colo de Júlio de Castilhos e tomaram a praça. A polícia se postou na frente do Palácio da Justiça. Começou a jogar gás. Do chão, as e os estudantes encapuzados arrancavam pedras com as unhas e lançavam contra os policiais. Talvez a única oportunidade de reagir contra a polícia sem o risco real de ser morto no mesmo instante – será mesmo que sem risco? Uma polícia que está ostensivamente nos bairros de periferia, e que bate e mata com facilidade... Naquele momento, estudantes enfrentavam apenas as balas de borracha. Naquele momento, a história que sempre colocou os meninos negros e brancos pobres do lado dos bandidos, assistia aos pretos do lado daqueles que são capazes de reivindicar.

Eu, no meio de tudo aquilo, estava paralisada. Alguém me tirou do meio do enfrentamento, colocando vinagre no meu rosto, pois já tinha sido atingida pelo gás. Saindo do centro da cidade em fuga, com a cavalaria em nosso rastro, pensava não ter corpo para aquilo. Como conseguiam pegar as pedras? Como conseguiam lançá-las? Como suportavam o gás? Como suportavam? Em marcha, segui pensando, mas eu também gritei “não tem negociação”. Eu também incitei as juventudes ao confronto. Qual a minha responsabilidade nisso? Essa era a pergunta que eu e meus amigos nos fizemos.

Eu não podia estar onde eles estavam. Estávamos no mesmo espaço físico, mas agíamos muito diferente diante dos acontecimentos. A minha violência era diferente da deles. A minha raiva e meu ressentimento contra a polícia e o governo eram diferentes. Minha reação corria por outros sentidos. Era incontestável que éramos diferentes. Gerados na mesma cidade, no mesmo capitalismo, mas diferentes. Nosso cotidiano, necessidades, condições eram completamente diferentes. Os enfrentamentos que precisamos fazer para viver também eram muito diferentes. Performances diferentes. Corpos diferentes. Pensamentos diferentes.

Foi uma das vezes em que percebi que a ideia de miscigenação, que vem junto com a crença em uma democracia racial brasileira, não se sustenta. Perceber como as vidas ganham contornos e interioridades completamente diferentes colocava-me em alerta, como pesquisadora, sobre como utilizamos os conceitos para falar dessas diferenças na psicologia. O fato das e dos estudantes serem pobres ou não fazia pouco diferença se a cor de pele fosse preta. Mas talvez quem lê se pergunte: mas que tema é esse que caiu de paraquedas? afinal, a autora não ia falar do que aprendeu com as manifestações e com as ocupações? Pois então, é justamente aí que o problema que eu vinha percorrendo ganhou outros tons. À medida que as marchas de 2013 ficavam mais pretas, mais violenta era a ação policial. Outro fenômeno que veio junto com a força policial foi a movimentação da mídia, que passava a criminalizar as marchas. Representantes da esquerda, envolvidos ou não com as marchas, passaram a não saber mais sua opinião sobre o que estava acontecendo. De um fato político, passamos a um ato criminoso. Esse foi um dos ensinamentos das marchas de 2013. A solução política na época foi a ocupação da Câmara de Vereadores: ação direta que foi intitulada de baderna pela mídia e pelos representantes políticos mais reacionários. Ainda, assim, ocupar a Câmara tirou de cena a juventude periférica que vi nas marchas. E isso foi bastante evidente quando olhávamos as e os ocupantes. Seria justamente essa exclusão que a ocupação da Câmara também desejava? A cena política, que antes tinha representatividade negra expressiva, passou a ter representatividade de pequeno grupo politizado de mulheres negras. Mas voltemos ao problema da responsabilidade...

Qual era a minha responsabilidade? Se transporto essa sensação para o cotidiano de trabalho e penso as situações nas quais o cuidado com a juventude não se fez, ou só aconteceu em parte, como pensar até que medida sou responsável? Qual a responsabilidade do trabalhador nisso tudo que acontece com os jovens – esses que são, um após o outro, jogados na malha judiciário ou contra uma bala? Tendo ciência das diferenças que nos separam ou nos colocam em lugares diferentes, qual seria o meu lugar diante do sofrimento do outro? E de que diferença estamos falando? Fiquemos intrigados com nossos pensamentos.

Há algo que é tão evidente, mas tão sutil, tão complexo e tão perigoso, que podemos dizer que está incorporado em cada ação institucional e presente em todas ações societárias – pois é o nosso modo de pensar, sentir e ver a tudo. Mas, como é algo muito perigoso, vou falar aos poucos sobre isso. Por ser um entendimento sempre vacilante – porque muito pouco visitado, há que cercá-lo aos poucos sobre risco de rechaço. Minha atenção volta-se para formação ofertada pela psicologia (poderia agregar outras disciplinas aqui, como serviço

social, terapia ocupacional, educação física, todas as relacionadas à área da saúde). Escolho a psicologia por ser a disciplina que me toca como trabalhadora-pesquisadora, por tê-la cursado. Fiz a formação em uma universidade federal, a mesma em que hoje desenvolvo esta pesquisa. Durante a graduação, o mestrado e o doutorado, nunca se tratou sobre as particularidades do cuidado com a população negra.

O mestrado que fiz na universidade federal versou sobre a ferramenta clínica chamada acompanhamento juvenil. Nessa pesquisa, só no segundo capítulo trato algo sobre a questão das relações étnico-raciais, mas de um modo ainda bastante conservador. Hoje, depois de algumas leituras, sei que existem autores brasileiros que falaram sobre a história da população negra no Brasil, bem como da indígena e oriunda da Europa, mas que serviram ao aprofundamento das desigualdades e à aceitabilidade das mesmas – constituindo-se como os bastiões do discurso da democracia racial no Brasil⁶⁴.

Muito pouco se falou também dos marcadores de gênero e de classe social, durante a formação. Falava-se em vulnerabilidade – diria que ainda é assim que se procede na maioria dos espaços de formação –, mas não em como esses marcadores produzem diferentes subjetividades e, inclusive, a incidência da vulnerabilidade. O processo de aprendizagem é diferente, assim como o processo de reconhecimento – estamos falando de outra experiência de existir.

Quando falamos em sofrimento psíquico no curso de psicologia, nunca falamos sobre os efeitos do racismo na subjetividade de uma pessoa negra. Quando pensamos no usuário das políticas públicas (seja saúde, assistência, educação, segurança, habitação ...), muito pouco tratamos da interseccionalidade agindo tanto nos modos de pensar as políticas quanto de executá-las. Não pensar raça, gênero e classe social é produzir inevitavelmente violências simbólicas e físicas. Dentre esses três marcadores, raça ainda me parece o mais sensível, pois trata justamente do desmanche do ideal que cada um tem de si. Estudar a temática racial e pensá-la nas relações do nosso país é descobrir que todos somos criados para sermos racistas

⁶⁴ Recomendo a leitura da Introdução à obra *Ralé Brasileira* de Jessé Souza. Na obra, Jessé afirma que, durante “todo o século 19 e até a década de 1920, o paradoxo da identidade nacional brasileira será materializado, precisamente, com base na impossibilidade, num contexto histórico em que o racismo possui “prestígio científico” internacional, de se construir uma “imagem positiva” para um “povo mestiço”. Essa opinião sobre a degeneração das raças não puras “era a opinião, por exemplo, de nada mais nada menos que um dileto conselheiro do Imperador Pedro II, o conde francês Goubineau” (SOUZA, 2009, p.36). Adiante que os nomes dos bastiões que constroem o que se chamou de virada culturalista e muito liberal e racista foram: Gilberto Freire (muitos brasis, mestiço é bonito – glorificação da herança pré-moderna) e Sérgio Buarque de Holanda (personalismo e patrimonialismo e homem cordial), Raimundo Faoro e Roberto DaMatta “invertem o sinal de glorificação e acusam essa mesma tradição pré moderna de ser nosso mal de origem” (SOUZA, 2009, p.56). Os bastiões não param por aí, mas cabe leitura dos capítulos iniciais de *Ralé Brasileira*.

– de forma sutil ou não – se nada fizermos para mudar a educação que se dá a nós pela matriz de pensamento que nos constituiu como sujeitos.

Como pesquisadora, fui estudar o primeiro texto sobre as implicações das concepções de raça e do racismo decorrente dessa construção no ano de 2016. Vale lembrar que trabalho com juventude, e todos os dados sobre juventude apontam a necessidade do olhar para juventude negra e periférica de modo muito atencioso e implicado. Interrogando a minha prática como psicóloga, fiz a mim mesma algumas questões para que eu pudesse pensar que tipo de formação recebi e como ela se articula com a realidade brasileira. Por precaução, e também por cuidado, achei generoso falar apenas daquilo que toca ao que pude ou não fazer com as ferramentas que recebi. Não cabe falar genericamente da prática de colegas e, sim, a partir da minha prática, pensar se tenho ou não condições de escutar o sofrimento produzido por nossa matriz de pensamento.

Uma das perguntas que me fiz foi: não tendo lido nada sobre ser uma pessoa negra no Brasil e sobre os efeitos do racismo institucional, como posso escutar de modo qualificado o sofrimento que nem mesmo reconheço? Ou como posso escutá-lo, mesmo se o reconheço, se percebo que há sofrimento ali, mas não sei como acolhê-lo, pois só pensei de modo distanciado esse tema e diante dele apenas sofro, não sabendo como se forjou? E por que eu deveria saber como se forjou? Não cabe à jovem negra e ao jovem negro falar sobre suas dores?

É aí que entramos em um problema maior ainda. O homem e a mulher negra muitas vezes sentem o sofrimento, mas, dependendo de como sua negritude foi vivida desde a infância, não percebem que todo esse sofrimento é resultante de um racismo institucional. Mesmo quando nós, profissionais, sabemos que o sofrimento em questão pode ser decorrente desse racismo, ainda assim, se nós, profissionais que escutamos, não conseguimos perceber o que está sendo dito, pelo que difere em nós da experiência que a pessoa negra traz, corremos o risco de silenciá-lo. E as profissionais, não raras vezes, não conseguem perceber aquilo que deveria ser um dos primeiros marcadores a serem levados em conta em uma escuta, em um país que, segundo o IBGE de 2016, tem 53% de população negra. Intrigada com esse vazio na formação em psicologia, comecei a ficar atenta. Parte dessa atenção nasce com fatos políticos brasileiros que apresentam algumas novas possibilidades de dizer e ser visto.

Salto para o ano de 2016. Porto Alegre vivia as ocupações secundaristas. Ocupações que, no Brasil, começaram em São Paulo. O motivo dessa ação na cidade de São Paulo dizia respeito a uma reestruturação do ensino público, no qual muitas escolas reduziram as ofertas

de vagas e outras seriam fechadas, o que provocaria a necessidade de deslocamento maior das e dos estudantes. Além dessa situação relativa à reestruturação, somava-se o escândalo da merenda – desvio de recursos e consequente oferta de gêneros alimentícios de baixo valor nutricional, bem como fora do prazo de validade.

Parte da redução de vagas atingia diretamente a população que tem mais dificuldade em permanecer nas escolas – em regra, crianças e adolescentes oriundos de famílias negras. Fechamento de escolas que existiam nas periferias, plano de centralização nas escolas que se encontravam em bairros mais centrais, fim da oferta do Educação de Jovens e Adultos (EJA). Muitas dificuldades decorrentes disso eram denunciadas por jovens estudantes que ocupavam as escolas. Faziam da ferramenta digital um modo de publicizar as razões da ocupação, viralizando informação.

Junto com as demandas diretas – investigação relativa às merendas e denúncia das consequências de uma reestruturação da educação para poucos –, vinha também o retrato de uma educação pública. Filmagens sobre as condições das escolas. Prédios precarizados, para vidas precarizadas pelo descaso e pela falta de cuidado. Quanto mais periférica a escola, mais precarizada sua estrutura e corpo de professoras e professores.

Durante a ação de ocupação, para quem assistia de longe, apenas acompanhando as postagens, havia algo que intrigava. Intrigar tem sido palavra que persegue esta pesquisadora desde então. Os estudantes ocupantes passaram a organizar oficinas. Pediam contribuições de pessoas que tinham algo para transmitir. Algumas demandas, entretanto, saltavam aos olhos: eram recorrentes, nos seus pedidos, os temas gênero, raça e desigualdade social (considerando, nesse último tópico, discussões sobre privilégio, meritocracia e outras expressões da desigualdade social produzida pelo capitalismo ou, ainda, a velha e boa discussão sobre classe social). Percebiam a pertinência desses temas nos currículos escolares e na vida. Como pesquisadora, até então na área da juventude, tudo o que eu desejava era ir para São Paulo. Não pude. Fiquei aguardando que a centelha ativasse outros pontos do Brasil.

Ano de 2016 ainda. O Brasil não só se ativou com a centelha começada em São Paulo pelas e pelos secundaristas, como ultrapassou as ocupações dos secundaristas Pinguins do Chile – ação política direta conhecida como Rebelião dos Pinguins. Proliferam materiais digitais nas linhas do tempo do facebook. No Rio Grande do Sul começavam as ocupações secundaristas. Os motivos mais declarados diziam respeito à resistência ao projeto de escola sem partido, bem como ao projeto que previa a transferência da execução da educação pública para entidades privadas no Estado (PL 44). Novamente, para além das demandas diretas da

ação, nesse momento, não só como alguém que assiste, mas como quem se envolve, percebi que as demandas em torno da precarização dos espaços físicos das escolas e do ensino se repetiam. A busca por um exercício de fazer educação também. Os secundaristas passaram a organizar oficinas, fazendo pedidos nas suas páginas. Novamente, os temas gênero, raça e capitalismo apareciam como recorrentes. Raça, porém, era um tema que não aparecia em todas as ocupações, somente explicitando-se quando secundaristas o introduziam e forçavam uma discussão. Depois de circular e estar com secundaristas e percebendo a presença de professoras e professores apoiadores, fiquei bastante curiosa sobre a formação ofertada, pois acredito deva ter contribuído para essa ação direta por parte das e dos estudantes.

Mas algo mais sobre educação e formas de educar parecia despontar na gestão das oficinas. Aquele ou aquela que ocupava o lugar do professor ou educador na oficina não era mais quem detinha o poder de amarrar um conteúdo ao outro. Eram as e os secundaristas o fio que amarrava as informações, decidia os conteúdos ou encaixava as oficinas ofertadas. Muitas vezes percebi que, na grade semanal das oficinas, alguns temas se repetiam. Nessa repetição, partindo de diferentes olhares, ocupantes formulavam suas questões, posições e aquisições de saberes. A linha que costurava o saber estava em suas mãos, visto que as e os educadores eram condutores de informações – eram quem ou trazia uma encomenda feita por secundaristas (como foi no meu caso, quando elas e eles queriam saber como eram as regras para ingresso na universidade por ações afirmativas) ou oferecia algo que conheciam e que as e os secundaristas interessavam-se em aprender. Era uma construção entre secundas e educadores voluntários que circulavam entre escolas aprendendo, envolvendo-se e colaborando com parte de uma ação política juvenil.

As e os estudantes, assim, haviam criado um outro modo de fazer educação no qual o poder não se concentrava mais na figura da e do professor. Esse modo de operação, que produziu muita discussão e aprendizagem, ficou na minha lembrança e hoje retorna como algo de valioso para esta pesquisa. O polo de poder pendula para o lado das e dos secundas: como foi dito acima, o trabalho de amarrar o escutado e aprendido é das e dos estudantes; a e o professor passa a ser alguém que precisa ouvir essa experiência e compor a parte do saber que levou com aquilo que é contado por aquelas e aqueles que possuem a trama de conteúdos na sua mão.

Faço uma parada neste momento para recomençar o trajeto que esta pesquisa foi fazendo. Lá no início desta escrita, indiquei que a obra *A Ralé Brasileira* foi decisiva para começar um pensamento que passa a questionar como organizamos nosso saber em torno do

trabalho de psicólogas e psicólogos. Entretanto, os caminhos que me levaram a trilhar o percurso que hoje estou trilhando como pesquisadora têm muito começos. Poderia situá-los quando, como graduanda, envolvi-me na unidade acadêmica onde estudava, com atividades junto aos docentes e discentes para que as ações afirmativas fossem implementadas – a professora Rosane Neves reunia-se com nosso grupo para organizar nosso percurso de sensibilização no Instituto de Psicologia. Era o ano de 2007. A luta havia começado há muito tempo para os movimentos negros, mas para mim aquela era a inscrição de um certo começo. Lá, além da discussão em torno das ações afirmativas, entre uma parada e outra, mulheres do movimento me perguntavam quem eram meus ancestrais.

Outro início foi quando me questionei sobre por que os jovens não permaneciam em situação de educação, cuidado, ainda que houvesse o esforço dos profissionais. Pergunta já formulada no ano de 2014. Primeiro ano da pesquisa, e eu estava preocupada em situar afinal quem era o usuário dessas políticas? Para situar quem era o usuário, eu precisava saber quem era esse brasileiro, em seu contexto. Mas, à medida que segui no pensamento, percebi que não poderíamos falar de um usuário brasileiro e, sim, de brasileiros. Para saber e poder perceber o outro, eu me perguntava: quem sou eu, sendo brasileira? e, sendo quem sou, por que sou assim? A partir disso, como brasileira, no meu contexto, como me relaciono com o usuário, no seu contexto, e como me relaciono com aquilo que é público? qual conexão entre saberes de contextos diferentes sou capaz de fazer?

Havia o usuário, mas havia também a trabalhadora, que precisava saber quem era para poder ver o outro. Ser uma brasileira e então pensar como se dão as relações no Brasil me ocupou um tempo – pelo menos dois anos do doutorado. A pergunta, que antes era “o que acontece com o cuidado que oferecemos para os jovens que parece não se efetivar?”, ganha outros contornos. Embalada por essas questões, pensei que a pesquisa precisava então olhar para a filosofia da psicologia. Precisava perceber o quê de brasileiro foi produzido com os autores estrangeiros que tanto lemos na academia. Algo dizia que uma fuga da pesquisa com juventude e da questão do cuidado acontecia. Além de fuga, aparentava um trabalho quase impossível de realizar. O fato é que o cuidado com a juventude, a questão do trabalho da psicologia nas políticas públicas e a formação ainda insistiam como inquietação.

7.2. O que as ocupações universitárias aprenderam com as e os secundaristas e ensinaram para a pesquisadora ou, ainda, “(...) Vocês que vivem da minha cicatriz. Tô pra ver sangrar o que sangrei (...) (EMICIDA, 2015)⁶⁵

A escola Santa Luzia visitava o Instituto de Psicologia. Estudantes e professoras⁶⁶ de psicologia esperavam ansiosos por ouvir o que tinham a dizer. As e os visitantes ainda estavam no ensino fundamental (eram poucas as escolas de ensino fundamental ocupadas, mas existiam, e a Santa Luzia era uma dessas escolas). Traziam sua experiência de ocupação para compartilhar. Algumas professoras já haviam organizado idas à escola com suas turmas, com o objetivo de contribuir com oficinas. Essa dinâmica de troca possibilitou a vinda de secundaristas, sua professora e uma estudante da psicologia mais envolvida com a escola em questão.

A roda era relativamente grande, o microfone estava ligado, mas as linguagens eram diferentes. Talvez as professoras, estudantes de psicologia e pós-graduandas presentes esperavam que as e os jovens sentassem e falassem sobre o processo, passassem a tal da experiência. Mas a experiência se passa de várias formas. Nesse caso, as e os secundaristas pegaram o microfone para cantar o Rap. O que consegui entender era que elas e eles tinham um grupo de Rap. Levavam adiante a ocupação com a colaboração de professoras simpáticas à causa. Elas e eles cantaram, mas a recepção da comunidade da UFRGS foi entre um estado de atenção constrangido, até uma atitude de indiferença marcada por conversas paralelas, que talvez tratassem sobre política e a situação brasileira. Esse seria meu olhar mais generoso para as conversas paralelas. O outro olhar, menos generoso, dizia-me que essas conversas eram insignificantes – e indicavam um sutil mas bem demarcado desprezo pelo modo de expressão. O jovem negro – ainda não havia mencionado, mas todas e todos eram negros e periféricos – para de cantar, olha para dois universitários e diz: Ei, branco, tu tá escutando o que estou dizendo?

Um certo constrangimento, pelo menos da minha parte. Secundaristas haviam saído do seu bairro para trazer a experiência sobre ocupações de escolas. As que haviam se interessado pareciam desinteressadas, ou atônitas, não consigo ao certo qualificar. Mas a noite seguiu, e a comunidade acadêmica ainda estava entre admiração, incompreensão, indiferença e silêncio (era pelo menos o que me parecia). Secundaristas armaram uma roda de Funk e convidaram todas a dançar. Algumas dançaram, outras olharam. E, por momentos, eu mesma estava

⁶⁵ Estrofe composta pelo rapper Muzzike (Philipe) em contribuição à música Mandume, organizada e gravada no álbum “Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa...” de autoria de Emicida. 2015.

⁶⁶ Usarei a flexão no gênero feminino, pois a maioria das ocupantes e das professoras são desse gênero. Cabe indicar que haviam homens envolvidos tanto estudantes, quanto professores.

ansiosa em poder ouvi-los sobre a ocupação. Perguntei à professora da escola que veio acompanhá-los se teria possibilidade de falarem sobre. Ela olhou para mim, talvez entendendo minha ansiedade, dizendo: estão contando sobre a ocupação, é vocês que não estão entendendo.

De novo os códigos de acesso. Novamente, estava, ao menos eu – não posso responder pelos demais –, querendo que, além de trazer a experiência (da qual nada sabia), ainda falassem ou contassem do modo como eu entendo. Esse modo de pensamento ou de expectativa faz parte de um sentido colonizador. Perceber que eu ocupava essa posição diante de secundaristas que estavam arriscando muita coisa para lutar pela educação me fez sentir vergonha. Passei a pensar com mais agudeza em como cuidamos nas políticas públicas, como ensinamos, como protegemos, como interagimos em qualquer política pública ou qualquer iniciativa privada na qual trabalhamos. Algo na pesquisadora se moveu, para nunca mais voltar ao mesmo lugar.

Mas a visita não se encerrou. Terminada a dança e aceitando o pedido que vinha da comunidade acadêmica, cantaram um Rap que haviam feito sobre as ocupações. Terminada a música, uma das meninas do grupo tomou o microfone, falou da visita que algumas estudantes de psicologia haviam feito à escola e que havia sido muito bom. No final da sua fala, ela perguntou: e vocês, quando vão ocupar a UFRGS? se quiserem, a gente vem ajudar. Instaurou-se um novo silêncio. Meu olho percorreu o rosto das pessoas. Ninguém fazia nenhum movimento. O Brasil estava entrando em uma crise. Muitas reformas estavam chegando à votação. Agora não era só a educação que estava em jogo. A pergunta ficou no ar. Resolvi dizer algo, pois estava evidente que os secundaristas esperavam resposta. Peguei o microfone, com alguma vergonha de dizer o que acreditava ser uma resposta: a UFRGS ainda não está ocupada porque, mesmo que seja visível a precarização que está acontecendo, ainda assim a maior parte das pessoas que estão aqui têm muitos privilégios, então não sentem o peso da precarização do que é público.

A primeira ocupação da UFRGS no ano de ocupações estudantis foi negra e aconteceu no final de setembro do ano de 2016. Um Akilombamento na Reitoria pela defesa da continuidade e não redução da política de ações afirmativas. Muita massa com salsicha, assim lembram as ocupantes. Muita preocupação de todos que estavam atentos à ocupação sobre como ficaria para aqueles e aquelas estudantes o pós-ocupação – a volta às aulas. Quem participou da ocupação disse que ela foi pesada, tanto pelo seu caráter político, quanto pelo que vinha junto com ela, que era o escancaramento do racismo institucional da UFRGS. Foi

um encontro de estudantes de vários cursos de toda a UFRGS, trocando informações sobre suas vivências e lutando – seres políticos. Não acompanhei essa ocupação de perto. Talvez porque houvesse participado com mais intensidade das ocupações das e dos secundaristas e me envolvido com um grupo de psicólogas que ofereciam uma escuta às e aos secundaristas. O fato que me parece evidente, mas pouco falado, é que as ocupações que ocorreram depois tiveram seu estopim interno (no corpo da UFRGS) a partir dessa ocupação da Reitoria. Não é essa, porém, a história que depois ouvi ser contada. Para muitos, a primeira ocupação da comunidade acadêmica foi a do Instituto de Letras. Alguns argumentavam que as demandas das ocupações eram diferentes, marcando, por isso, que a primeira ocupação havia sido a do Instituto de Letras.

O apagamento da história e da narrativa de parte de uma população parece bastante evidente nessa expressão contemporânea de como contar a história e de que mecanismos utilizamos para legitimar esse apagamento, definindo, nesse caso, tratar-se de “pautas” diferentes de lutas. Faço um esforço para dissociar as lutas, mas realmente é bastante difícil. Entretanto, essa dificuldade que encontro para a dissociação é o mecanismo mais rápido e fácil de simplificação da vida. Pensemos juntos: se os estudantes mais vulneráveis são aqueles e aquelas que entraram por ações afirmativas, pois foi a principal política para democratização das universidades federais, então não vejo como o fato de lutar pela continuidade dessa política não esteja diretamente associado à luta contra a precarização das políticas públicas brasileiras e contra os cortes que estavam sendo propostos nas áreas da saúde, assistência, educação e segurança. Dissociar as lutas e diferenciar bandeiras, nesse caso, fez-me suspeitar sobre as reais intenções que determinaram esse corte de pautas, como se fossem realmente diversas. Parece-me que é um movimento de interpretação dos fatos para tirar algumas e alguns atores políticos da história – uma interpretação bastante débil, pois não consegue relacionar problemas nem perceber sua natureza comum. O movimento seguinte à diferenciação é renomear os atores políticos como beneficiados pela luta “maior”. Nesse movimento de disputa da narrativa histórica, apaga-se a importância das diferentes frentes de luta por uma causa comum. Pois são diferentes as frentes de luta, mas não a natureza do problema. Assim apagam-se os rastros da luta do movimento negro brasileiro – ficam apenas algumas notícias dispersas, na memória das vozes que narram o que se passou. Tiram da história política do país a luta da população negra. Observo esse tipo de movimento de captura-diferenciação-exclusão-inclusiva: ao mesmo tempo e na medida em que toma a luta de diversos movimentos como sua e coloca os que seriam seus pares de luta no lugar apenas de beneficiários, exclui a mulher negra e o homem negro do lugar de atores da história,

novamente legando a esses sujeitos apenas a história de dor, revisitando sem cessar as mazelas do lugar de objeto a que foram submetidos durante a escravidão. Tiram-lhe até a luta, que é valorada nos meios políticos como algo importante socialmente. Não permitem que o legado construído apareça.

Não permitir que o legado apareça é justamente se beneficiar e lutar pela continuidade de seus privilégios. Dessa forma, incorporando a pauta de todas as lutas e afirmando que sua luta é mais ampla e complexa, o estudante beneficiado historicamente pela educação superior pública do Brasil continua a ter a distinção de ser o mais vanguardista e politizado. A luta deve acontecer, mas, se ela em algum momento tocar nos privilégios históricos de quem sempre foi beneficiado, não tenhamos dúvida que a narrativa será alterada em benefício da permanência da desigualdade racial.

Essa análise que apresento sobre o que aconteceu nas ocupações não é nova na história do povo negro. Basta abrirmos o Livro *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis, que perceberemos a mesma ação no movimento das sufragistas. Apagaram a história de luta das mulheres negras norte-americanas e, se não apagaram, dificultaram alguns avanços na luta da população negra quando esses avanços poderiam retardar, aparentemente, os avanços da luta sufragista. Angela Davis desenterra os ossos da história e mostra como as sufragistas brancas fizeram esse movimento. Ela recupera, ao mesmo tempo, a luta das mulheres negras, colocando em cheque os falsos problemas criados pelas sufragistas quando essas fizeram discursos de não apoio à população negra, em função das pautas das mulheres brancas. Não entendiam, quem sabe, que onde existem relações de subalternidade e objetificação da vida do outro, todos adoecemos – sejamos nós subalternizados ou adonados dos discursos, dos privilégios e dos meios de produção. O antônimo de subalterno nos conta muito a esse respeito. Sugiro uma busca rápida na internet.

Acredito que quem me lê se faça a seguinte pergunta: mas no que as ocupações de 2016 contribuem para pensar a ideia de cuidado ofertado nas políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens com ênfase em jovens meninas e meninos negros e periféricos? Para saciar a questão: é exatamente pelo que as ocupações tornaram muito evidentes que elas passam a ter uma enorme importância nesta pesquisa. O que acontece é que as ocupações secundaristas e universitárias foram protagonizadas por adolescentes e jovens que já haviam se apropriado, em certa medida, de códigos que a academia utiliza. Por conta dessa proximidade de signos, códigos, valores, ficou mais fácil conseguir identificar onde as políticas estavam falhando e de que forma as e os estudantes viam isso.

Considerando as meninas e os meninos atendidos na rede de medida socioeducativa, de proteção e do SUS e SUAS, a realidade discursiva é bastante diferente. Muitas vezes a gurizada não está apropriada de códigos comuns às equipes que os atendem. Isso faz com que as equipes não consigam ouvir as dores de modo adequado ou sequer consigam percebê-las, pois, como já disse antes, muitas vezes nem essas meninas e meninos negros e periféricos sabem a dor de que padecem. A técnica⁶⁷ também muito pouco se instruiu para identificar esse tipo de dor. Se conversarmos com essa técnica, ela negará, ao menos em um primeiro momento, que não tem qualificação para essa escuta. Seu primeiro movimento será procurar suas âncoras universalistas. Mas sigamos um pouco mais nas ocupações, para então passar ao problema da formação.

Continuamos no ano de 2016. Eu, pesquisadora, encontrava-me como colaboradora da ocupação do Instituto de Psicologia. Vale demarcar uma certa cronologia das ocupações universitárias na UFRGS: primeiro foi a Reitoria no final do mês de setembro; depois o curso de Letras, na primeira quinzena de outubro; e então os cursos de Psicologia e Serviço social, do Instituto de Psicologia⁶⁸, no dia 31 de outubro; e logo eram dezenas de curso só na cidade de Porto Alegre. A ocupação no Instituto de Psicologia foi disparada a partir de um encontro, marcado pelo Diretório Acadêmico, para conversar sobre o contexto macropolítico e seus desdobramentos tanto para outras políticas públicas quanto para a educação superior pública. A intenção parecia bastante evidente. Estudantes do curso de Letras vieram falar sobre o processo de ocupação e sobre o que significava a PEC 55 para as políticas públicas nos próximos vinte anos. No final da conversa, a assembleia, por maioria, decidiu pela ocupação. As e os estudantes adentraram o prédio.

Foi necessário organizar grupos de trabalho, organizar os meios de comunicação entre ocupações, falar sobre estratégias de segurança, trocar informações de como lidar com a política institucional, já que, para estar ocupado, era necessário construir algo com a direção daquela unidade acadêmica. São muitos aspectos interessantes que se poderia abordar a esse respeito, que situariam alguns problemas importantes na relação docentes, discentes, direção, reitoria.

Historicamente, as estudantes que se beneficiam do ingresso no curso de psicologia da UFRGS provêm da classe média. Nos últimos dez anos esse cenário sofreu alguma alteração,

⁶⁷ Aqui, novamente, quando não tenho escolha de utilizar um termo que serviria para homens e mulheres, escolho usar a flexão no feminino visto que a maioria das trabalhadoras são mulheres.

⁶⁸ Recentemente renomeado de Instituto de Psicologia, Serviço Social e Comunicação Humana, fazendo jus à presença, na Unidade, dos cursos de Serviço Social e parte do curso de Fonoaudiologia.

com a entrada de estudantes de escolas públicas, negros, indígenas. Ter esse público que não é herdeiro das vagas de universidades federais certamente contribuiu para a efetivação das ocupações. Sem a existência desses estudantes – de escolas públicas, negros, indígenas – talvez as ocupações não fossem possíveis nas universidades federais.

Na ocupação, além das medidas que diziam respeito a fomentar discussões em torno da pauta de luta, também houve espaço para interrogar os modos de aprender na psicologia. As demandas das e dos estudantes negros⁶⁹ eram de que houvesse autores negros ou autores que tratassem de questões raciais entre as referências utilizadas. Outras demandas também eram debatidas, como a questão do acolhimento das e dos estudantes que têm marcadores diferentes daqueles que historicamente a universidade beneficiou. Durante as assembleias, era perceptível a diferença de lugares e de questões por parte das e dos estudantes – e ficava mais visível nos confrontos relativos a questões raciais. Ao discutir sobre segurança, por exemplo, as e os estudantes negros precisavam dizer todas as razões por que para elas e eles a ocupação era mais perigosa e por isso todas e todos ocupantes deveriam ser mais diligentes. As expressões e olhares que evidenciavam que parecia um exagero eram muito comuns entre estudantes brancos. O que para alguns eram problemas, para outros, não. Enquanto uns acreditavam que a divisão de tarefas estava acontecendo, outra parte dizia que, na maioria das vezes, eram as estudantes negras que faziam a limpeza, ou as estudantes mulheres. As discussões muitas vezes terminavam em acusações mútuas, ou em culpabilização, dada a realidade que a ocupação acabava reproduzindo. Cenas de racismo e machismo eram, ali também, bastante comuns.

A experiência de estar compondo, na medida do possível, aquela ocupação, levou-me a perceber que havia questões cuja relevância eu nunca antes havia observado. Comecei a me dar conta de que as e os jovens que eu havia atendido nos estúdios, no bairro de Guajuviras e aqueles com os quais fiz algumas atividades no programa da Residência poderiam não perceber do que sofriam. E mais, começava a compreender que só a minha presença – com o jeito de falar que eu tinha e os modos como eu me apresentava – já poderia ser muito violenta, se eu não fosse capaz de, junto com essas e esses jovens, reconhecer nossa diferença e, também junto, nomear as dores que passavam por seus corpos – corpos sociais, corpos políticos.

⁶⁹ A maioria dos ocupantes era formada por mulheres. Dentro da comunidade negra acadêmica do Instituto de Psicologia, a maioria eram mulheres e periféricas. Entendo periféricas aqui como moradoras de bairros onde as informações não chegam e onde os acessos são precarizados. Isso não diz da condição socioeconômica necessariamente, mas sim de um lugar de moradia no qual as pessoas não tem facilitado os acessos nem de informação, nem de transporte, nem de investimento do Estado em melhorias na qualidade de vida e invariavelmente mais expostas a maiores violência urbanas do que nos bairros centrais.

Ouvir o que ouvi nas ocupações, da parte de jovens que percebiam seus sofrimentos, aprofundou as incertezas quanto a se um dia tive capacidade para ouvir o sofrimento decorrente da desigualdade racial e do racismo. Isso me fez pensar que o curso de psicologia nunca se preocupou em habilitar psicólogas para escutar esse tipo de demanda, que atinge a todos – mulheres e homens negros, mas também mulheres e homens brancos –, pois quem é capaz de ter atos racistas, bem como reproduzir o racismo institucional, também reflete os impactos dessa vivência na sua subjetividade.

Foi nesse momento que percebi: o abismo do qual falava era esse, o tempo todo. A tese, então, enegrece. Escolho, dentre os muitos temas que interferem no cuidado de adolescentes e jovens, apenas este – o racismo e seus impactos.

7.3. Sobre o silêncio, e as palavras engolidas à força, ou ainda “(...) tanta ofensa, luta intensa, nega minha presença (...) (EMICIDA, 2015)⁷⁰

Não era bem aquilo que Eduardo queria dizer, mas, na dúvida, melhor ficar quieto, ou dizer meias palavras. Retomemos a cena em que duas técnicas, sendo eu uma delas, ouve de Eduardo a frase: *Vocês decidem, e eu cumpro* (referindo-se à medida socioeducativa). São palavras engasgadas para nós, que nos provocam uma sensação de impotência. O que parecia uma reação de rejeição, ressentimento, raiva, para mim soa hoje como um profundo entendimento (sem ter estudado nada) do que sejam as instituições e suas funções sociais. Era frustrante perceber que, diante das instituições, mesmo tentando fazer um trabalho diferente, ainda assim, sua finalidade originária se sobrepuja. Não nos livramos da história. E essa finalidade histórica, Eduardo percebia. Para saltarmos para uma outra condição na relação estabelecida entre trabalhadoras e o jovem, parecia haver um longo caminho pela frente. Seria um longo caminho a fazer, ou esse que insistimos em trilhar nas formações nos leva a abismos sem passagem?

Vou pular para os bancos escolares da universidade em busca de algo. Minha intenção é falar um pouco desse lugar de salto, ou de outra condição para relação. Mas, antes, gostaria de compartilhar impressões dos bancos escolares. Cruzando com alguns estudantes, certas frases me chamam a atenção. Depois das ocupações, as dores nos corpos estudantis ficaram mais intensas. Essas dores recaem sobre o corpo das e dos estudantes negros e dos estudantes que entraram por ações afirmativas, sejam negros, de escola pública, ou indígenas. Junto com as dores, uma lista de autores e autoras que tratam de questões raciais – homens e mulheres

⁷⁰ Estrofe composta pela rapper Drik Barbosa em contribuição à música Mandume, organizada e gravada no álbum “Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa...” de autoria de Emicida. 2015.

negras que escreveram algo que deveria interessar a todos. Um legado da ocupação para a democratização do cuidado, do ensino e da universidade. Mas esse legado também é invisibilizado. Vindo à tona em alguns momentos em que ficava insustentável não tratar da questão racial, não se efetivava, entretanto, como algo a permanecer nos debates e nos planejamentos transversais. Poucas tentativas, e as que existiam ou resistiam eram mais individuais, de uma professora ou outra⁷¹.

Ser convidada a falar sobre a clínica e o racismo, sobre a escuta, sobre o que não vemos na psicologia no tocante ao que forma nossa subjetividade (sendo negro ou não, o racismo deforma a todos no Brasil) provoca a pensar na função do acolhimento no contexto das políticas públicas. Tomando como ponto de partida essa política que é o ensino superior gratuito, podemos estender a experiência do acolhimento que acontece nela às outras políticas e então perceber o quanto de sofrimento está agregado ao fato de permanecer em uma política pública que não olha efetivamente para o usuário. Isso me leva a pensar na famosa “não adesão” das e dos jovens às políticas públicas de cuidado. A partir desse pensamento, vejo uma linha longa que emaranha todas as políticas públicas, uma linha em que se inscreve “não adesão”, “maus estudantes”, “diagnosticados por dificuldade de aprendizagem”, “falta de base escolar para estar em uma instituição de ensino superior”. São falas e dizeres que atravessam as políticas da escola à universidade, da unidade básica de saúde ao CAPSi, das escolhas profissionais do sujeito e seu fracasso nos processos seletivos para o trabalho.

Quando falo em acolhimento e permanência, não estou falando somente da concretude que envolve as dificuldades econômicas que estudantes não historicamente herdeiros de uma vaga na universidade federal vivem (muito importante, mas não único fator que poderia afastar estudantes dos bancos escolares). Falo de uma acolhida a essa subjetividade que chega. Afinal, a universidade, com seus alunos historicamente herdeiros, estava dividindo espaço com a “alteridade” que antes não compartilhava as mesmas cadeiras escolares. Isso não quer dizer que antes não houvesse estrelas solitárias, mas a política de ações afirmativas gerou

⁷¹ A escrita de uma tese envolve, quando acompanha a vida, ter de, a uma certa altura, parar de seguir os processos sociais em mutação. Contudo, cabe o registro de que, depois da ocupação, o Instituto de Psicologia foi protagonista de algumas movimentações mais coletivas, ocorridas no segundo semestre de 2017. Assim, a pedido dos docentes, foi oferecido, pela Direção do Instituto, espaço de formação sobre educação antirracista e ensino superior, aberto a toda comunidade acadêmica, a cargo da professora convidada Miriam Alves (UFPel); a propósito das diretrizes curriculares do curso de psicologia, a Comissão de Graduação organizou o seminário “Um currículo, muitos corpos”, onde foi abordado o tema Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais; e, finalmente, realizaram-se uma série de atividades no Instituto, relativas ao Novembro Negro na UFRGS, de cuja organização tomaram parte a Direção do Instituto, a Comissão de Graduação da Psicologia, a Clínica de Atendimento Psicológico (CAP) e o Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Ação em Saúde (CIPAS), além dos estudantes negros do curso de psicologia. É nossa expectativa que o Instituto de Psicologia siga investindo tanto nessas ações quanto na pesquisa em torno dos seus efeitos sobre a dinâmica das relações inter-raciais no seu interior.

movimentações que convocavam a universidade a se pensar (diante de muita pressão de movimentos sociais negros), quando em poucas situações antes havia sido demandada a isso no interior de sua estrutura – por algum corpo político diferente do historicamente herdeiro da política pública de ensino superior brasileira. É claro que seria um equívoco dizer que os outros entes que ocupam cargos ou carteiras escolares não se movimentaram diante de problemas. Centros acadêmicos, sindicatos, movimentos sociais, eram e são plataformas de lançamento para luta política. Entretanto, as lutas se davam em torno de direitos já instituídos desde a constituição de 1988 (somando a esses as leis trabalhistas há mais tempo existentes).

No tocante a esse momento anterior (e atual) das ações afirmativas (e das demais ações de investimento e criação em políticas públicas na saúde e na assistência – tentativas de instaurar um bem estar social liberal – e de democratização do ensino superior), a luta restringiu-se basicamente a garantir direitos. Nessa passagem – de deixar de propor algo outro para simplesmente direcionar a maioria das lutas sociais ao que o direito diz garantir – posição legalista –, a imaginação política se esvaiu. No momento em que se paralisam as lutas sociais, reduz-se também o imaginário de luta. O ano de 2016, contudo, impõe aos movimentos um retrocesso sem tamanho. Os direitos, que antes pareciam consolidados, tornam-se objeto de novas lutas. O Brasil assiste a uma perda antes impensável de conquistas sociais.

As e os estudantes que entraram pelas ações afirmativas e/ou que pertencem à parte da população não herdeira de uma vaga no Ensino Superior também sofrem desse mesmo mal político (redução das lutas à garantia de direitos), mas sua condição de estudantes negros e/ou não privilegiados convoca-os de outro lugar. Há que se fazer uma pequena distinção: a e o estudante negro não tem como disfarçar que não é negro. O estudante pobre branco ainda pode tentar um processo de adaptação, muitas vezes frustrado, mas que lhe possibilita nunca se expor – o que não quer dizer que também não perceba os mecanismos de exclusão, diferenciação e expulsão.

É dessa forma e desde esses diferentes lugares que suas vozes passam a questionar o saber, sob uma perspectiva que nunca antes foi preocupação para a psicologia – talvez possamos dizer, para todos os cursos de ensino superior. O que é uma convocação para mudanças subjetivas e institucionais. No caso do Brasil – bem como de outros países com experiência escravocrata –, é a oportunidade de instaurarmos uma outra política relacional, em que o racismo ensinado ou simplesmente invisibilizado para seguir se reproduzindo todos os dias seja questionado e revisitado como problema de todos.

Mas bastaria saber como o racismo se expressa em todas nossas relações e identificá-lo? Ações coletivas de “conscientização” que geram ações individuais de sensibilização bastariam? Se temos instituições racistas, a ação se daria também na ordem da modificação institucional? Por onde começar? Como começar? Mudando algumas aulas em alguma disciplina da professora que se sensibilizou? Mudando os cronogramas? Mudando o currículo? Propondo o quê, afinal? São perguntas que circulam entre docentes. Alguns dizem: não sabemos como fazer. Outro dizem: não tenho leitura para te ajudar. Há ainda quem diga: sou um professor eurocêntrico mesmo, e é isso que sei fazer. Outras ainda dizem que os autores adotados dão conta das diferenças e que, portanto, lê-los bastaria para sensibilizar as estudantes.

Tudo me parece pouco diante de tanto trabalho a ser feito. Mas algo, quando estou junto aos estudantes, faz-me perguntar sobre a posição assumida pela universidade na figura das professoras: uma certa cegueira que carregamos (coloco-me aqui, pois ocupei esse lugar na docência durante estágio, e também em instituição fora da UFRGS), de modo que a demanda das e dos estudantes, por mais que eles a enunciem, ainda assim se invisibiliza rapidamente, transformando-se em alguma hipotética discussão de como poderia ser feita a inclusão do tema em um futuro que nunca chega.

Na escola pública (principalmente aquelas com menos investimento ou distantes do centro da cidade), muitas vezes ouvimos dentre as trabalhadoras (professoras e outras profissionais que trabalham com essas famílias) que estamos tratando de jovens pelos quais devemos torcer para que completem o ensino fundamental. Quando o trabalho de professoras se dá de acordo com o futuro que presumem para suas e seus estudantes, então limita-se o investimento que essa professora fará nas e nos estudantes e, portanto, também o que fará na sua própria profissão. É fracasso da instituição educação, o fracasso, portanto, da própria professora. Digo que é o fracasso da professora porque é assim que é vivido, pois é no capitalismo que sentimos, vivemos e pensamos. No capitalismo, desde o seu interior, se não tomamos cuidado, tudo é sentido como se fosse algo que diz respeito ao indivíduo. Nesse caso, o indivíduo não quer sentir que fracassa, ou que seu trabalho não tem sentido diante da realidade e que precisa mudar.

Esse investimento diferenciado não é percebido conscientemente pelas professoras. Se por acaso for mencionado, será negado, pois é insuportável para a professora pensar que faça isso de modo deliberado. Negando ou não, esse tratamento diferenciado simplesmente acontece.

Hoje, acredito que isso também acontece nos bancos escolares universitários. Arrisco dizer que, ao não dar espaço às demandas emergentes por uma discussão séria sobre racismo no curso, está-se provocando uma sensação de incapacidade nas e nos estudantes negros, já que o que sabem não interessa à academia, e seu desempenho nos textos mais “clássicos” talvez não seja o esperado. Dizer que seu desempenho talvez não seja o esperado diz respeito primeiro ao capital imaterial do qual faz parte inclusive a vivência arremedada de hábitos europeus pelas classes mais privilegiadas. Digo arremedada porque um país que possui histórico escravocrata e índices de violência tão altos não pode gerar subjetividades que não possuam deformações decorrentes de tais vivências, mesmo que tenham vidas protegidas em condomínios, shoppings, ou bairros que lembram algo da civilidade europeia. Civilidade bastante frágil, pois basta aparecer uma pessoa negra ou indígena fora do espaço esperado – qual seja, servindo mesas, ou em outros trabalhos subalternos – que essa civilidade cai por terra com olhares de espanto ou com o intuito de fazer saber ao outro que ele está sendo visto. É uma civilidade frágil, pois uma subjetividade criada para ser servida difere de uma experiência europeia – ainda que a ideia de civilidade europeia também seja frágil, já que o universal por meio do qual produziu-se seu conhecimento deu-se a partir dessa diferenciação do outro e, portanto, também da necessidade de subalternizá-lo de várias formas. Poderíamos ainda dizer que não há essa tal civilidade desejada. Nem aqui, nem lá. Basta observar e acompanhar o que acontece quando a Europa se vê alvo da migração de refugiados de guerra. Guerras produzidas pelo capital. Aqui entraríamos em outro braço de um problema próximo. Teremos que nos ater ao que nos propusemos a fazer. Mas, cabe lembrar, a situação dos refugiados apresenta um problema para todos, da mesma forma que o racismo apresenta. Não é por acaso que os povos atingidos por essa situação são não-brancos. Não é por acaso que aparece uma face conhecida e ao mesmo tempo nova da Europa – a criação de campos de refugiados – muitos anos esperando o retorno para casa, sem serem efetivamente recebidos em terras europeias.

Mas, voltando ao Brasil e aos bancos escolares universitários, ainda que o estudante herdeiro histórico tenha essa deformação ética e moral de base, ainda assim acredita que sua experiência subjetiva é próxima à europeia e, portanto, consegue perceber-se nos textos, bem como está apropriado dos códigos, pois, de modo geral, os herdeiros das vagas das universidades também são herdeiros de bibliotecas em suas casas paternas e maternas. Entender os textos de Lacan, Foucault, Deleuze, torna-se uma tarefa menos difícil para os herdeiros e bastante árdua e desestimulante para os não herdeiros (quem entenderia Lacan, ou Foucault, falando de subjetividade francesa, sem textos de apoio ou vivência?), uma vez que,

diferente dos herdeiros sociais da universidade, esses estudantes não tiveram uma experiência de vida como um arremedo da vida europeia – viveram e vivem suas vidas sem bairros protegidos, sem garantia de poder estudar sem trabalhar, dentre outras desvantagens frente aos herdeiros.

Diante do desconforto causado com a demanda de busca por outras referências, as professoras acabam voltando aos textos mais comuns utilizados pela instituição. Se não se voltam aos mais comuns, os que chegam como novidade são de pensadores que seguem aprofundando o pensamento dos primeiros pensadores estudados – portanto, é prosseguimento do mesmo pensamento, nada de novo. Como sempre existem “textos novos” e uma nova crítica ou contribuição ao texto originário, nunca há espaço para outros textos. O que estranho, como pesquisadora, é que estes outros textos, os que são trazidos pelos estudantes negras e negros, são aqueles que falam da população mais vulnerabilizada historicamente no Brasil e no mundo.

Uma das justificativas que em algum momento serviram como argumento para não adotar esses textos em sala de aula era falta de acesso aos mesmos. Entretanto, hoje eles estão disponíveis na internet, em algumas livrarias e principalmente na boca das e dos estudantes de graduação, que indicam sem cessar sua leitura e oferecem-no em PDF.

Quando novamente esses estudantes dizem e não são escutados, algo se produz. A academia não quer saber de suas indicações – diz que quer, mas percebe-se que não há um investimento em leituras, não de modo significativo. Ou, ainda, adota-se um texto para logo em seguida voltar aos autores tradicionais, ou para transformar aquilo que o autor trazido pelo estudante disse no mesmo que já vinha sendo dito. Assim, mais uma vez retornamos aos textos que dizem o mesmo para tratar da diferença, sem realmente olhar para como ela se expressa. Se não sabemos a sua expressão, não somos capazes de agir. Essa expressão não diz respeito somente ao outro. É o outro, e é também eu. Não há como dissociar a necessidade dessa dupla análise.

Como resultado desse desinteresse institucional e também considerando a dificuldade dos textos lidos pela psicologia, temos uma consequência. As indicações da academia não interessam a elas e eles, estudantes negros e pobres, ou de percursos não privilegiados. Muro levantado. Ou melhor, muro sendo grafitado, pois o muro sempre existiu – entrar na academia era uma possibilidade de poder furá-lo, esburacá-lo, achar outra saída. Estudantes dizem: *“A gente esperava que eles nos ensinassem, que falassem sobre isso aqui, mas o que acontece é que eles esperam que nós sejamos os porta-vozes de nossas próprias dores e condições. Pedem para mandar o PDF dos livros que nós trocamos entre nós, mas não os leem e não*

propõem em aula a sua discussão.” Poucos leem, mas acaba virando algo individual, dessa, ou de outra professora (todas mulheres brancas – não existe professora negra no Instituto de Psicologia)⁷². Por ser uma ação individual, acaba sendo tragada para dentro de algum grupo de pesquisa, mas não vira uma demanda de mudança do status quo, pois professoras que pesquisam e se interessam pelo tema étnico-racial acabam virando enunciadoras do problema, mas sem muita capacidade de verdadeira modificação institucional – mas de qualquer forma ganham prestígio pela “ação humanitária”. É uma solidão próxima a das professoras que tentam fazer algo diferente nas escolas públicas e que acabam virando a exceção, ao invés de ser a regra, pois a regra da nossa população é não ter privilégios. Como resultado, em regra esse professor ou professora adocece. Só, centralizando a temática e sem pernas para disseminá-la, sem apoio institucional, o que temos é adoecimento. Doenças institucionais aparecem em professoras e estudantes.

Dessa forma, estudantes herdeiros históricos que tiveram a adolescência estudada pela psicologia conseguem se sentir em “casa”, pois aquilo que está sendo falado diz respeito a sua realidade. Entretanto, aquelas e aqueles estudantes que tiveram que trabalhar desde muito cedo ou mesmo que nem tiveram tempo para pensar sobre os problemas levantados para aquela adolescência, ficam perdidos. Veem o furo na teoria. Percebem que falta algo. Inquietam-se com a abordagem. E apontam algum caminho. Mas perdem no debate conceitual. E perdem porque, diferente do estudante que chega e encontra sua adolescência ali, a estudante negra e pobre não encontra autores que reconheça. As referências necessárias para dar conta dos autores lidos pela psicologia são de nomes que muitas vezes vão ouvir pela primeira vez, naquele momento do estudo sobre a adolescência que desconhece.

Alguém poderia comentar algo como: mas na universidade viemos aprender justamente o que não sabemos! Em resposta, podemos dizer que quem fala isso não leva em consideração que parte dos estudantes têm biblioteca em casa; têm pai e mãe formados; se não leram, esses autores, pelo menos já viram na biblioteca da mãe ou do pai ou de algum parente. E, ainda que não tenham visto na biblioteca de parentes, provavelmente foram expostos a filmes diferentes da rota comercial, nos quais essas ideias filosóficas são tratadas por artistas, diretores e roteiristas. Foram em exposições, nas quais artistas e curadores utilizaram esses autores para fazer a curadoria ou como inspiração da própria ideia das obras. Então,

⁷² No último concurso realizado havia 3 vagas disponíveis, e apenas uma foi destinada a pessoas negras. Nessa oportunidade apenas um professor negro entrou. Então, podemos dizer que existe apenas um professor negro em todo o Instituto de Psicologia. Existem 79 professoras e professores entre eméritos, ex-diretores, efetivos e colaboradores. Nenhum é uma mulher negra. Lista de professores consultada do site do próprio Instituto de Psicologia. Acesse por: <http://www.ufrgs.br/psicologia/pessoas/docentes>

considerando essa diferença, podemos afirmar que os estudantes historicamente herdeiros da política pública de ensino superior não tiveram exposição a todo esse conhecimento apenas na universidade. As ideias e os conhecimentos universitários não são propriamente novos para os herdeiros. Algumas ferramentas que dizem respeito a sua herança imaterial, ao que foi transmitido a eles, acaba construindo uma ponte entre o que sabiam e o que irão aprender.

Estudantes que não têm essa herança que habilita construir pontes entre os saberes adquiridos por transmissão e aqueles transmitidos na universidade ficam perdidos. O que consegui perceber é que as e os estudantes não herdeiros tentam trazer autores que dizem sobre sua condição e sobre outras condições que não aquela dada como universal, que diz respeito aos herdeiros históricos. Oferecem com generosidade material com que construir essa ponte para que possam aprender também sobre as e os autores de que nunca ouviram falar. Mas a ponte não se constrói.

Temos a academia enclausurada no seu saber e os estudantes morrendo subjetivamente de dor, de raiva, de tristeza, de pânico... Mas, a leitora ou o leitor pode se perguntar, será que a pesquisadora enlouqueceu? Ela estava falando de jovens que, por terem cometido atos infracionais, deparavam-se com a institucionalização nos seus percursos e, sem mais nem menos, põe-se a falar de ações afirmativas e de estudantes universitários... Qual a relação?

Pois bem, chegamos em um ponto bem delicado. A universidade basicamente ensina por transmissão. A transmissão é do que é dito nos textos, mas se compõe das atitudes, gestos, capacidade de acolhida, disponibilidade. Não são só os textos que ensinam, embora às vezes esqueçamos disso. Frequentemente caímos na ilusão de que textos ensinam e que se apropriar bem de um conceito ajudaria na prática com as pessoas que encontraremos nos lugares nos quais estagiaremos e trabalharemos. Não é bem assim que acontece. Temos a expectativa equivocada de que todo o texto faz pensamento em nós. O texto faz parte da transmissão. Quem sabe seja tão sutil quanto o gesto ensinado na ação do professor em sala de aula. Um texto sensibiliza. Um texto faz olhar para esse outro que o texto traz. A psicologia se sensibiliza para o que lê. Mas gerar pensamento a partir do que se lê e produzir essa sensibilidade para outras questões é duvidoso que aconteça.

Talvez o estágio tenha a prerrogativa de perceber o outro como uma das suas possibilidades. Porém, se a formação em psicologia não trata das dores que encontramos em nossos atendimentos, as dores de quem, afinal de contas, a psicologia estuda? Aqui a complicação fica ainda maior. Muitos dentro da academia acreditam que leem o que gostam, como se o gosto também não fosse objeto do capital, capturado e formulado em uma ordem que responde mais ao capital do que a princípios, ou ao que chamamos de escolhas. Por sinal,

ainda que tenhamos estudado muitos autores que problematizam o capital, conseguimos apagar o efeito desses na nossa própria escolha como acadêmicos e produtores de conhecimento. Somos indivíduos capitalistas (ao menos recebemos muitos signos, saberes e sentidos para nos tornarmos indivíduos). Sabemos disso, mas negamos a todo o momento quando somos confrontados com o quão limitado é nosso campo de ação. Como havia mencionado antes no texto – na parte em que trato das contribuições de Jessé Souza –, negar que nossas escolhas são livres é destituir nossa vida do tal estilo necessário de que precisamos para nos entendermos como únicos. Trata-se da cama de gato lindamente produzida pelo capital. Só quando levamos às últimas consequências a limitação de nossas escolhas, nossos “gostos”, nosso tipo de sensibilidade, então podemos vislumbrar um outro ou acessar outras possibilidades para nosso pensamento e, portanto, para o encontro com esse outro.

Poderia o leitor me questionar: mas o trabalho acadêmico desenvolvido está resistindo ao capital – ao menos o que fazemos na psicologia. É uma posição ingênua, achar que lemos o que gostamos. Nós lemos o que o mercado editorial nos propõe.

É importante frisar que, no tocante às políticas públicas e a um pensar sobre práticas psis, aconteceram mudanças – houve questionamentos, foram adotados autores institucionalistas, os chamados pós-estruturalistas-pós-modernistas no caso da psicologia social. A psicanálise também abriu-se para se pensar na saúde pública e contribuiu com ferramentas clínicas importantes, resultantes do diálogo entre psicanálise, psicologia social e filosofia. O encontro, a invenção de outras práticas, foi completamente necessário diante do Sistema Único de Saúde (SUS) que emergia a partir dos movimentos sociais e da constituição de 88. A academia reagiu e aceitou a demanda de modificações diante do que representava o SUS. Um feito histórico sempre sob ameaça dos riscos do neoliberalismo, expressos, nos últimos anos, por terceirizações e reduções de repasses, prenúncio do que se apresenta hoje como desmonte generalizado do SUS como política de saúde.

Muitas ferramentas se reeditaram com nova roupagem, outras mais foram forjadas com a criação de modos e práticas psis que levavam em conta o trabalho em equipe, a ação em rede, a necessidade de compartilhamento de informações, a necessidade de uma clínica ampliada que amplificasse cada vez mais os sujeitos que encontravam. Entretanto, algo escapou e retorna pelas vozes dos universitários negros, ingressantes pelas ações afirmativas ou não.

Na voz das universitárias negras e dos universitários negros, escutamos frases como *“eu gosto da psicologia, tenho certeza que escolhi o curso certo, mas não vejo a hora de me*

formar porque não suporto as aulas.” Ou outra que diz sobre *“como ir para aula é uma tortura.”* Quando propõem textos ou interrogam alguns saberes da psicologia, como vimos, acabam não sendo escutadas ou têm suas falas rebatidas no sentido de que estariam reforçando o conceito de identidade. Entretanto, o conceito escolhido para enfrentar o problema é tão problemático quanto, pois ele emerge da mesma matriz filosófica da qual a identidade faz parte. São antagônicos, mas ainda verso e anverso da mesma moeda de negociação com o capitalismo. Localizar o problema nos conceitos de identidade e alteridade fará sentido somente depois de fazer outras amarrações nessa trama – então veremos se enfrentaremos essa discussão conceitual ou se ela nem é pertinente, porque a vida segue em movimento. E é vida o que me interessa.

“Meu sorriso ri para fora. Porque mulher negra mal humorada não dá. Mas veja só, já pensei em me jogar na frente do carro muitas vezes. Porque viver sendo cobrada três vezes mais não é fácil. Viver tendo que provar a relevância do que faz e sendo pouco escutada ao mesmo tempo é complicado e dúbio – um esforço de ter que se explicar sempre. Um outro de fazer-se escutada. E um terceiro, que é ter seu trabalho reconhecido.” Muitas vezes acontece de uma mulher negra ter seu trabalho reconhecido, mas, quando chega a esse ponto, já está tão devastada pelo esforço de repetir-se, por não ser considerada, que no fim das contas perde o prazer da conquista, perde o prazer. Fica só o incômodo de anos de “treta”. Todo um esforço para conseguir sair desse lugar e ocupar outros.

Escutamos vozes que se levantam em meio a um encontro de mulheres negras⁷³. *“Ser formada só me provou que tenho que fazer duas vezes mais. E depois mais duas.”* Mulheres se olham. Entrar na sala de aula e esperar ouvir a próxima façanha discriminatória das professoras e dos professores – racismo nosso de cada dia. Aquele pão que um dia envenenou as ideias, um pão e um vinho europeu, e que agora envenena a saúde mental dizendo que não vivemos diferentes realidades se a pele é branca ou negra. Antes, os católicos; agora os cientistas.

O adolescente expressa um momento de redescoberta de um corpo que mudou, vive emoções intensas, diz a professora. *“De que adolescente a professora está falando? Eu não*

⁷³ Parte dessas mulheres advinham de famílias trabalhadoras moradoras de centros urbanos e parte era periférica. Muitas diferenças dentro da categoria mulheres negras são perceptíveis e muito evidentes. Essa necessidade de perceber essas diferenças demanda que tenhamos muito cuidado nas generalizações sobre uma população ou outra. Não existe uma população negra genérica, existem muitas vivências sociais da população negra, sendo que nosso país oferece à maioria as mais violentas, mas também existem outras. Nesse sentido, a ideia de interseccionalidade, ao cruzar informações de classe social, gênero, raça, orientação sexual, faz bastante diferença na capacidade de acolhida e escuta.

entendi o texto indicado, mas esse adolescente aí não se parece em nada com os que conheço.” – ela pensou. Algum conhecido da sala de aula tem coragem de falar: “*Mas professora, esse adolescente não é representativo de todos os adolescentes brasileiros, correto?*” A professora diz: “*sim, ele é o adolescente padrão.*” O que seria esse tal adolescente padrão? Certamente não é aquele que mais frequenta os consultórios particulares. Ele deve ser alemão, ou francês, ou italiano, ou elite, ou classe média. Mas, certamente, ele não anda de busão quando é criança. Mas, se esse adolescente que estudamos é esse alemão, francês, ou burguês, quem vai escutar o adolescente que não é nada disso (porque é brasileiro), e além de tudo é negro?

“*Professora, mas tem algum texto de referência sobre juventude que não seja essa?*” A professora pensa, até lembra de alguns que falavam sobre violência. Mas não falavam de adolescentes responsáveis pelas contas desde cedo. Também não falavam de gravidez na adolescência. Ao fim e ao cabo, quando se fala das outras adolescências, é sempre para falar de violência. A professora insiste: “*vocês sabem, esse é o adolescente padrão*” (poderíamos esticar um pouco essa ideia de ser padrão e dizer que ela estava se referindo a um humano universal?). Essa é uma das expressões de como, na própria formação em psicologia, há pouco olhar para marcadores sociais, de raça, de gênero e classe.

7.4. Um quiproqué com os Direitos Humanos

Voltando à prática de uma psicóloga nas políticas públicas de estado, ou PPP (parceria público-privadas), lembro-me de algo curioso. A leitora e o leitor devem recordar que fui durante dois anos psicóloga e coordenadora da equipe de Direitos Humanos em uma das políticas do Pronasci. Os Direitos Humanos eram o guarda-chuva do qual partiríamos para lidar com todos os conflitos, opressões, violências e violações vividas pelas juventudes que atendíamos. Na equipe de Direitos Humanos, estávamos responsáveis tanto pelas oficinas que envolviam temas em torno desse guarda-chuva quanto pelo acompanhamento psicossocial das e dos educandos (aqui agregado o trabalho com a rede de saúde, educação, assistência). Tínhamos oficinas de projeto de vida, de direitos humanos propriamente dito, de papo reto (tempo de falar o que estava acontecendo e achar respostas coletivamente) e a possibilidade de acolhimentos individuais sempre que houvesse demanda.

Passado o primeiro ano de formação das e dos educandos e sua formatura, sentada com colegas da equipe de Direitos Humanos, percebemos que alguns temas haviam passado despercebidos, ainda que tivéssemos tratado de todos os pontos indicados pela política nacional. Hoje, observando o que fizemos, indago-me sobre o por que termos feito daquela

forma. Retomo o que a formação em psicologia e as formações complementares (extensões, pesquisa, estágios, postos de trabalhos posteriores) me contaram sobre os Direitos Humanos. Pergunto-me por que, mesmo seguindo a cartilha indicada pelo Ministério da Justiça com Cidadania, não termos dado conta de abordar o racismo diretamente, embora estivéssemos em bairro predominantemente negro.

Não conseguimos abordar o racismo nas oficinas; quando houve situações de reprodução de racismo entre educandos, não soubemos o que fazer, ou como contorná-las de modo a não causar mais sofrimento. Tínhamos problemas no processo educativo com relação a esse tema e tivemos práticas racistas dentro da própria equipe. Se, por um lado, existe toda uma discussão em torno do privilégio da população branca e de que cutucar no tema racismo mexe com o entendimento de quem são esses sujeitos, por outro lado, também vale pensar um pouco como contamos a história dos Direitos Humanos.

O marco dos Direitos Humanos, sabemos, acontece pós Segunda Guerra Mundial. O motivo da criação dessa carta de intenções mundial diz respeito ao extermínio de judeus, principalmente. É desde esse fato histórico que se pensará, com a lente dos direitos humanos, outras barbáries cometidas. Até aqui, nada de novo. Entretanto, o que motivou os campos de concentração não foi exatamente, ou unicamente, o que o povo judeu significava, mas muito mais a ideia eugênica que surge junto com a ideia de raça. Nessa guerra, não morreram somente judeus. O corpo aniquilado e utilizado para produção de modo mecanicista marcava uma virada do capitalismo, o qual tem sua origem na possibilidade de colocar outro humano no lugar de objeto.

Dizendo isso, falar sobre racismo e sobre os desdobramentos discriminatórios, bem como suas consequências institucionais advindas da criação da ideia de raça, parece-me tão ou mais importante quanto falar sobre direitos humanos do modo como tem sido falado. Suspeito que datar a origem do problema que resultou na criação dos Direitos Humanos na Segunda Guerra é um aleijão propositado. Matar, usar e vilipendiar povos não brancos parece ser suportável, mas, quando brancos europeus matam, usam e vilipendiam brancos não europeus (como os judeus) é insuportável. Então organismos internacionais, intelectuais e a mídia movem-se. Se a história fosse bem contada, poderíamos dizer que a data da escrita da carta de intenções se deu pós Segunda Guerra, mas seu motivo de existência deve ganhar uma releitura. Os efeitos da criação da ideia de raça e sua marca indelével na humanidade parecem ser justamente o que se desejava e se deseja ainda esconder. Algo com o qual o mundo não queria se confrontar – tratar das vidas que, por conta da cor de pele e da fenotípia (mas não só,

pois fatores culturais e territoriais também determinam ações discriminatórias), valem menos que outras.

Discriminar um povo e torná-lo outra raça é uma condição de possibilidade do capitalismo. Para que o capitalismo pudesse se globalizar – quando falamos em globalizar, estamos retomando as embarcações de Pedro Álvares Cabral –, foi preciso que houvesse marcadores de distinção entre humanos. Esse tipo de marca é próprio desse período, e só a partir dessa condição o capitalismo pôde fazer o que fez: distinguir quais seriam os continentes explorados e quais seriam os exploradores; que povos poderiam sofrer, e quais não. Como?

Esse trabalho de distinção radical a partir da raça determinou o destino de humanos categorizando-os como objetos e não objetos. Ainda que a ideia de raça tenha sido desconstituída pela maioria das ciências, existe uma reprodução na matriz do pensamento hegemônico, principalmente pela dependência que o capitalismo tem dessa criação. A ciência não está livre, portanto, de incorrer nos mesmos erros, pois está na matriz de seu pensamento esse aleijão. A base do pensamento de mérito envolve acreditar que alguns são merecedores e outros não, e que a justiça social, ao invés de partir da ideia de equidade, parte da ideia de produzir oportunidade para si mesmo. O mérito é produzir as oportunidades para si e então poder colher os frutos desse reconhecimento. Entretanto, esse mérito é uma reprodução de lugares sociais, resultado de discriminações não conscientes, mas institucionais, que foram se reproduzindo a partir de certas “verdades” produzidas. Para que essa reprodução de lugares acontecesse, e fosse aceitável a repartição desigual de acessos, bens necessários para vida e reconhecimento social, foi preciso também criar um tipo merecedor.

O tipo merecedor é o homem branco europeu. Um tipo de homem que é capaz de subjugar outros povos. A ideia de subjugar não é nova, mas o tipo e a magnitude a que o desenvolvimento do capitalismo permitiu chegar a desumanização do outro certamente não tem precedentes. Para que pudesse se sustentar enquanto sistema, o capitalismo criou um tipo de homem que trazia consigo a semente do pensamento racial. O tipo branco europeu, como Aimé Césaire e também Achille Mbembe traduzem, vive de um “reducionismo europeu”, como chamou o primeiro, ou de uma “autoficção, autocontemplação e enclausuramento”, como invoca o segundo.

Para Césaire, o efeito do “reducionismo europeu”, muito bem situado no Discurso sobre o Colonialismo (1978), envolve observar os resultados da empresa colonialista europeia nos povos não europeus, mas também, e de forma bastante contundente, mostrar o quão desumanizante é a ação da Europa e, sendo assim, como, ao autorreferir-se “universal” do

mundo, a Europa, o europeu e todos aqueles que de alguma forma se colocam hierarquicamente como referência para outros povos podem vir a padecer do vazio que criaram em torno de si.

Para Achille Mbembe, cabe observar os efeitos da autoficção, autocontemplação e enclausuramento:

O pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes da relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho (MBEMBE, 2017, p.10).

Nesse diálogo entre esses autores, sou levada a pensar que o que para Césaire era uma possibilidade, para Achille é uma realidade. O homem universal – aquele que, mesmo falando em humanismo e em diversidade, tem a si como centro – está em crise, está decrépito e enclausurado no próprio delírio que criou para si, impondo miséria real e simbólica aos outros.

Mas, a essa altura, retorno os olhos para a leitora e o leitor, e ela e ele, interrogativos, devolvem-me boquiabertos um olhar de desespero, com uma pergunta saltando à boca: mas o que afinal isso tem a ver com Direitos Humanos? E por que a segunda guerra foi tão marcante para que somente aí esse sujeito universal se movesse? Para a primeira pergunta, a resposta parece um tanto óbvia. Se o sujeito que produz essa carta de intenções é um sujeito europeu, então essa carta sofre da mesma má-fé que a Europa – a mesma má-fé dos serviços de saúde, assistência, educação. Tal má-fé independe de ações individuais, pois é institucionalizada – trata-se do racismo. E, se a carta sofre dessa má-fé, quando ela é aplicada em um país com racismo institucional, tendo vindo de um continente racista e chegando em uma ex-colônia racista, é esperado que tenhamos apagado a discussão racial de dentro dos direitos humanos, mesmo que essa discussão lá esteja. Por isso os Direitos Humanos parecem discutir tudo, mas, no fundo, não tratam daquilo que a empresa colonialista produziu, que é a categorização do humano em raças – condição de existência do capitalismo.

Criamos uma forma de falar de proteção aos povos sem dar espaço aos povos. Foi possível perceber que não poderíamos seguir matando, usurpando e vilipendiando povos, mas criamos um instituto que não contempla a todos os povos. Esse instituto toma o homem universal como centro. Precisamos, portanto, proteger sob a égide dos Direitos Humanos os povos, desde que esses povos caibam dentro da ideia de um homem universal. Damos luz ao sofrimento de alguns povos e ofuscamos a discussão racial de base, que é mundial. Concluo que os Direitos Humanos impedem que populações falem por si, pois existe um dono desse discurso.

7.5. O espelho quebrado – e sendo restituído com o corpo alheio: a negação

Quebramos o espelho. Resta muito pouco do que imaginávamos que éramos. Resta pouco do que éramos como pessoa no mundo, resta pouco profissionalmente, resta muito pouco do que pensávamos que podíamos no encontro com o outro. Olhamos para os estilhaços e não vemos os encaixes. Temos muitos fios novos que podem virar uma trama e, eventualmente, não sabemos o que fazer com eles, porque ficamos olhando apenas os estilhaços do que somos ainda, ou do que imaginamos que somos – o buraco que criamos em torno de nós.

Se, por um lado, o fato de perceber o impacto do racismo institucional em todas as vivências cotidianas é, para quem é violentado por ele, assustador num primeiro momento; por outro, descobrir-se também como produtor e reproduzidor desse racismo é bastante difícil – mas também a possibilidade de mudança reside aí, tanto na primeira quanto na segunda situação. O processo de negação desse segundo lugar é permanente.

Nunca se é racista, ainda mais em um país cujo racismo foi encoberto pelo discurso da democracia racial e da miscigenação. A questão da negação está diretamente relacionada com esse mito da democracia racial. É muito complicada essa fase do processo pelo qual passa qualquer sujeito que não tenha se debruçado para pensar seu lugar. É muito complicada porque importa o desabamento de um ideal de si que foi alimentado desde o primeiro momento em que se percebeu sujeito. Trata-se de um ideal que aos poucos recebeu uma narrativa de ancestralidade. É uma narrativa que guarda algo de delirante, visto que todos são brasileiros, mas alguns continuam a cultivar as tradições de seus ancestrais de outros continentes – e são incentivados a fazê-lo –, incorporando formas ao que chamam de tradição. É comum perceber esse culto, que é um tanto anacrônico nos descendentes de europeus. Mas, de qualquer modo, para formação subjetiva, esse delírio, essa narratividade de um antepassado, forma, deforma e conforma, bem como conforta um certo lugar no mundo – uma história. Faz um sujeito vir à tona. Um sujeito com identidade muito bem demarcada. Uma identidade que, por capturar a tudo como seu e criar um abismo em volta, como nos ensina Césaire no *Discurso sobre o Colonialismo*, acaba se colocando como uma não-identidade.

Voltemos ao primeiro sujeito – aquele e aquela que são violentados pelo racismo institucional, para quem a chance de uma narratividade é impossibilitada. No Brasil, podemos perceber os caminhos que essa voz calada à força fez para poder falar: o samba, o Hip Hop, o Rap, o Funk são formas de falar da realidade diante desse calamento forçado. É uma das formas de ancestralidade possível para a população negra. Lá, parte de sua história está gravada. Entretanto, quando, diante dessa impossibilidade, o sujeito reconhecido socialmente

como negro esboça a tentativa de ancorar uma ancestralidade, um passado na sua história, logo é criticado. Se, por um lado, é criticado pela “qualidade” de sua obra (aqui estamos pensando nas produções culturais e intelectuais), por outro recebe reprimenda pelo fato de desejar uma conexão com o continente Africano.

Há certamente que se pensar se esse retorno a continentes de origem é salutar. Contudo, que estranha a força da crítica quando o caso diz respeito à população negra! Tal crítica não se investe de tanta energia quando se trata do retorno das pessoas brancas brasileiras para um ideal europeu, ou para valores europeus. Não há como não identificar esses valores quando descendentes de europeus precisam se diferenciar de outros: somos disciplinados e cultos como os alemães, trabalhadores como os italianos... e assim alguns valores persistem em uma história de si. Através de valores, de alguns cultos, a realidade criada de um brasileiro considerado branco se estabelece como não-identidade. Considerando como essa não-identidade se forma, chama a atenção, como disse antes, de como as críticas à construção de uma identidade negra se dão. Essas críticas são calcadas no argumento de quão nefasto foi a construção da identidade (a mesma que entrega benefícios de uma narrativa de origem para os considerados brancos no Brasil) desde sua construção na relação com o outro, ou de como essa construção é alimento para o capital.

Por certo, a identidade em si, como formadora de uma certa categoria de sujeitos, não é algo interessante. Uma identidade só pode se fazer gerando um outro, ou muitos outros. Esse outro, a história nos conta que sempre serviu como aquele que pode ser aviltado, machucado, que pode ser objeto da sordidez ou do desejo de quem se autodenomina sujeito não-identitário e, portanto, universal frente aos outros. O capitalismo gosta da ideia de identidade. Usa dessa ideia. Cria e precisa da ideia de que um humano possa tratar o outro como objeto. Precisa que um ser humano possa ver menos humanidade em outro ser humano. Como vimos com Achille, essa é uma das condições necessárias, sem a qual o capitalismo não teria como se desenvolver globalmente. Portanto, neste texto não defendo a identidade, mas coloco em evidência que existe uma identidade branca muito bem construída, que guarda toda a humanidade para si. Essa identidade, ainda que seja revisitada nos textos de autores utilizados comumente na psicologia, ainda assim não consegue perceber o que a torna não-identidade, capaz, assim, de ser catalizadora de todos os modos de sentir, todos os modos de ver e de ser. Quando essa identidade encontra com o outro, não consegue se perceber como alguém incapaz de perceber a dor do outro, porque tudo diz respeito a si. Toda a dor é conhecida por si, porque a sua identidade é a identidade da humanidade.

Então, a discussão que era em torno de que o primeiro sujeito – o que cria para si uma identidade branca – reconhecesse seu racismo intrínseco, graças a sua educação (a que todos tivemos, desde casa até a formação em instituições de ensino superior) vira uma discussão conceitual, e a negação encontra sua possibilidade. Passa-se do espelho quebrado para a crítica feroz à construção de uma identidade negra ou afro-descendente.

O primeiro sujeito encontra alívio de não ter de se perceber no espelho quebrado, enquanto para o segundo, essa negação reiterada pelas pessoas e instituições que elas representam envolve a impossibilidade de dizer o que se passa, o nome que tem. Em artigo publicado no livro *O racismo e o negro no Brasil*, a autora Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi (2017, p. 59-70) indica essa negação feita pelo primeiro sujeito como fonte de sofrimento que o racismo produz ao segundo sujeito, pois não há lugar para o pensamento, muito menos defesa contra as agressões. O que fica é marca no corpo. Memórias do passado do Brasil. Sem voz (escutada). Sem vez (trânsito impedido, barrado).

8. O PROBLEMA DA DOCÊNCIA NA PSICOLOGIA: DETECTADA A CEGUEIRA DOS PRIVILEGIADOS NÃO HÁ COMO VOLTAR ATRÁS

Antes das ocupações universitárias, e em meio às ocupações secundaristas (e no decorrer delas), senti muita necessidade de propor uma disciplina para colocar em ação o que estava tornando-se esse modo de fazer política produzido no caminho da pesquisa. Em tratativas com orientadora e podendo trabalhar em estágio docência a partir de uma disciplina da licenciatura de psicologia, do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia, comecei a traçar um cronograma de aulas com o que havia encontrado até então no percurso da tese.

A Disciplina tinha como título “sintomas sociais da educação no contemporâneo”. A vontade de propô-la surgiu justamente do efeito que o processo da tese foi gerando. A medida que escrevia e conversava com estudantes negras e negros, encontrava mais problemas na formação em psicologia. Cabia, a partir dessa percepção, de modo a ser consequente com esse achado, tentar ver o que era então possível fazer. Compreender o que era tão difícil de executar, colocando-me como a própria experiência de me desafiar na leitura de textos que tratassem daquilo que vinha denunciando até então como falta curricular, como vazio na formação. Ao invés de esperar pelas professoras, como doutoranda, e desde essa possibilidade de liberdade institucional, acreditei que ser propositiva, no lugar de apontar os fracassos da instituição, poderia gerar algo mais interessante. Não sabia exatamente o quê, mas pensava que movimentar-me no sentido das e dos estudantes a partir de suas sugestões fosse o mais digno e honesto a fazer.

A falta de conexão com a condição da maioria da população e principalmente o desconhecimento e o descaso com as marcas indelévels do racismo à brasileira precisavam ser olhados. Como pesquisadora, psicóloga, pessoa, não conseguia mais falar apenas da falta, era preciso fazer algo. Juntar-me à produção de textos sobre o privilégio branco ou sobre como não lemos autores que tratam do tema não bastou. Evidentemente que situar o problema para poder atacá-lo é importante, mas, ao percebê-lo, é preciso movimentá-lo e movimentar-se. Entretanto, diferente de outros temas ou de outros problemas, discutir a questão racial não depende do voluntarismo dos estudantes, ou mesmo de uma ou outra professora. As resistências institucionais são enormes, visto que assumir a questão da raça no Brasil como campo fundamental de estudos é assumir o seu lugar de descaso, de descuido, de indiferença e de racismo congênito a toda instituição.

Embora formalizada como estágio docência, parte do exercício dessa disciplina foi formulada em atividades nem propriamente profissionais nem acadêmicas. Por um lado, boa

parte das atividades que tentam se envolver com mudanças institucionais estão fora das instituições; por outro lado, também as atividades fora da instituição que se apresentem apenas reativamente a essas instituições carecem de instrumentos para quebrar com a máquina reprodutiva – traduzindo para o institucionalês, estão também institucionalizadas. Alguns, quando escutam acerca das atividades que realizei, chamam-nas de atividades de militância; outros ainda poderiam chamar de ativismo (estar atenta ao que se move no social e entrar na movência que diz respeito a uma possibilidade de construção anticapitalista e antirracista a partir da contribuição de que poderia dispor); outros ainda poderiam dizer que foram atividades que diziam respeito à pesquisa, já que a tese era acompanhar as políticas públicas voltadas para as juventudes.

Meio sem um lugar certo, parte da formulação da disciplina estava embebida pelas questões levantadas pelas secundaristas⁷⁴, ou do encontro das secundaristas com aquilo que eu vinha lendo e fazendo. Era do contato com essas adolescentes que eu tirava a inspiração para observar o que tínhamos e o que poderíamos propor como processos de aprendizagens. Parte disso descrevi no tópico sobre como a ação secundarista girara o vetor de poder – a ideia de relevância e a organização do que deveria ser estudado passava ao poder das e dos ocupantes. Ainda que de modo intuitivo, ou o modo possível de organizar-se em uma ocupação, esse giro do poder se deu. A narrativa referida aos conteúdos e à relação construída entre aquilo que foi abordado em uma oficina e outra estava a cargo das e dos estudantes. Se o tema era gênero, olhando nas tabelas de organização de cada escola, encontrávamos três oficinas sobre o tema dispersas na semana. Se a primeira foi na segunda-feira, e a seguinte foi na quarta-feira, a relação estabelecida entre as formas de falar do tema estava a cargo dos secundaristas. De segunda até quarta e nos dias posteriores até a sexta, dia em que aconteceria a terceira oficina sobre o tema, os secundaristas tinham feito algumas redes de pensamento. Relacionavam a questão de gênero com a oficina sobre mais-valia que haviam vivenciado na terça. Não era a educadora ou educador que tecia essa relação, mas sim as e os secundaristas. A ou o educador-oficineiro precisava se mover para entrar na discussão que acontecia entre as e os estudantes e alcançá-los onde haviam chegado com aquele conjunto de informações que passara.

A bibliografia que propus na disciplina estava sob influência de leituras advindas de referências da ocupação secundarista, de colegas da saúde e de minha experiência de trabalho

⁷⁴ Foi com as meninas secundaristas que tive mais contato. No caso das ocupações, a maioria dos articuladores políticos das escolas eram mulheres. Havia meninos envolvidos, mas, durante o percurso com os e as secundaristas, foram elas as mais abertas e que mantiveram laços no tempo.

com juventude, bem como percepções discutidas com outras professoras e com pós-graduandas de vários estados no Rio de Janeiro em um encontro sobre metodologia de pesquisa sediado no convento de Santa Teresa no ano de 2014⁷⁵. As referências de textos eram poucas e precisas para a caminhada que tinha se iniciado no meu percurso de pesquisadora e pessoa que se implicou com a luta antirracista. Era o começo de uma caminhada muito longa, que tem seguimento para além desta tese.

O cronograma não trazia muita novidade, na verdade. Da indicação de dois colegas amiga e amigo da saúde veio Jessé de Souza, a obra *Ralé Brasileira*. Há hoje quem fale dos limites dessa obra, entretanto, acredito que ela empresta mais aproximação com nossa realidade do que os autores mais utilizados pela psicologia, como Foucault, Deleuze, Agamben, ou mesmo Judith Butler para compreender as nuances dos nossos problemas. Visitei a introdução e o primeiro capítulo com a turma. Lá basicamente vimos o que expus anteriormente nesta tese. Junto a esse texto, assistimos alguns recortes do documentário chamado *Favela Bolada (Favela on Blast)*. A combinação de um documentário que trata sobre o nascimento do Funk Carioca e toda a discussão sobre legitimidade de saberes, sobre privilégios e herança imaterial deixou os estudantes muito entusiasmados. Algumas estudantes ficaram chocadas com a quantidade de privilégios que acumulavam na vida; outros estudantes tentaram defender-se como se algo do que estava sendo falado fosse pessoal; para outras e outros, como as/os estudantes negras e negros, ainda era a oportunidade de falar sobre como a UFRGS era um espaço elitizado e que mesmo no diretório acadêmico a seleção de músicas consideradas não “cults” era vetada. Os privilégios de raça, gênero e classe eram eternizados em escolhas de bolsistas com mais tempo a dedicar às bolsas, mesmo que efetivamente não dedicassem todo tempo prometido. E, àqueles que eram selecionados e não tinham tanto tempo assim (em regra aqueles que não tinham privilégios), muitas vezes era lembrado que não estavam se dedicando tanto assim – deveriam fazer valer o investimento da bolsa.

Houve caso em que professores chegaram a dizer a essas e esses bolsistas que estavam ganhando o mesmo que as trabalhadoras terceirizadas – deveriam fazer valer isso. Não estou dizendo que seja uma vergonha ser terceirizada nem que ter uma bolsa não seja algo de valor, que não requeira dedicação. Apenas acho curioso que esse tipo de conversa se dê justamente

⁷⁵ IV Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Produção de Subjetividade e Estratégia de Poder no Campo da Infância e da Juventude: ferramentas de pesquisa, que se realizou na cidade do Rio de Janeiro de 15 a 17 de outubro de 2014. O IV Seminário tinha como objetivo consolidar a articulação entre grupos de pesquisa, reunindo pesquisadores e pós-graduandos de diferentes universidades públicas – UFF, UERJ, UFES, UFPa e UFRGS –, através de estudos coletivos e debates sobre os desafios metodológicos de nossas práticas investigativas.

agora que existem ações afirmativas, e o número de pessoas negras aumentou na instituição de ensino superior. Arriscaria dizer que talvez em outras instituições não públicas isso também acontece, mas provavelmente apareça de outras formas. Lembro, quando estudei na PUCRS, de ouvir dos professores que as alunas e os alunos da noite não eram bons como aqueles da manhã. Isso era entre os anos de 2001 e 2007, muito antes da existência das ações afirmativas na UFRGS, e do maciço investimento público dirigido ao PROUNI e ao FIES nas particulares. Isso me leva a crer que estudantes trabalhadores, ou aqueles que vinham de berços não herdeiros, já viviam um investimento diferente, mesmo nas universidades particulares.

Voltando à instituição federal, posso dizer que durante minha formação, quando ainda não existiam ações afirmativas, nunca houve uma tal cobrança comparativa. Porque agora a atividade intelectual, tão valorizada entre os privilegiados, é comparada ao fazer das trabalhadoras terceirizadas? Que tipo de mensagem essa professora, ou professor, quis transmitir com isso? Por que, em outro momento, essa não era uma comparação possível? Escutamos relatos e mais relatos de situações que diziam de como, durante o curso, as diferenças na valorização dos saberes iam se expressando. Daí fomos para o segundo bloco da disciplina.

O primeiro bloco dizia respeito às distinções, ao privilégio, ao capital e à herança imaterial. No segundo, tínhamos como orientadores da discussão o capítulo 3 do livro *Pedagogia do oprimido* e partes do documentário chamado *Quando sinto que já sei*. Esse documentário foi utilizado em partes, quando, em cada encontro, tomávamos a experiência de uma escola que se orientava por pedagogias inspiradas em Paulo Freire e na Escola da Ponte⁷⁶. Além disso, havia chegado a hora de falar sobre as ocupações secundaristas. Da

⁷⁶ A Escola Básica da Ponte situa-se em São Tomé de Negrelos, conselho de Santo Tirso, distrito do Porto. A escola “está organizada segundo uma lógica de projeto e de equipe, estruturando-se a partir das interações entre os seus membros. A sua estrutura organizativa, desde o espaço, ao tempo e ao modo de aprender exige uma maior participação dos alunos tendo como intencionalidade a participação efetiva destes em conjunto com os orientadores educativos, no planeamento das atividades, na sua aprendizagem e na avaliação.

Este projeto, assente em valores como a Solidariedade e a Democraticidade, orienta-se por vários princípios que levaram à criação de uma grande diversidade de dispositivos pedagógicos que, no seu conjunto, comportam uma dinâmica de trabalho e promovem uma autonomia responsável e solidária, exercitando permanentemente o uso da palavra como instrumento autónomo da cidadania.

Os Pais/Encarregados de Educação, à semelhança dos seus filhos e orientadores educativos, estão também fortemente implicados no processo de aprendizagem dos alunos e na direção da Escola. Os contactos são feitos sempre que necessário, através do professor tutor, que acompanha, orienta e avalia diariamente as atividades realizadas pelos seus tutorados.

A organização que esta Escola põe em prática inspira uma filosofia inclusiva e cooperativa que se pode traduzir, de forma muito simplificada no seguinte: todos precisamos de aprender e todos podemos aprender uns com os

experiência que eu havia tido, mas também daquela que algumas e alguns estudantes traziam – pois alguns visitaram e colaboraram com escolas –, construímos conversas em sala de aula. Se parte da turma falava de ter visitado uma ou outra escola, outros dividiam-se entre aqueles que se sentiam assoberbados com as aulas da psicologia, sem tempo para ir, parte os que diziam não ter como ir porque conheciam aquela realidade, pois vinham de escola pública, e, nesse sentido, suas vidas não haviam mudado tanto: continuavam correndo de cá para lá, sem poder participar. Ou seja, grande parte da turma, para não dizer praticamente toda, não viveu quase nada das ocupações secundaristas. São graduandos e graduandas que não conseguiram participar dessa experiência que expunha, de forma nunca vista antes, a grave crise na educação (não se ocupa um prédio público se as coisas andam bem). Não puderam se envolver. Assim, diante de tal fato, formam opiniões frias, distantes, análises conceitualmente embasadas, mas muito pouco vivenciadas. Essa era uma das reclamações do movimento secundarista – a distância entre o que era dito em aula e as vivências que tinham. Muitos secundaristas falavam também de Paulo Freire, retomando alguns conhecimentos desse velho patrono da educação brasileira, sepultado pela pedagogia e desconsiderado para os processos de educação no ensino superior.

Discutimos o capítulo 3 do livro *Pedagogia do oprimido*, em que Paulo Freire fala sobre como montar uma “disciplina”, ou círculos formativos, para ser mais exata. Conta sobre a necessidade de imersão. Conta da necessidade de conhecer as e os estudantes. De saber sobre os costumes locais. Fala sobre como os técnicos que o acompanham se reúnem e pensam a partir daquilo que coletam de informações. Contam com a avaliação de moradores do local onde farão as rodas formativas. Nada é presumido sem o contato com as pessoas. Esse capítulo foi escolhido dentre leituras de Paulo Freire. Antes dele, nesse bloco estudamos também a obra *Pedagogia da autonomia* – era um aquecimento, um exercício de fazer os círculos na sala de aula. Turma dividida e responsável pelos textos que compunham essa obra do educador. Depois, a conversa no grande grupo. Leitura e discussão feita em sala de aula. Levamos três aulas para fazer essa dinâmica, sempre com a introdução de parte do documentário *Quando sinto que já sei*. O documentário se prestava a ajudar a teoria trazendo materialidade para a discussão.

O terceiro capítulo ficou a cargo da professora, no caso a pesquisadora que vos fala. Esse, um texto mais denso, no qual o esforço por torná-lo algo vívido, e não tão abstrato, foi bastante grande. Houve reclamações de todos quanto à sua complexidade. Mas o paralelo que

percebi entre este texto e os textos da análise institucional ficaram como pista para turma. Estava ali plantada uma certa sementinha de que análise institucional francesa é bacana, mas Paulo Freire, que foi leitor de Franz Fanon e é mais próximo de nossa realidade, entrega ao estudante de psicologia ferramentas tão boas quanto os textos franceses. Esse bloco tinha como intenção demonstrar, a partir da trama de autores, que temos autores nacionais, e também internacionais, tão importantes e talvez mais pertinentes que os franceses ou qualquer outro europeu. Era o bloco que fazia experimentar a ideia de descolonizar o pensamento.

O último bloco dizia respeito às relações étnico-raciais e à formação do sujeito negro e as relações com a branquitude. Desde o início da disciplina, esse foi um marcador presente em todos os textos e todas as discussões. Nas primeiras aulas, uma estudante branca, diante das discussões geradas sobre distinção, falou que foi criada por pais progressistas, mas que estudou em escola de elite e conviveu com pessoas negras apenas em relação de subalternidade, nunca ocupando o mesmo lugar e desfrutando dos acessos que o lugar proporcionava. Contou que, quando criança, ganhou dois animais: um de cor branca e outro de cor preta. Ela então dissera aos seus pais: o preto vai servir o branco. Diz que, mesmo criada por progressistas, o racismo aparecia nas primeiras relações sociais das crianças, fossem elas brancas, não-brancas ou negras. Assim, dessa forma escrachada e muito honesta, a máscara de não racista dos progressistas cai. Cai para não ser juntada. Os mesmos progressistas que pensaram as políticas e que ocuparam os cargos públicos. Todo progressista muito conhecido provavelmente é branco e, por ser progressista, nada o exime de ser racista, ou machista. Levar isso em conta é abrir uma discussão sobre tudo o que não pensamos até agora, ou melhor, tudo o que até já foi pensado, mas foi invisibilizado para manter privilégios calcados em diferença de raça, gênero e classe.

O último bloco, portanto, começou por onde minhas leituras também começaram: sem saber por onde, recebendo ajuda de mulheres negras residentes de saúde mental coletiva, Liana Vieira e Marlete Oliveira. Na época, por sugestão de uma delas, li Frantz Fanon, *Peles Negras, máscaras brancas*. Depois, também por sugestão, fui para Neuza Santos Souza, tornar-se Negro. Quando comecei a ministrar a disciplina, já havia lido outros autores, mas achei fundamental que começássemos pelas obras desses dois autores. O primeiro marca o pensamento descolonial e as problematizações em torno da criação da raça e suas consequências psicossociais. A segunda autora é uma das psicanalistas negras que alcançou destaque em vida, mas que, com o passar do tempo, caiu em esquecimento, restando apenas o texto de apresentação da sua obra, resenhado por um homem branco, como lembrança de uma séria discussão sobre raça dentro da psicanálise. Sabemos que ela não seria a primeira a sumir

do mapa de escritoras psicanalistas. Antes dela, já havia sumido a psicanalista Virgínia Bicudo, precursora da psicanálise no Brasil – ou, se não ela, a sua cor.

Assim, nesse terceiro bloco, os capítulos do livro de Franz Fanon foram distribuídos em grupos, os quais deveriam apresentá-lo com posterior discussão em turma. A contribuição da professora se restringiria a trazer mais informações na relação com outros autores, bem como mediar as discussões que nasceriam do confronto com o pensamento fanoniano. A ideia de seminário era o que prevalecia.

A experiência em sala de aula foi instigante, provocativa. Com o passar do tempo, a confiança entre colegas foi crescendo para conversar sobre questões de raça. Foi um marcador no meu processo de tornar-me uma professora-doutoranda, mas, aos poucos, percebi que a disciplina também se tornara um lugar no qual as e os estudantes denunciavam os atos racistas que aconteciam na universidade. Algo chamou minha atenção. Percebi que tratar sobre o tema em sala de aula e de modo a transformar as relações era válido como formação, mas era pouco, e era o mínimo.

Nesse momento estourava a ocupação universitária no Instituto de Psicologia, como decorrência das ocupações secundaristas e da ocupação da reitoria. A ocupação dizia dos cortes de verba para educação e saúde, bem como congelamento do recurso repassado principalmente a essas duas pastas. Mas, assim como nas ocupações secundaristas, ao mesmo tempo em que a resistência era contra um desgoverno, havia a crítica à educação e aos modos de sociabilidade, pedagogias e ensinamentos transmitidos na universidade.

Questões começaram a me perturbar a paz novamente. Observava as e os estudantes negros e pensava: como uma instituição que praticamente não mudou nada pretende dar conta, com o mesmo modo de funcionar, de questões que antes não eram preocupação? qual a porosidade da universidade para as questões trazidas pelas e pelos estudantes? De repente dou-me conta de que não bastava ter estudantes negras e negros, se todos os mecanismos de defesa contra a mudança se armam – esse armar era literalmente fazer todo o esforço possível para se manter o mesmo. Ou, seja, temos uma certa representatividade de estudantes negras e negros, mas não nos implicamos em absoluto, ou quase, com as consequências que isso traz para a universidade. Ainda que estudantes negras e negros façam muito barulho, a universidade, nesse esforço conservador, tenta calá-los com concessões que imediatamente destensionam as relações, mas a longo prazo não projetam mudanças sólidas. Concessões que vão desde adorar um livro ou outro, ou chamar ativistas locais e regionais para falas sobre questões raciais, desde a saúde mental até a educação. A maioria desses profissionais e intelectuais “convidados” não recebem nada, usam suas horas de trabalho e de tempo de

pensamento em nome de uma causa. As falas desses intelectuais e ativistas servem para amainar as tensões entre a universidade (principalmente professores), estudantes herdeiros historicamente e estudantes negras e negros ou não-brancos. É a cama de gato armada e operando. Mulheres e homens intelectuais e ativistas sendo usados para reproduzir a forma de fazer da universidade, sendo que essa entregará o mínimo à população negra, no que trata de oportunidades reais e concretas de ocupar cargos de influência na universidade, ou mesmo acessar um pós-graduação.

Diante de um tema sobre o qual poucos ou quase nenhum professor ou professora têm muito saber, estudantes de graduação e egressos da faculdade de psicologia (da UFRGS ou de outras universidades e faculdades) não são incentivados a permanecer no pós-graduação de forma ativa. As formas de seleção continuam a ignorar como critério a relevância da pesquisa ou dos problemas sociais por ela enfrentados. Ainda são adotadas pela instituição formas de seleção que demonstram apenas apropriação de conceitos já utilizados há pelo menos oito anos (tempo em que estou nessa instituição). Mesmo a faculdade e seu conjunto de professoras e professoras percebendo seus limites para abordar a questão, ainda assim, não esboçam qualquer movimento que convide esses intelectuais e ativistas a se aproximarem do pós-graduação ou a frequentar os seus grupos de pesquisa para melhor se prepararem para o ingresso no pós-graduação. Não há convites diretos, não há pensamento de possíveis alterações nos modos de seleção para incorporar, ao conjunto de pós-graduandos, profissionais que versam há mais tempo sobre o tema. É permitido usar seu tempo sem nenhum pagamento, mas não é possível convidá-las (pois são na sua maioria mulheres negras formadas em psicologia) para permanecer no pós-graduação considerando a relevância do tema diante do fracasso da instituição.

Há uma urgência que a paz que perdi acusa: é preciso revisar todos os processos de ingresso pensando que esse ingresso diz respeito à formação da intelectualidade brasileira. Farei um salto para uma outra cena, que aparentemente não tem nenhuma relação com essa questão que levanto sobre seleções e pertinência de questões. No dia 09 de novembro fui assistir à escritora Conceição Evaristo na Feira do Livro de Porto Alegre. Em algum momento ela expôs a situação de aprisionamento produtivo em que vive. Para viver, Conceição Evaristo precisa dar palestras nos locais onde é chamada. O valor de capa de seus livros não a sustentam. Assim, ela mesmo relata que não consegue mais escrever porque precisa sustentar-se, e o único modo é viajando, já idosa, para todos os cantos do Brasil. Talvez essa seja uma escolha de Conceição Evaristo. Talvez a circulação faça parte de sua história e de uma luta da população negra. Entretanto, considerando outras ativistas e intelectuais que desejam o

ingresso na universidade, pergunto-me: por que não são convidadas para dar aula em uma universidade federal? quem teria no Brasil mais acúmulo que essas ativistas do movimento negro?

Mas, se ao invés de fazer perguntas factíveis ou possíveis, pudéssemos pensar o impossível? Qual seria esse impossível? Revisão de todos os ingressos, relevância de pesquisas, ações afirmativas e análise de percurso envolvido com a necessidade emergente da universidade e da sociedade. Já seria um bom começo, que parece impossível, mas é completamente factível. O impossível nesse caso, não está tão distante assim das possibilidades de realização.

9. UMA METODOLOGIA NEGRA: ESCRIVÊNCIAS, ORALITURAS, PALAVRAS VIVAS – MODOS DE CONTAR-SE E VI-VER-SE EM PALAVRAS

À medida que a tese vai ampliando, ou transformando, o seu problema de pesquisa – percurso próprio e esperado de uma tese –, a metodologia que penso e que é apresentada no meio desse processo muda. Inicialmente, dois autores da literatura, bem como dois filósofos, são centrais na construção do método. Os filósofos eram Walter Benjamin e Deleuze (abordando Carmelo Bene). Com eles considero contar “a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2013, p.13) e extrair a figura do poder subtraindo algo do texto, para ver o que acontece. O que a mim então importa no método é buscar palavras envolvidas com as vidas. Lá na primeira metodologia, que se estende até parte deste trabalho, cito-me:

Buscar palavras, nesse caso, quando estão envolvidas com tantas vidas, é algo como uma ética. Busco palavras para não ficar presa àquelas que estão dadas e podem corromper essa pequena história que tramamos dia a dia. Capto de passagem uma palavra, e de uma frase ao acaso desejo fabricar toda uma vida. Teço um cá se posso. (Projeto de qualificação/ abril de 2016)

Acredito que esta ética persiste, em certa medida, mas agora ela tem outro fundo contextual, portanto é outra, porque diz de uma amplificação do problema. Se amplificamos o problema, amplificamos os modos de cuidar, de sentir, de perceber; logo, estamos falando de outro éthos. Assim me vi pensando essa ética, não mais ao lado de Benjamin, mas ao lado de Conceição Evaristo, que se ocupa de dores que têm sido inaudíveis na maioria dos espaços institucionais brasileiros, e que ganha muita força desde a entrada das e dos estudantes negros na universidade. Ao menos, é nesse momento que isso chega mais fortemente a meu cotidiano, ainda que estivesse sempre ali, sem muito me aperceber.

Outra autora que faz bastante sentido em parte desta pesquisa é Ana Cristina Cesar, com suas gatografias – metodologia poética que roubo e passo a usar para arranhar o conhecimento.

Localizaste o tempo e o espaço no discurso
que não se gatografa impunemente
é ilusório pensar que restam dúvidas
e repetir o pedido imediato
o nome morto vira lápide
falsa impressão de eternidade
nem mesmo o cio exterior escapa
à presa discursiva que não sabe
se localiza solto na grafia
por mais que se gastem sete vidas
a pressa do discurso recomeça a recontá-las
fixamente, sem denúncia
gatográfica que a salte e cale
(ANA CRISTINA CESAR, 2013, p.177)

As artimanhas de Ana Cristina estão presentes na escrita e, como todos os outros, seguem comigo até parte dessa caminhada. Muitos arranhões violentos e algumas vezes virulentos são necessários para mostrar saberes complicados de sustentar na psicologia. Ana Cristina é bastante importante na pesquisa por me emprestar essa violência. O poema trata de uma discursividade com sua pressa que gasta vidas. Pressa do discurso que conta e reconta e, no final, desconta toda a diferença. Uma parada nessa discursividade que se fixa em recomençar o mesmo e com pressa, fazendo de nós sua presa.

Perder em traços a visão contínua
de coisa que surge aos saltos
no tempo, ameaçando de morte
a própria forma ameaçada do desenho
e o gato transcrito que antes era
marca do meu rosto
garra no meu seio
(ANA CRISTINA CESAR, 2013, p.175)

E como arranhei nesta pesquisa. Na busca, também me machuquei. Não desejava mais reproduzir uma violência que já se estende há tantos anos e que gera tanta tristeza, tanta raiva e desencontros. Na continuidade da pesquisa, preferi seguir com Davi Kopenawa e Conceição Evaristo, que tomam com cuidado a Palavra de quem conta para então dizer algo. Era de cuidado que precisava no texto, e não de mais violência –se foi necessária num primeiro momento, não acreditava que devesse seguir. Ana Cristina retirava e colocava palavras na poesia, mas era pelo sofrimento violento, aos arranhões. Esse sofrimento, eu não queria mais emprestar ao texto, já que a realidade da população negra é marcada, até hoje, por muitas violências e mortes. É uma realidade que insiste, difícil de mudar mesmo com toda a contribuição sobre o tema em várias áreas para a construção de nosso país – mas infelizmente pouco lidas e utilizadas pelos formadores e produtores de conhecimento institucionalizados.

A tese situa a importância da memória e da informação, que inicialmente tem como parceria intelectual Walter Benjamin. O contexto a respeito do qual o autor escrevia importa, de início, a esta pesquisa, pois se tratava de uma experiência de horror. Benjamin escreve sobre o que a segunda guerra mundial ensina à Europa. Contudo, no confronto dessas leituras com o que encontro em nosso país, num segundo momento prefiro seguir com os vetores memória e informação mas desde uma composição das escrituras de Conceição Evaristo com as oralituras de Chamoiseau – contextos brasileiro e caribenho, de países que foram colonizados e que viveram o processo escravagista recentemente.

Os textos de Walter Benjamin e de outros autores que situam todas as problematizações sobre ética e alteridade a partir da experiência da segunda guerra geram-me um incômodo. O que aconteceu na Europa já havia iniciado sua escalada bem antes, com os povos originários da América e da África. Considero problemático que um país como o Brasil, com a história que tem, siga estudando ética apenas a partir dos balizadores europeus.

O terceiro autor que utilizo na metodologia até o momento da virada ética, ou filosófica, é Deleuze, com o texto *Um Manifesto a Menos*, no qual escreve sobre Carmelo Bene. Este, segundo Deleuze, agia por amputações. Era um teatrólogo que, segundo o filósofo, muito pouco se interessava pelo começo, ou pelo fim.

Carmelo Bene tem frequentemente necessidade de uma peça originária, não é para fazer dela uma paródia, seguindo a moda, nem para acrescentar literatura à literatura. Pelo contrário, é para subtrair o texto, uma parte do texto, e ver o que acontece. Que as palavras deixem de fazer “texto.” (DELEUZE, 2010, p.29)

Ele, assim como Ana Cristina César, usava de violência e, ao mesmo tempo, emprenhava a palavra ao retirar-lhe outras. Carmelo Bene arranhava a história, porque ela é o marcador temporal do poder⁷⁷. É dessa forma, considerando a possibilidade de mudança de poder, que encontro o texto do Martinicano Chamoiseau. A trama era mais difícil que imaginava. E quase tudo poderia virar cama de gato. Tirar o poder de quem tem poder não basta para que algo se crie. Acredito que Chamoiseau consegue trazer isso. Como disse Conceição Evaristo, em palestra na feira do livro no dia 09 de novembro: nossas conversas são como colchas de retalhos. Segundo Conceição:

Enquanto o tempo europeu busca o tempo perdido, o tempo africano tem o tempo rompido, vai em busca do tempo esgarçado, como se a África sofresse um aborto, e não para até hoje de buscar seus filhos. Por isso um misto de paciência e resistência. O tempo a gente não atropela, a gente consegue. Tivemos que falar pelos orifícios da máscara (Transcrição livre da palestra do dia 09 de novembro no teatro da Casa de Cultura Érico Veríssimo em Porto Alegre).

Assim acompanho o trânsito da violência a um tempo de paciência e resistência, no qual as histórias viravam colchas de retalhos. Deixar pistas de como era faz parte de uma honestidade intelectual. Muitas vezes os autores mais consagrados não a tiveram com os povos de todo o mundo e, principalmente, com os povos vindos de África, transformados em negros em todo lugar do mundo. É com essa desonestidade que invisibilizam sua produção e

⁷⁷ Então retira-se ou amputa-se a história, porque a História é o marcador temporal do poder. Retira-se a estrutura, porque é o marcador sincrônico, o conjunto das relações entre invariantes. Subtraem-se as constantes, os elementos estáveis ou estabilizadores, porque eles pertencem ao uso maior. Amputa-se o texto, porque o texto é como a dominação da língua sobre a fala e ainda dá testemunho de uma invariância ou de uma homogeneidade. Retira-se o diálogo porque o diálogo transmite à palavra os elementos de poder e os faz circular: é a sua vez de falar, em tais condições codificadas (os linguistas procuram determinar “universais do diálogo”) (Deleuze, 2010, p.42).

remetem a história do povo negro às tristezas da escravidão. Como se só isso fosse a história da população negra brasileira. Então, feita essa violência, cabe ao povo negro perceber que o “tempo é irreversível, o que perdemos está perdido” (EVARISTO, palestra de 2017). Segundo Evaristo, não sabemos mesmo de outras questões que dizem respeito à produção da população negra, e temos que empreender força para abarcar isso que não sabemos. É nesse momento que a autora diz algo que carreguei de importância:

(...)por termos uma história em parte irrecuperável, temos a ficção. Podemos inventar uma origem. Podemos inventar tradições. Trocar o delírio por ficção. E se a história canônica é incompreensível para nós, e nossas histórias são compreensíveis para todos quando nos leem, é porque não somos uma literatura menor, e sim uma literatura universal, visto que cabe a todos, sendo eles negros, brancos, não brancos. (Transcrição livre da palestra de Conceição Evaristo, em 09 de novembro de 2017 em Porto Alegre)

A partir dessas percepções, outra metodologia passa a ditar o modo de pensar da tese. Assim junto os fios da vida e da memória. Mas, antes de tudo, busco perceber quais são os fios presentes no emaranhado da vida e dos saberes que se produzem. Vida e saber; saber e vida – não há um sem o outro. Por adição e por subtração, escolher dentre as histórias a serem contadas aquelas que por muito tempo ficaram esquecidas, inacabadas, inconclusas, seja por desistência, seja por achar que havia entendido o que se passava nos processos educativos, de cuidado... – e havia desistido, em certa medida, do investimento por achar que era o possível – , seja por me sentir fracassada diante dessas histórias, seja por achar que era tarde demais.

Se as perco de vista, as vidas-histórias, corro o risco de me jogar na cama de gato já pronta. Esquecer dos rostos. Dos nomes. Risco de me apegar e também de me apagar na grande história e suas teorias, reduzindo ao mesmo aquelas que dizem de Eduardo e de tantos outros jovens e trabalhadores. Dentre os trabalhadores, também eu. Há um cuidado no movimento que faço junto à trama da vida. Trama-história que se faz entre o papel e o pensamento, ou entre uma fala e outra – pela oralidade grafada em escrituras. Está aí um dos legados de Conceição Evaristo (2016), uma metodologia transmitida:

Gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto,

afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar escrevivências (CONCEIÇÃO, 2016, p.1. grifos nossos).

O destaque ao texto de Conceição diz do profundo respeito e, ao mesmo tempo, da falta de Palavras minhas – minha profunda ignorância para compreender que cada palavra colocada no texto aqui citado fala de sua metodologia de escrita. Mas fala muito mais do que de metodologia. Esse texto, que ocupa a primeira página do livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, é a ética que envolve a produção de Conceição Evaristo. Buscar palavras, nesse caso, quando estão envolvidas tantas vidas, é algo como uma ética. Arremedando Conceição Evaristo, busco palavras para não ficar presa àquelas que estão tão dadas e podem corromper a história que tramamos dia a dia, quando trabalhamos e nem sempre podemos pensar muito, antes de fazer um movimento. Uma parada para escrever em meio às ações é algo como guardar histórias que contam sobre nós, e nos ajudam a tramar mais e melhor. Mas, existe algo que é preciso atentar nesse contar. Há um modo de contar as palavras, as histórias-vidas.

O desaparecimento de palavras no Brasil tem relação com nossa história – Sueli Carneiro (2005), na sua tese, trabalha com a ideia de epistemicídio. Isso que ela trabalhará na sua pesquisa diz respeito à ideia das palavras que simplesmente desaparecem, mesmo sendo lançadas na trama. Não produzir a morte de histórias é difícilíssimo em um país que produz mortes a todo momento. Essas mortes têm endereço e cor. Afirmar a história dos invisibilizados no saber e a do saber produzido pelos invisibilizados é algo que deve ser feito repetidas vezes – a sua afirmação não é promessa de que a marca de sua presença permaneça. É uma adição, que, no contato com os saberes, se não cuidarmos pode sumir. Pode se transformar em algo igual ao que estava posto, num apagamento que primeiro incorpora esse saber, comparando-o com o saber posto, e depois faz sumir a sua diferença.

Quando estava estudando, revendo o percurso da pesquisa e tentando apreender qual a metodologia que tinha adotado, encontrei um livro⁷⁸ que realizou o modo de fazer sumir um saber, da maneira que descrevi acima. Autores, muito bem intencionados, estudaram as obras de Conceição Evaristo e, em quase todos os textos que produziram sobre a obra da escritora, relacionaram a metodologia proposta pela autora com aquilo que foi chamado de política da narratividade, ou com o que chamam de narrador na obra de Walter Benjamin. Não há como negar que, ao perceber isso, espantei-me com a capacidade de comparação e de relação com situações tão díspares. Em certa medida, dizer que a metodologia de Conceição Evaristo é similar à metodologia de Walter Benjamin é dizer: se estudarmos Benjamin, o “original”,

⁷⁸ O livro chama-se *Escrevivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Organizadoras: Constância Lima Duarte, Cristiane Côrtes, Maria do Rosário A. Pereira. Belo Horizonte: Idea, 2016.

teremos condições de escrever como o faz Conceição Evaristo. Vive de duas doenças essa crença: uma, o egocentrismo (ou eurocentrismo), pelo qual todos os saberes podem ser reduzidos aos saberes dos “originários”; outra, a distopia, pela qual se desconsidera que a metodologia, a forma que a escrita de Evaristo ganha em suas obras, diz respeito a um contexto que produz outros problemas, e portanto, sua escrita não pode ser comparada a nenhuma outra que não compartilhe esses problemas. Evaristo fala de uma metodologia que transforma história oral em literatura – mas não sem invento. Um descanso resignado na impossibilidade de manutenção da tradição, pois não há como reter as histórias contadas; ao mesmo tempo, um modo de grafar no tempo uma possibilidade de fazer escrita da oralidade de um povo. É na relação com essa oralidade que Conceição oferta, a quem se ocupar de lê-la, um modo de aproximação com o outro.

Entretanto, ao efetivar a comparação, cumprindo assim o epistemicídio, o saber, que era uma criação, vira um saber menor. Se para alguns autores o saber menor pode ser importante, para nosso contexto de redução e morte de vidas e de saberes, ser saber menor é uma baita desvantagem já de largada. Novamente, assim como diante do paradoxo no cuidado, na escrita também preciso calar-me. Calo-me diante de quem conta. Fui ensinada a fazer esse procedimento que descrevi acima – reduzir a diferença ao mesmo (ao europeu). Preciso conter o muito que acho que tenho a dizer. Diante daquele que fala, preciso tensionar meu saber ao limite, sabendo ficar em silêncio diante do que desconheço. Eis o segundo movimento desta metodologia: tensionar ao limite. Posso propor encontros entre autores, mas não redução de um a outro. Um encontro com a última Palavra de quem conta. Conceição Evaristo nos ensina como fazer:

Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. (CONCEIÇÃO, 2016, p. 1)

Escrever uma história que nunca ouviu, ou imaginou. O contrário do projeto moderno. O contrário do epistemicídio. O avesso de uma generalização que reduz quem conta ao si mesmo. Uma outra história, aquela que não é a minha. A história que Evaristo nos ensina a não apagar nem expropriar. Generosamente ela se oferece para secar o rosto daquela que conta. Sabe que a dor não é sua, ou não é só sua. Para empreender esse movimento, acredito que faça um grande esforço de sair do sabido, do dito, do esperado. É com essa pista

metodológica de Evaristo que parti para o que lá antes chamei de tensionar ao limite. Uma tensão ao limite para sair de si e também para testar o sabido diante do dito.

Olhar para o texto já feito. Havia muitos textos sobre a prática com jovens. Muitos textos sobre a saúde pública, sobre a educação pública, sobre a assistência. Havia alguns conceitos que se repetiam em um e outro texto. Esburacá-los é um exercício de olhar para a mesma prática de cuidado que durante muitos anos teve o mesmo tratamento do pensamento. Extrapolar os conceitos passa a ser um exercício da pesquisa com os saberes – ao invés de escutar o texto, escutar o vivido –, buscar na memória as questões. O mesmo, que antes parecia me fazer pensar ou que sustentava a prática no cuidado mostra sinais de limite. Há um limite no texto posto. É preciso adicionar algo para poder sair de um lugar que se repete e não promete mudança no que tem como “aquilo a fazer no cuidado com a juventude”.

Ler autores que se aproximavam de problemas próprios – ou que pareciam próprios – ao Brasil aproximou-me dos problemas relativos ao racismo. Diante dessas leituras, alguns encontros com pessoas passam a ser determinantes para perceber o tamanho do problema com o qual me confronto. É preciso fazer adições e subtrações. Mas, além desses dois movimentos, que dizem de crescer e tirar, é preciso esgarçar os conceitos utilizados a ponto de ficarem insuportáveis. Parte da metodologia diz respeito a demonstrar como eles já não servem mais, ao menos da forma como vinham sendo utilizados pela psicologia.

Então, junto com Conceição Evaristo, que faz adições e subtrações, bem como escuta a diferença na fala de quem conta, em uma ética rigorosa na sensibilidade com quem lhe conta algo, agregamos Davi Kopenawa quando refere seu encontro com o antropólogo Bruce Albert. Em outro texto da tese já havia indicado as palavras de Davi Kopenawa, como crítica ao modo como produzimos nosso conhecimento – e de como, ao tratá-lo como mercadoria, tornamo-nos engenhosos, mas não sábios. Davi, aqui na metodologia, é quem coloca questão ao modo capitalista que vivemos. É com a mesma lupa que olha o que fazemos se transformar em mercadoria que começo a olhar também para o modo como o mercado editorial é definido por determinadas pessoas. Assim como Kopenawa, Conceição Evaristo também faz críticas ao mercado editorial, que privilegia uma literatura que ela chama de canônica. Autora e autor dão a ver que obras que parecem fazer parte de nosso gosto, estão carregadas de palavras mortas, vazias de sentidos para nós.

Se Conceição Evaristo nos ensina a enxergar dores quase inaudíveis, pois imersas em uma invisibilidade produzida, e a ter o cuidado com o que aquela que fala expressa, Kopenawa nos ensina a tensionar nosso saber, abandonando uma por uma as palavras fantasmas. São orientadores metodológicos desta tese. Evaristo dispõe sua metodologia de

forma dispersa em sua obra, mas a concentra no primeiro texto do livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. Quanto a Kopenawa, é no primeiro texto, de título Palavras dadas, do livro *A queda do céu* que ele nos indica a fragilidade do nosso saber abstrato.

Retomo aqui a metodologia que extraio do texto Palavras dadas. Uma das metodologias de transmissão de Davi foi entregar palavras ao amigo, que chega à aldeia falando como um fantasma, mas que se mostrou interessado em aprender. Kopenawa confiou a esse amigo uma tarefa: que levasse longe as palavras ditas, para que fossem conhecidas pelos brancos, que não sabiam nada sobre o povo da floresta. A segunda regra metodológica de Kopenawa foi pedir ao amigo que, ao pegar as palavras, não as destruísse, pois eram de Omama e dos xapiri⁷⁹. O pedido é acompanhado de instruções, que remetem à relação entre palavra e tempo e à ação da palavra no espírito:

Desenhe-as primeiro em peles de imagens, depois olhe sempre para elas. Você vai pensar: “Haixopë! É essa mesmo a história dos espíritos!”. E mais tarde, dirá a seus filhos: “Estas palavras escritas são as de um Yanomami, que há muito tempo me contou como ele virou espírito e de que modo aprendeu a falar para defender a sua floresta”. Depois, quando essas fitas em que a sombra das minhas palavras está presa ficarem imprestáveis, não as jogue fora. Você só vai poder queimá-las quando forem muito velhas e minhas falas tiverem já há muito tempo sido tornadas desenhos que os brancos podem olhar. Inaha tha. Está bem (KOPENAWA, 2015, p.63-64)?

Tanto Conceição Evaristo quanto Davi Kopenawa propõem uma política da informação que estremece a cama de gato à nossa espreita quando nos postamos distantes do que é tão evidente. Vozes caladas se levantam. Da palavra à Palavra. Um grande exercício com a memória (herança) e o trabalho com a informação (aquela que a reprodução empurra para se manter invisível) fazem-se, assim, necessários para forjar esta escrita.

Com as adições e as subtrações, o texto antes duro passa a morder-me as certezas. Quanto mais adições daquilo que vem do chão da prática, mais subtrações das certezas conceituais – evaporam-se no ar, por si mesmas. Quanto mais adições do que vem da prática e mais subtrações das certezas dos conceitos, mais perguntas nascem do exercício de pesquisar. E, diante dessas perguntas, mais dúvidas sobre como eu, na função de formular um texto acadêmico, irei abordar essa memória que vem em forma de relatos escritos a muitas mãos, cadernetas, lembranças. A metodologia amarra-se na generosidade com a Palavra de quem aqui não é uma simples colagem por adição nem substituição. A metodologia é a possibilidade de fazer durar a transformação da oralidade em escrita. A adição aqui tem algo de construtivo: as paragens das tensões. Deixo elas se espalharem pelo pensamento e, nesse

⁷⁹ Omama é o demiurgo da mitologia Yanomami, e os xapiri, na língua dos brancos, segundo Kopenawa, são os espíritos.

espalhar-se, abandonar, subtrair saberes que desejavam se tornar respostas para problemas. A tensão vai ganhando mais espaço e mostrando-se como problema à medida que a deixo trabalhar sobre a vida feita de lembranças. São vidas que reaparecem à medida que os problemas mudam. Evaristo ensina a adicionar o que não conheço. Ao adicionar, acabo tendo que esquecer (subtrair) algo, que antes estava ali como certeza. Sirgando com força as certezas e adicionando incertezas, sigo em uma tarefa árdua: tentar aproximar o dito do ato. A cada tentativa, bem como anuncia Conceição Evaristo, é um fosso que encontro.

Os dois primeiros momentos são de atenção ao dito, bem como de aproximação do dizer e do fazer, tensionando os saberes acadêmicos com a vida. Falta, porém, um último movimento. Este é o mais difícil de achar, mas encontro suas pistas na leitura que me inicia no pensamento descolonial e/ou pós colonial: retirada a figura de poder, o que fazem aqueles que são destituídos do poder e de privilégios? Ou, melhor, o que fizeram e fazem aqueles que sempre foram destituídos do poder?

Falei dos movimentos de subtração, adição, sensibilidade e tensão do que sabemos. Agora, a fim de construir um futuro no qual o passado da maior parte da população brasileira pode existir, cabe a invenção da história, ou melhor, a *oralitura* de uma oralidade que a cidade engole e pauperiza. *Oralitura* é a metodologia que a leitura de Patrick Chamoiseau nos ensina e que se aproxima da metodologia de Conceição Evaristo na busca por transformar a oralidade em algo escrito. Se *escrevivência* é o modo de trazer à cena as dores e os sentires, bem como a história do povo negro brasileiro, a *oralitura* é uma estratégia metodológica martinicana, que se vale de cadernos escritos por uma mulher negra participante de uma ocupação em Martinica. Cadernos e conversas, assim o autor constrói a *oralitura*. É no último texto da obra Texaco que Patrick Chamoiseau (1993) descreve ao leitor o processo criativo e inventivo. No texto, chamado Ressurreição – *não no esplendor da Páscoa, mas na angustia envergonhada do Marcador de Palavras que tenta escrever a vida* (CHAMOISEAU, 1993, p.339) –, Chamoiseau demonstra o constrangimento diante do que percebe acontecer com a população negra de Martinica. O autor conta sobre a descoberta do bairro Texaco, quando buscava um preto velho, chamado Doum, que seria o último Mentô vivo. Chamoiseau tinha como força motriz de sua ação recolher as confidências dos mais velhos – não só dos mais velhos, mas de um velho sábio. Diante dessa tarefa, confronta-se com a “intransponível barreira que separa a palavra dita do texto que se vai escrever, que diferencia a escrita consumada da palavra perdida” (CHAMOISEAU, 1993).

É dessa forma que o autor passa a se chamar um Marcador de Palavras. Das coletas de palavras, sabe que não conseguirá trazer aquilo que contam de mais importante, mas tenta,

envergonhado, trazer algo que a cidade teima em apagar. Recorto partes de uma das citações que o autor faz de cadernos escritos pela informante Marie-Sophie Laborieux, que hoje estão em um museu na Martinica:

Na cidade não se fala mais. Contadores de história mortos ou que ficaram tagarelas. Mas A Palavra não é falar. Você tem que lutar aqui. Inclusive se aquilombar.

Escrever A Palavra? Não. Mas reatar o fio da vida, sim.

(CHAMOISEAU, 1993, p.262).

Em busca de um homem que não mais existe, o Marcador de Palavras encontra a “erosão das diferenças entre seus gênios, seus gostos, suas emoções... – seus imaginários” (CHAMOISEAU, 1993, p.342). Os Mentôs, mesmo com o avanço da cidade, mantiveram um certo gosto pela palavra. A palavra que, em muitos casos, morre com os Mentôs. Ao se retirar de Doum, o bairro no qual vivia o preto velho e sábio, O Marcador de Palavras sente Texaco. Lá ele encontra uma velha Senhora. Esta viveu atrás de *Palavras*. *Palavras* de seu pai, *Palavras* de um outro Velho Sábio. Na busca dessas *Palavras*, tornou-se a mulher que tinha, não só a história do bairro Texaco, mas também de toda Martinica. Texaco surgiu de uma necessidade de moradia da população negra. Com o avanço da cidade, a busca por lugares de moradia passou a ser uma grande preocupação da população. Das casas de Palha às casas de Fibrocimento, a Senhora velha guardava suas histórias de amores, de lutas, de dores, mas também a história de outros e do coração que fez Texaco. O Marcador de Palavras em certo momento declara sua incapacidade:

Sentia-me fraco, indigno de tudo aquilo, inapto a transmitir tais riquezas. Quando ela fosse, levaria sua memória, como a levou Solibo Magnífico, e eu nada podia fazer, nada, nada, nada, a não ser fazê-la falar, organizar o que me contava. Por um instante tive vontade de filmá-la, pois era-me cada vez mais clara a ideia de que o audiovisual oferecia novas chances à oralitura, e permitia se pensar numa civilização articulada a partir do texto e do falar (CHAMOISEAU, 1993, p.344).

Depois da morte da Senhora, a qual chamava de informante, confrontado com a incapacidade de transmitir sem trair o real, assistiu, com os olhos emprestados dessa Senhora, à transformação de Texaco, assistiu a uma descortinar dos gostos, dos desejos e das necessidades de cada habitante da ocupação: reordenamento urbano, dos serviços de saúde, educação, segurança... novas teorias jurídicas sobre a propriedade, que emprestavam ao lugar uma legitimidade com relação aos habitantes – ao mesmo tempo, porém, que eram moradores legítimos, não eram donos do que haviam conquistado (casas e terras “eram de muita gente, e ao mesmo tempo de ninguém”, nas palavras do Marcador, p.345).

No entanto, diante de tantos limites da Palavra como herança, o Marcador de Palavras é encorajado a prosseguir nessa marcação, para que, desde sua completa falibilidade, transmita algo:

Gostaria que fosse cantado em algum lugar, para ser escutado pelas gerações vindouras, que lutamos contra a Cidade, não para conquistá-la (ela, que na verdade nos engolia), mas para nos conquistarmos, a nós mesmos, no crioulo inédito que precisamos designar - em nós mesmos, para nós mesmos - até nossa plena autoridade (CHAMOISEAU, 1993, p.345).

Patrick Chamoiseau e Conceição Evaristo se unem em algo que é apontado por Achille Mbembe (2017) como a clínica do sujeito. Essa clínica, que Mbembe retoma no último capítulo da obra *Crítica da Razão Negra* (2017), tem as marcas de Franz Fanon. Se Fanon, em *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2008) afirma a produção de um homem que chega a ser despossado da história – o que, no caso da população negra, significam grilhões –, para Mbembe é preciso começar a mudança pelo reconhecimento das diferenças⁸⁰, mas não só, pois diante delas é reparatório abrir todo o leque de ações necessárias para que homens de qualquer raça sejam vistos com os mesmos direitos. Esse reconhecimento da diferença, porém, requer o exercício do cuidado, uma certa clínica.

É Fanon (2008), ainda, quem nos indica que não há que ter esperanças de que esse homem que se posta no presente e constrói o futuro tenha uma boa recepção em meio àqueles que glorificam o passado (sejam brancos ou negros). Avisa-nos que as adversidades que o consomem por ser negro consomem-no também por se levantar em nome de uma humanidade para todos. O resultado da empresa colonizatória foi a produção de um tipo de sujeito que, para afirmar-se, desmantela o outro com atos comparativos. Esse sujeito somos todos nós no Brasil.

Uma clínica do sujeito, nesta perspectiva, faz perceber o quão violento é viver em um país que foi colonizado e que viveu sob a égide da escravidão. Seu primeiro ato clínico, portanto, é abrir possibilidade ao ser, sem que para isso precise que alguém ocupe um lugar de

⁸⁰ Muitas vezes, o desejo de diferença emerge precisamente dos lugares onde se vive mais intensamente a experiência da exclusão. Nestas circunstâncias, a proclamação da diferença é a linguagem invertida do desejo de reconhecimento e de inclusão. Mas se, de fato, a diferença consiste no desejo (isto é, a vontade), esse desejo não é necessariamente desejo de poder. Também pode ser o desejo de ser protegido, de ser poupado, de ser preservado do perigo. Por outro lado, o desejo da diferença não é também necessariamente o oposto do projeto do em comum. De fato, para aqueles que passaram pela dominação colonial ou a quem, num dado momento da história, a sua humanidade foi roubada, a recuperação desta parte de humanidade passa muitas vezes pela proclamação da diferença. Mas, como vemos em certa crítica negra moderna, a proclamação da diferença é apenas um momento de um projeto mais vasto, no qual o destino é universal, um mundo livre do peso da raça e do ressentimento e do desejo de vingança que qualquer situação de racismo convoca (MBEMBE, 2017, p. 305-306).

subalternidade – lugar produtor de uma visada e sentidos que ocupam o sujeito com dores e muita raiva. Tudo começa com reconhecer-se negro. É pela pergunta que nos fazemos e que se repete sem parar: “‘Quem sou eu, portanto?’; ou, ainda, que nos é feita: ‘Quem são vocês?’” (MBEMBE, 2017, p.255). Depois disso tem início uma luta de reconhecimento que não deve se pautar pela espera daquele que não está disposto a reconhecê-lo, mas sim na exigência de, além disso, nomear todo o ato humano como ato que também lhe concerne. Portanto, não há conhecimento que não seja de todos; não há mundo que não seja de direito de todos. Ao invés de aceitar a centralidade europeia ou branca, trata-se de afirmar uma pluralidade da qual fazemos parte e que diz respeito à humanidade. Ser negro é ser uma das “formas históricas da condição humana” (MBEMBE, 2017, p.268).

A autoridade plena desejada pelo Marcador de Palavras é a assumpção de um homem com um pensamento em situação, que é a descrição de Fanon, segundo o olhar de Mbembe (FANON, 1961, apud MBEMBE, 2017). O autor da Crítica da Razão Negra situa a diferença dos momentos históricos vividos por um e outro, mas destaca a importância do pensamento de um Fanon desejoso de um homem apossado de si para os seres humanos:

Mas reler Fanon hoje em dia é, antes de mais, captar a exacta medida do seu projeto, para da melhor maneira lhe dar continuidade. (...) O seu pensamento foi, essencialmente, um pensamento em situação, que provinha de uma experiência vivida, em curso, instável, mutável; uma experiência-limite, arriscada, na qual, com a consciência aberta, o sujeito que reflectia punha em jogo a sua própria história, a sua própria vida, o seu próprio nome, em nome do povo anunciado, que nascia (MBEMBE, 2017, p.271).

É a partir do conceito de violência que Fanon provoca a pensar sobre a clínica e a política. Clínica, aqui, diz de uma “doença” de natureza política, na qual está em jogo a reciprocidade” (MBEMBE, 2017, p.272-273). É clínica que age e ressimboliza diante da arbitrariedade suprema que é a morte imputada pelas relações. O colonizado, por meio de uma violência não sofrida, mas escolhida, faria uma volta sobre si mesmo. Assim, homens negros, não-brancos e brancos colonizados perceberiam que fazem parte de uma Humanidade só. Cabe a valorização do peso de suas vidas, de sua presença no mundo.

Essa ressimbolização, Chamoiseau e Evaristo retomam em seus textos quando, cada um a seu modo, escrevem sobre homens e mulheres que “reconstroem recordações, para contrabandear suas histórias” (CHAMOISEAU, 1993, p.53). Homens e mulheres que “lutavam pau a pau contra um azar invisível” (CHAMOISEAU, 1993, p. 66). Lágrimas insubmissas de mulheres que possuíam a sua própria contagem de tempo, pois os marcadores da vida medidos pelo tempo se davam diante da impotência que viviam no encontro com população branca. Impotência que dizia de serem tomadas de suas famílias, apartadas dos

seus no início e ainda hoje nas grandes instituições penais, manicomiais. Cabia inventar um “tempo contado em outros termos” (EVARISTO, 2016, p.49) para guardar as memórias dos parentes mortos, perdidos, arrancados do convívio – o direito ao enterro, marcando a passagem de um estado ao outro. Homens e mulheres que andavam como se quisessem emendar um tempo ao outro, seguiam agarrando tudo, o passado-presente-e-o-que-há-de vir (EVARISTO, 2003, p.128).

Se a Palavra, para esses dois autores da literatura, mostra-se um modo de intervenção clínica, também é no pensamento de Fanon e Édouard Glissant⁸¹ (apud MBEMBE) que encontramos sua outra face. Segundo a leitura de Mbembe sobre Fanon, quando este refere-se aos despojos da guerra na Argélia: “se a violência para a luta de libertação pode tornar-se palavra, é igualmente capaz de infectar a linguagem e de produzir, para os sobreviventes desta guerra, mutismo, obsessões alucinatórias e traumas” (MBEMBE, 2017). Assim Fanon vai observar as formas de violência em desdobramento em todos os âmbitos: violência do colonizador, violência emancipadora do colonizado e violência nas relações internacionais. Tanto na clínica que exerço quanto na forma que esta tese tomou, foi diretriz fazer esse movimento de observar tais vetores da violência. Para Glissant, que também bebeu em Fanon, a violência de que este fala só tem sentido se acompanhada dessa escalada no seio da Humanidade – possibilidade do colonizado “se transportar para outro lugar que não aquele consignado, de acordo com a raça ou como consequência da submissão” (MBEMBE, 2017). Para tanto é preciso encontrar seu lugar na história.

Encontrar seu lugar na história é o que de novo os autores da Palavra – Chamoiseau e Evaristo – nos ensinam com suas práticas através da literatura. A Palavra, para os dois autores, possibilita dar lugar a histórias que nunca foram contadas – histórias dos povos martinicano e brasileiro que antes nunca haviam tido dicionários de suas palavras em peles de imagens. Eles, assim como Davi Kopenawa, marcam as palavras ditas por povos que “desnortearam os dicionários” (CHAMOISEAU, 1993, p.75). Assim como o Marcador de Palavras percebe que tudo deve aprender e reaprender diante das falas da informante, Conceição Evaristo, como já mencionado, põem-se a contar a história que nunca foi contada, que desconhece e que não encontra paralelo em nenhum lugar que não naquela pessoa que a

⁸¹ A obra *Tout-Monde*, de Édouard Glissant (1993), sem tradução para o português, é citada por Achille Mbembe (2017) como uma referência do pensamento em torno de uma universalidade pensada como composta de múltiplas pluralidades. Infelizmente não foi possível ter acesso direto ao livro de Glissant. Esse autor aparece nas falas de Conceição Evaristo e de outros intelectuais que tratam sobre o tema da diferença. Existe tradução em espanhol, mas o valor de compra é 393,05 euros, o que inviabiliza qualquer aproximação do autor no Brasil. Considerando um dos mais importantes pensadores da diferença nas Antilhas. Isso fala e muito sobre a política editorial no Brasil.

conta. Ainda que eu não tenha trabalhado somente com histórias, é dessa posição, aprendida com esses autores, de que parto, em minha pesquisa, para questionar o que aprendemos e como utilizamos os saberes da psicologia para cuidar da população a quem atendemos – nas políticas públicas, uma população preponderantemente negra, ou parda, como chama o IBGE, aqueles que sofreram a política de branqueamento da população brasileira e foram convencidos de não serem parte da população negra, intitulando-se pardos (termo racista).

Achille Mbembe, Franz Fanon e Édouard Glissant (citado por Mbembe) ensinam-nos que é preciso “saber viver livre da raça e da dominação com o mesmo nome” (MBEMBE, 2017). Essa mudança subjetiva foi chamada “sair da grande noite” pelos três autores. Para tanto,

Uma vez que não eliminamos o racismo na vida e na imaginação do nosso tempo, é preciso continuar a lutar por um mundo-para-lá-das-raças. Mas para chegar a este mundo, à mesa do qual todos somos convidados, ainda é preciso obrigarmo-nos a uma exigência crítica política e ética do racismo e das ideologias da diferença. A celebração da alteridade só tem sentido se ela se abrir para a questão central do nosso tempo, a da partilha, do comum e da abertura para o mundo (MBEMBE, 2017, p.295-296).

Assim, no movimento de vai-e-vem voltamos aos três autores, Evaristo, Kopenawa, Chamoiseau, que inventam modos de transmissão em que a invenção seja possível – respectivamente, a transmissão como herança através da *escrevivência*, da memória dos ancestrais contida no corpo e da *oralitura*. Contar uma história para trabalhar com e contra essa mesma história, um rompimento com os jugos da subserviência e da dependência de reconhecimento e a assumpção de um lugar de responsabilidade na história. Assim encontramos, segundo Mbembe (2017), “a verdadeira política de identidade em incessante alimentar, actualizar e reactualizar as suas capacidades de auto-invenção (p.297)”. Restituição, reparação ou justiça, segundo o autor, estão “no centro da própria possibilidade da construção de uma consciência comum de mundo, ou seja, do cumprimento de uma justiça social” (MBEMBE, 2017, p.304). A metodologia, portanto, é método de escrita e pesquisa, mas também é clínica e política.

Quando olhamos para a clínica de uma formação universitária, não cabe simplesmente entregar uma lista de autores – há que ter metodologia clínica, política e pedagógica. É preciso restituir nas matrizes do pensamento, na história da formação e nas intervenções da psicologia a contribuição negra aos saberes – bem como a contribuição de outros povos silenciados. Essa é uma das ações concretas decorrentes da ideia de restituição e reparação defendida por Achille Mbembe (2017). É preciso inventar práticas onde as histórias tenham

importância no tensionamento às nossas teorias. Essa restituição é institucional, pois envolve mudanças na estrutura da política em causa.

Por conta desse caráter institucional – e transindividual, ou coletivo, como a e o leitor preferir –, é de muito pouca valia entregar os conceitos mastigados aos colegas que leem estas páginas. Não fazê-lo é intencional; e fazê-lo na solidão talvez fosse impossível. Estudar só é trabalho muito árduo. Ao mostrar aos colegas o que eles desconhecem, mas sem entregar tudo, a escrita provoca curiosidade e, quem sabe, um investimento, um esforço em aprender que não seja só individual. O que importa, ao menos na minha visão como pesquisadora, é que sejam identificados os muitos modos de operação de seletividade, racismo e dificuldades da formação a serem enfrentados em nossos postos de trabalho, no que tange ao encontro com os usuários e também no modo de pensar e gerir as políticas. Dentre essas, também a política universitária, que, para fazer o enfrentamento esperado, requer mudanças institucionais: desde os modos burocráticos de ingresso, que parecem isentos, mas são seletivos e se estendem da entrada na graduação até o concurso para trabalhadores dos quadros da universidade; a pedagogia utilizada nas aulas; bem como o acompanhamento dos estudantes e a adoção de outros pensadores que tratem diretamente de problemas que enfrentamos (e que sua adoção seja uma decisão institucional e não uma ação individual).

Não há nada de individual quando tratamos do tema racismo, raça, branquitude, branqueamento, preterimento, colonização dos nossos pensamentos e temas análogos, referentes às consequências de termos sido uma colônia escravocrata. Nada que parta de uma ação individual pode fazer frente a algo que é estrutural e estruturante da nossa sociedade e, portanto, de nós mesmos. Todos somos racistas, ou seus reprodutores.

Angela Davis nos diz que o racismo institucional não faz vítimas apenas negras. O racismo institucional torna todos vítimas. É a razão por que, neste trabalho, existem histórias de jovens negros e de jovens brancos. Os jovens brancos que passaram pelo meu acompanhamento foram vitimados pelas instituições que reproduzem o racismo e são responsáveis inclusive por reproduzi-lo. Quando percebemos o quanto o efeito dessa desumanização atinge a todos, damos-nos conta de que precisamos, sim, partir do zero, revisitando os autores que utilizamos a partir dos autores que preterimos. Há que tensionar todo saber, sem a pressa de achar resposta, mas com a tarefa de restituir – a todas as matrizes do pensamento que desembocam em ações, práticas e mais produção de conhecimento – a contribuição negra e o lugar da população negra nessas conquistas nacionais e transnacionais. Como escreve o Martinicado, a partir da fala da informante: “A palavra recoloca no lugar os pedaços da história” (CHAMOISEAU, 1993, p. 249). Com esses pedaços da história

precisamos nos colocar no presente e responder a nosso papel de responsabilidade com o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SOBRE TER DOR, RAIVA, SE CUIDAR, PENSAR E AGIR

Eu sou o canto do mundo
E nesse canto do mundo eu me refaço
(BACO, 2017)⁸²

A primeira escrita desta tese foi marcada por algumas Palavras direcionadas para ti. Não era uma carta para qualquer um. Era para ti quando tinha 22 anos. Hoje tu está com 30 – fez aniversário em dezembro. Nos últimos treze anos, muita coisa aconteceu no nosso país. As políticas para juventude avançaram e regrediram. Tu se “beneficiou” de uma delas, mas, para além da prevenção contra a sua morte, nada mudou muito a partir desse “benefício”. Hoje você trabalha em uma loja de roupas. Trabalho muito honesto e digno.

Mas, quando te conheci, tu guardava saberes valiosos. Um deles fez com que eu acreditasse que você pudesse se tornar um educador social dos mais fodas. Você sacava de Funk e de sua história. Conhecia o Rap e dialogava bem com seus pares e também com aqueles que não eram do seu Rolê. Tinha uma visão crítica sobre muitas coisas e, quando discordávamos de algo importante, travávamos embates de que lembro até hoje. Você reconhecia jovens em sua potencialidade como ninguém – ouvia suas histórias. Um dia chegou para mim e disse: *“Olha, Júlia, eu consigo até uma parte nessas conversas de escutar, mas tem uma parte que preciso ou conversar contigo para saber por onde ir, ou mesmo dizer para o jovem falar contigo. Tu construía a ponte entre eu e os jovens muitas das vezes.”* Principalmente com aqueles mais fechados, ou mais espiados. Inventou até um conceito, chamado jovem-rede.

Algo muito bacana que era basicamente perceber qual jovem aparecia no grupo como sendo a referência para os demais. Com essa tática, tu nos ensinou sobre como trabalhar com o grupo a partir da aproximação com esse jovem. Diante dos meus olhos, se tornou um educador. Por um tempo foi contratado com carteira assinada, para desenvolver o trabalho de educação social.

Infelizmente, tua educação formal não foi das melhores – como da maioria dos jovens brasileiros. Mesmo tendo o ensino médio completo, tu tinha dificuldades em fazer relatórios e cumprir com a parte escrita de seu trabalho – isso envolvia disciplina e capacidade de organização. Ter dificuldades nessa parte não é uma questão somente tua, e tu precisa saber

⁸² Estrofe extraída da música Esú de Baco Exu do Blues. Álbum ESÚ. 2017.

disso. Não é dado a todos os brasileiros as condições para se organizar e pensar no futuro. Você foi uma dessas pessoas que não teve esse direito. Dizem que foram esses os motivos pelos quais o demitiram. Hoje, creio que estas afirmativas representam ao mesmo tempo mentiras e verdades. Mentira, porque logo depois de sua demissão a política na qual eu trabalhei e depois tu trabalhou foi completamente desmontada. Morreu de morte matada no ano de 2017. Durou dez anos, tropeçando em todas as pedras do caminho. Mas tirar foto contigo representando os funkeiros da cidade elegeu bastante gente. Verdade, porque o racismo institucional opera justamente aí, naquilo para o que tu foi socialmente destinado a falhar por não ter sido ensinado a acertar. Então, para que se mantivesse nesse trampo, tu precisava sim de ajuda. Ajudá-lo não é benevolência, não. Nesse caso seria inverter a lógica escravagista na qual ainda vivemos – reparação e restituição. Ensiná-lo era a restituição que ninguém quis fazer. Como diria Baco Exu do Blues:

Informações caras, tipo enciclopédia Barsa
 Formações caras, pique atletas do Barça
 Ícaro me emprestou asas
 Caderno embaixo do travesseiro e eu nunca tive sonhos tão reais
 (FBC, 2017)⁸³ (...)

Tu continuou tua vida. Um jovem trabalhador e hoje um adulto trabalhador. Os sonhos devem continuar na cabeça, quero acreditar, mas a realidade afunila tuas muitas qualidades e saberes. São os limites do funil dos acessos, os códigos de acesso. E como teu “som é braile do gueto⁸⁴” quem é cego são os mesmos que têm condições de negar acessos. Se tu não for firme, os sonhos vão⁸⁵, e isso, meu caro, tem nome: é racismo institucional.

Mas, diferente de ti, que até imaginou fazer uma faculdade, mas se defendeu disso dizendo que queria que seu saber seguisse marginal (um tanto de verdade, outro tanto de medo de se imaginar dentro da universidade), alguns conseguiram entrar nela. Ocuparam e ocupam vagas universais, vagas voltadas para ações afirmativas, pelo PROUNI, pelo FIES. Universidades e faculdades não poderiam mais ser as mesmas depois dessa entrada. Evidente que uma entrada restritiva, ainda, diante do contingente da população negra, mas significativa o bastante para que houvesse mudanças estruturais nos espaços de educação superior.

Os jovens estudantes do ensino superior entraram em universidades e faculdades. Apesar de muitas experiências de racismo e de discriminação social enfrentadas em quase todos os ambientes da cidade e de serem muitas vezes vítimas da reprodução do racismo

⁸³ Trecho extraído da música Poetas do fim do mundo 2, composição da estrofe citada do rapper FBC (Fabrício), 2017.

⁸⁴ Estrofe da música Abre Caminho de Baco Exu do Blues. Álbum Esú.

⁸⁵ Escrita inspirada em uma Estrofe da música virou canção de Rodrigo Ogi. Álbum RÁ!

dentro da própria casa, o pessoal chegou à universidade. Chegando, esses jovens esperavam encontrar um ambiente que falasse sobre esse problema que tu e eles enfrentam todos os dias.

A espera pela primeira aula era grande. Foi preciso largar o estágio, conseguir outro trabalho com menos horas para poder seguir na universidade. Foi preciso uma organização muito grande desses estudantes e de suas famílias para que conseguissem ficar nesse lugar que gerava tanta expectativa. O ano acabou e não se falou do que tu e os estudantes esperavam ardentemente. Quase nada do que era falado dizia respeito a ti.

Quando o tema era sobre as dores do povo negro e sua história e produção, o clima pesava, pois parte da população não foi criada para ser contrariada de forma alguma. E essa parte da população é herdeira de fato (mas não de direito⁸⁶) das universidades e faculdades do nosso país. Pois então, esse pessoal se autodeclarou dono de todas as instituições do país e faz uma força danada para que descendentes de negros e indígenas não possam chegar a esses lugares. É tão sério esse problema das pessoas herdeiras que existe todo um sistema para protegê-las. O que estou te contando é que efetivamente uma pessoa negra não pode confiar em nenhuma instituição. Se esta instituição não quer se pensar, ela vai reproduzir racismo e consequentemente proteger a parte da sociedade que já é protegida.

Não sei o que mais te ofende
 Minha rima ou minha autoestima
 Hollywood no bolso mas eu não sou um
 Artista
 Sofro de violência crônica
 Eu sou um cronista
 (BACO, 2017)⁸⁷.

O fato, meu amigo, é que seja no gueto (e que fique evidente que nem todos os pretos são do gueto, você sabe disso), seja na universidade, “a coisa tá preta⁸⁸.” Não há, desde que adotaram o sistema de cotas – ou, mais formalmente, ações afirmativas –, quase nada que envolva o cuidado desses estudantes. Esse cuidado que falo não é o que acontece no CAPS, na UBS, no CREAS. Esse cuidado diz respeito a uma questão mais da educação mesmo. Mais que isso, diz respeito a perceber dignidade no saber de quem chega – no caso, no saber teu e dos estudantes.

Esses saberes que tu traz encontra eco em autores brasileiros e estrangeiros. Mas esses autores que falam do seu cotidiano, de sua vida e nos quais tu e os estudantes iriam se encontrar estão escondidos. Não estão escondidos porque as pessoas são necessariamente

⁸⁶ Quando falo de direito aqui não estou falando do direito da letra da lei, ou seja, do direito estatal, mas, sim, do direito justo, plural, hábil em respeitar e promover diferenças. O direito plural não segregador.

⁸⁷ Trecho extraído da música Oração à Vitória. Composição Baco Exu do Blues, 2017.

⁸⁸ Estrofe da música a coisa tá preta de Rincón Sapiência, álbum Galanga Livre.

más. Acontece que as pessoas acham que não é importante os saberes que envolvem sua vida e desses estudantes e fazem força para se manter paralisadas, dizendo que não sabem como fazer (para encontrar esses autores escondidos e seus saberes).

Os saberes pelos quais os estudantes estão sedentos existem aos montes, por incrível que pareça – as faculdades nem tinham ideia que se fala de racismo no Brasil (pode acreditar). Os mesmos estudantes trouxeram listas e listas de autores para que os professores universitários lessem e começassem a perceber que há muita diferença entre estudantes. Que percebessem e sentissem realmente que o Brasil é feito de muitas realidades – e elas não são nada pacíficas, muito pelo contrário, elas são grotescas e violentas. A realidade do gueto, a realidade do negro, a realidade do rico, do classe média, do trabalhador que acha que é classe média e acha que é burguês, do burguês, do branco, do indígena são completamente diferentes. A lista é imensa, mas tem sempre uma dessas levas que fica por último, e certamente tu não vai se surpreender se eu contar para ti: os negros são os últimos a serem observados e, quando o são, é com muitas pedras na mão, muita desconfiança e muita má vontade⁸⁹.

Como se não bastasse essa recepção, “a turma do deixa disso” começa a comparar o que tu e os estudantes dizem e vivem, com as experiências dos professores e estudantes herdeiros e herdeiras de fato de todos os postos valorosos do país. Daí, querido, começa realmente uma tortura. Os estudantes começam a questionar sua própria sanidade “Alguém que nunca sentiu o que eu sinto, me julga como um pai, em posse do cinto (...) (BACO,2017)⁹⁰”

O que sobra de toda essa incompreensão e de todo esse descaso é adoecimento psíquico: raiva, incompreensão, pânico, depressão, desistência, morte simbólica. Tudo para que os estudantes desistam foi feito pelos herdeiros. E, muitas vezes, não fazer nada é justamente agir para que os estudantes não possam permanecer. “(...) tenta me tratar, maltrata minha inteligência, alguém que nunca sentiu o que eu sinto (...) (BACO, 2017)⁹¹

O que não estava na cena era que o pessoal se organizou. Na real, sempre esteve organizado, mas como é difícil serem reconhecidos nos espaços, os herdeiros de fato dão um jeito de apagar os rastros do movimento organizado. Os caras são tão fodidos que apagam os

⁸⁹ De forma alguma estou reduzindo o sofrimento e a violência que a população indígena sofre, mas há algo que se expõe na população negra que transborda inclusive as fronteiras. Mas, sim, negros e indígenas estão juntos nesse tratamento grotesco e violento ofertado pelas instituições – vítimas de racismo institucional 100%.

⁹⁰ Trecho extraído da música Senhor do Bonfim. Composição Baco Exu do Blues, 2017.

⁹¹ Trecho extraído da música Senhor do Bonfim. Composição Baco Exu do Blues, 2017.

feitos dos teus ancestrais, dos que lutaram antes, dos saberes que produziram. É uma coisa muito louca. Mas, acontece. E acontece todos os dias se deixarmos passar.

Os estudantes se organizaram. Ocuparam a reitoria. Ocuparam tudo. Organizaram seminários. Organizaram reuniões. Organizaram disciplinas na faculdade. Não estavam e não estão de brincadeira. “(...) Nova geração tá que tá intacta, pronta pra impactar⁹² (BACO, 2017) (...). E quanto mais falavam, mais dava para perceber algo que era mais profundo que somente o problema da recepção de estudantes na universidade e faculdades. E é aí que tu entra de novo. Esses estudantes que passaram a dominar os códigos dos herdeiros, meio à força, meio porque é preciso mesmo transitar nas línguas de cada gueto, começaram a falar e apontar tudo o que lhes acontecia de ruim. Usavam palavreado bonito, a língua dura dos sabedores de tudo. Eu mesma comecei a entender melhor coisas que tu falava quando ouvi desses estudantes o que diziam sem parar.

As primeiras pessoas que chegaram no meu destino e que fazem parte dessa geração que impacta foram Liana Vieira e depois Marlete Oliveira. Duas jovens mulheres que estavam cursando um pós-graduação no qual eu trabalhava,- a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva. O pós-graduação é algo que fazemos, ou não, depois da graduação. Geralmente é uma guerra pra conseguir uma vaga nisso que se chama de pós-graduação. Mas o que queria te contar é que elas foram as primeiras a apontar o problema que existia nas formações (de todos os cursos da saúde). Foram elas que começaram esta tese. Foi com elas que esta tese virou o que apresentei aqui. Depois delas vieram mais e mais pessoas. Muitos estudantes. Muitos profissionais. Daí, eu já estava dentro. Já não dava para fingir que não tinha visto. Já tinha me transformado. Já não podia ser a mesma, e estava gostando de me tornar o que estava me tornando. Comecei a perceber muita coisa que antes não tinha condições de perceber. Foi assim que olhei para a minha profissão e para os cuidados que oferecemos em todos os lugares, no postinho, na escola, enfim, em tudo. A conclusão que cheguei – e não foi só eu, que fique bem evidente isso – é que psicólogos não estão preparados e muito menos sensibilizados para cuidar de 53% da população brasileira que se autodeclara negra nas pesquisas do IBGE (talvez sejamos mais, já que se autodeclarar negro diz respeito a se reconhecer como pessoa negra).

Chegar a esse dado de pesquisa – é como se chama quando algo que acontece em uma tese – não é para destruir ninguém. Muito menos humilhar. É justamente para mostrar algo que precisa mudar. Ao mesmo tempo em que mostro, também faço algo para que isso mude

⁹² Estrofe da música 999 do Baco Exu do Blues.

efetivamente. Como diz Conceição Evaristo que te apresentei lá no começo, a Palavra da gente é muito importante. Ela deve ser dita com cuidado, com esperteza, com sabedoria. Porque ações antirracistas são perseguidas em todos os lugares, o mundo tem medo – negras e negros são a exposição da desumanidade de todos. “(...) abro o seu caminho, eu sou o canto do mundo e, nesse canto do mundo, eu me refaço (...)” (BACO, 2017)⁹³

Alongando o refrão de Baco, diria que, ao se refazer, talvez haja a oportunidade de refazer o mundo. É exatamente por isso que os problemas que tu viveu e que os jovens estudantes vivem são problemas de todos. Hoje no mundo inteiro se levantam muros para que os não-brancos fiquem de fora dos lugares de acesso. Guerras são feitas em todos os lugares para poucos lucrarem. O resultado é um monte de gente desabrigada, sem casa, sem país, sem endereço.

No Brasil, a expressão disso é um pouco diferente, mas a violência não é diferente. Você e os estudantes enfrentam muitos muros cotidianos para manterem empregos, para continuarem os estudos. Nada é fácil. Não será fácil. Não há promessas de mudanças rápidas. E não há como vencer isso que é o racismo mais baixo e vil com uma canetada. A questão é como convencer o opressor do fato de que ele oprime? E, depois de ele saber que o faz, como ativá-lo para a luta que também é pela humanidade dele. Estamos lutando – mas por todos. Estamos falando. Estamos nos reconhecendo e também cada um assumindo seu lugar na luta antirracista, desde seu lugar. Há um campo aberto de crise para que possamos produzir conhecimento – a crise é a hora certa de criar outras saídas. Estamos aproveitando cada centímetro.

Como aprendemos com Conceição: “nós não deliramos, mas inventamos”. No meu sonho, e agora divido ele com você, as seleções para ingresso em tudo, no trabalho, na faculdade, no pós-graduação, nos concursos, deveriam ser voltadas para aqueles que nunca puderam ocupar o lugar em função da ambição daqueles que sempre o ocuparam. No meu sonho, depois da graduação os jovens seriam selecionados no pós pela relevância de suas ações e propostas desenvolvidas, e não pela repetição de suas escritas tal qual as escritas de seus orientadores, muito menos pela produção no Lattes – visto que somente aqueles que têm tempo sobrando que podem realmente ter uma produção competitiva para o capitalismo. Nos concursos públicos, as pessoas seriam em parte indicadas pelos movimentos sociais e, noutra, chamadas por saber reconhecido em áreas de carência de saberes, como no caso das relações étnico-raciais. Quando penso nessa proposta, não falo de algo que beneficiaria apenas tu e os

⁹³ Trecho extraído da música *Esú*. Composição Bacu Exú do Blues, 2017.

estudantes, mas sim a todos, pois, se olhar bem de perto, todos nós, sejamos negros, indígenas, trans, mulheres, brancos, sofremos com esse modo de viver.

Acredito que produzir conhecimento desde outro lugar produzirá outros problemas. Precisamos de outros problemas para pensar o que fazer daqui para diante, mas sem nunca esquecer o passado. Se o Brasil foi cotizado para brancos desde sempre, que seja cotizado para negros, indígenas. Ainda acredito muito na educação. Acredito que, se pensamos diferente, poderemos achar outras respostas para nossos problemas.

Por último queria te dizer que o que tu sofreu não é um problema teu, ou das pessoas negras. O que tu sofreu é problema de todos, e não se pode aceitar que lhe culpabilizem por algo que é de todos. Sabendo disso, peço que não se entregue ao entristecimento ou à raiva por saber disso. Com a força que teus ancestrais tiveram para chegares até aqui, levante a cabeça, siga para onde deseja e encontre pares para enfrentar os muros que existirão. E, mais que tudo, acredite, precisamos de alianças, elas são valiosas e imprescindíveis – independente da raça ou credo. Precisamos de cuidado, fomente espaços para você assim – espaços protegidos. Se os lugares institucionais não reconhecem teu saber, procure quem reconheça, se fortaleça com quem reconhece que tu sabe. Saia da dor e da raiva, se cuide, pense e aja. Nossa vida é ação no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACO Exu do Blues. Álbum Esú. Ano: 2017. Selo: Independente. Produção: Nansy Silvvs, Scooby & ÀTTØØXXÁ. Faixas: 10. Estilos: Hip Hop. Duração: 36:00
- BARTHES, Roland. O prazer do texto. 4ªed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BENJAMIN, Walter. O anjo da história. Organização e tradução de João Barrento. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BK (Luccas Carlos) – Álbum: Castelo em Ruínas. Gravado por El Lif Beatz e JXNVS na Pirâmide Perdida Records. Composições por Ashira Wolf, BK e Luccas Carlos. Arranjos por El Lif Beatz e JXNVS. 2016.
- BLANCHOT, Maurice. A conversa Infinita. São Paulo: Escuta, 2010.
- CARNEIRO, Sueli Aparecida. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de São Paulo. São Paulo, 2005.
- CESAR, Ana Cristina. Poética. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- CÉSAIRE, Aime. Discurso sobre o Colonialismo. 1º Ed. Lisboa: Livraria Sá de Costa Editora, 1978.
- CHAMOISEAU, Patrick. Texaco. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O Anti-édipo: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DELEUZE, Gilles. Bergsonismo. São Paulo: Ed.34, 1999.
- DELEUZE, Gilles. Sobre o Teatro. Um manifesto de menos. O esgotado. Rio de Janeiro: Zafar, 2010.
- DELIGNY, Fernand. O Aracniano e outros textos. São Paulo: n-1 edições, 2015.
- DOSSE, F. Gilles Deleuze & Félix Guattari. Biografia Cruzada. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- EMICIDA – Álbum: Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa... Ano: 2015. Selo: Laboratório Fantasma. Faixas: 14. Estilos: Rap, Hip Hop, MPB. Duração: 52
- EVARISTO, Conceição. Insubmissas Lágrimas de Mulheres. 2º Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. 1ª Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 194.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 52ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. A coragem da verdade. O governo de si e dos outros II. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. A coragem de verdade. Editora: Martins Fontes. São Paulo, 2011.
- FOUCAULT, Michel. Hermenêutica do sujeito. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KOPENAWA, Albert, Bruce, Davi. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LAZZARATO, Maurizio. As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- LESTRADE, Agnés. de. GRANDE FÁBRICA DE PALAVRAS. Ilustração de Valério Docampo; tradução de Carlos Aurélio e Isabelle Gamin. Belo Horizonte: Aletria Editora, 2010.
- MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. 2ª Ed. Portugal: Antígona, 2017.
- OGI, Rodrigo. Álbum RÁ. Ano: 2015. Selo: Independente. Produção: Nave Beatz. Faixas: 16. Estilos: Hip Hop, Rap. Duração: 42:00
- PALBERT, Peter. título "Anota aí: eu sou ninguém". Artigo publicado na folha de São Paulo, no dia 12/07/2013. Acessar em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/07/1313378-peter-pal-pelbart-anota-ai-eu-sou-ninguem.shtm>
- PASSETI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. In: Revista Verve. 2006, p. 83-114.
- PEIXOTO, José Luís. Livro. 1ªed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- POETAS NO TOPO 2 Produção Musical – Dissinto e Slim | Brainstorm Estúdio Mixagem/Masterização – Lucas Malak | Brainstorm Estúdio Produção Executiva - Paulo Alvarez | Pineapple Supply
- RACIONAIS MC'S. Nada como um dia após o outro dia. Gravadora: Cosa Nostra Fonográfica/Zambia. Produtor: Racionais MC's. Formatos: (CD/2002). Primeiro disco: 2002. DJ Kl Jay : Scratch. Edy Rock : Voz. Ice Blue: Voz. Mano Brown (Pedro Paulo Soares Pereira): Voz
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112p.
- SALLES, Anamaria. O abolicionismo menor de Louk Hulsman. In: Revista Verve. p. 101-113, 2011.

SANTOS, Boaventura. Brasil: o preço do progresso. Publicado na Carta Maior no dia 19 de junho de 2013. Acessar em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6151

SAPIÊNCIA, Rincon. Álbum Galanga Livre. Ano: 2017. Selo: Boia Fria Produções. Produção: Rincon Sapiência, Gambia Beats. Faixas: 13. Estilos: Hip Hop. Duração: 46:00.

SOUZA, Jessé. Ralé Brasileira: quem é e como vive/ Jessé Souza; colaboradores André Grillo ... (et AL.) – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GLÓSSARIO

AI – Acolhimento Institucional

AT NA REDE – Projeto de Extensão da Faculdade de Psicologia da UFRGS – Acompanhamento terapêutico de usuários das políticas públicas da rede com ênfase na saúde mental

CAP – Centro de Avaliação Psicológica - UFRGS

CAPS AD – Centro Psicossocial Álcool e Outras Drogas

CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil

CEDICA – Conselho Estadual da Criança e do Adolescente

CIPAS – Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde - UFRGS

CMCD – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CT - Comunidades Terapêuticas

DECA – Departamento Estadual da Criança e do Adolescente

EDC - ESCOLA DE CONSELHOS

ESTAÇÃO PSI – Projeto de Extensão da Faculdade de Psicologia da UFRGS – Estudos e ação de Subjetivar e Inventar

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

FPE – Fundação de Proteção Especial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MC's – Mestre de Cerimônia. Compositor e cantor de rap

MP – Ministério Público

PIPA – Programa Interdepartamental de Práticas

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania

PROTEJO – Política pública e privada voltada por jovens considerados em situação de alta vulnerabilidade (Fez parte do PRONASCI)

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RIM SMC – Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul